



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Câmpus de Marília

Guilherme Rocha Sartori

**O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA DA CIDADE DE
BAURU NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930):**

Um estudo dos conflitos cotidianos na “capital” ferroviária do centro-oeste paulista

Marília
2024

Guilherme Rocha Sartori

**O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA DA CIDADE DE
BAURU NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930):**

Um estudo dos conflitos cotidianos na “capital” ferroviária do centro-oeste paulista

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais como parte das exigências para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Marília.

Área de Concentração: Pensamento Social, Educação e Políticas Públicas

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Augusto Totti

Marília
2024

S251p Sartori, Guilherme Rocha
O processo de consolidação política e econômica da cidade de Bauru na Primeira República (1889-1930) : Um estudo dos conflitos cotidianos na “capital” ferroviária do centro-oeste paulista / Guilherme Rocha Sartori. -- Marília, 2024
132 f.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília
Orientador: Marcelo Augusto Totti

1. Jornal O Baurú. 2. História de Bauru (SP). 3. Modernidade e progresso. 4. Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Marília

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO POLÍTICA E ECONÔMICA DA CIDADE DE BAURU NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930): UM ESTUDO DOS CONFLITOS COTIDIANOS NA "CAPITAL" FERROVIÁRIA DO CENTRO-OESTE PAULISTA

AUTOR: GUILHERME ROCHA SARTORI

ORIENTADOR: MARCELO AUGUSTO TOTTI

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em CIÊNCIAS SOCIAIS, pela Comissão Examinadora:

Prof(a). Dr(a). MARCELO AUGUSTO TOTTI (Participação Virtual)
Departamento de Sociologia e Antropologia / Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Prof(a). Dr(a). ANDERSON DEO (Participação Virtual)
Departamento de Ciências Políticas e Econômicas / Unesp, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Prof. Dr. CELIO JOSE LOSNAK (Participação Virtual)
Departamento de Ciências Humanas / UNESP/FAAC-Bauru

Profa. Dra. RAQUEL DISCINI DE CAMPOS (Participação Virtual)
Faculdade de Educação / Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Dr. MARCELO LAPUENTE MAHL (Participação Virtual)
Instituto de História / Universidade Federal de Uberlândia

Marília, 31 de março de 2023

Prof. Dr. Agnaldo dos Santos
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

DEDICATÓRIA

À
Francine, meu amor, Fran,
pertence esta tese.
Com quem compartilho os momentos mais luminosos e a beleza difusa do cotidiano.

À Louise,
“que deixou de ser nome e virou sentimento meu”.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Marcelo Augusto Totti, pelas valiosas contribuições acadêmicas e pelos gestos de amizade nos momentos de maior dificuldade na elaboração desta pesquisa. Totti, sou profundamente grato por toda a orientação, pois sem a sua colaboração este trabalho não seria possível.

À Fran, meu amor roseano, que saiu do meu melhor sonho e entrou na minha vida. Você me incentivou a concluir esta pesquisa, quando eu já não acreditava mais ser possível. Com você eu tenho a certeza de que tudo é possível: minha palavra de ventania. Eu sempre soube que te encontraria para me acompanhar nas veredas deste grande sertão. A vida ao seu lado é literatura que se inscreve no cotidiano. Pequena, eu te amo: “E eu – como é que posso explicar ao senhor o poder de amor que eu criei? Minha vida o diga.” (ROSA, 2001, p.209).

À Maria Isabel, a Bel, minha mãe, que nunca duvidou do meu potencial e sempre me incentivou em todos os meus momentos de formação acadêmica. Em cada palavra desta tese, há o respeito incondicional por cada gota de suor que você derramou ao trabalhar como faxineira para me ver formado Doutor. Mãe, não me esqueço de onde venho, eu te amo: te levo sempre comigo, como se fosse uma árvore plantada em meu peito.

Ao Sadafumi, o Sada, meu pai, que entrou em nossas vidas em um momento de muito desamparo e dificuldade. Sem o seu amor e o seu empenho, a criança que você acolheu jamais seria um homem formado. Nenhuma palavra de agradecimento será suficiente para expressar a sua importância em minha vida e a admiração que tenho por você. Sada, eu te amo: você é incrível.

Aos professores e professoras que participaram e contribuíram, cada um à sua maneira, para minha formação universitária: à professora Dra. Rosângela de Lima Vieira, minha primeira orientadora de iniciação científica; ao professor Dr. Odair da Cruz Paiva, uma referência como docente e uma das pessoas que mais influenciou minha trajetória acadêmica; à professora Dra. Lídia Maria Vianna Possas, minha orientadora de iniciação científica e do mestrado em Ciências Sociais; e ao professor Dr. Luís Antônio Francisco de Souza, pelo apoio no projeto de pesquisa para o ingresso no doutorado em Ciências Sociais.

À professora Dra. Raquel Discini de Campos e aos professores Drs. Anderson Deo, Célio José Losnak e Marcelo Lapuente Mahl, pela avaliação atenta da tese de doutorado e pelas sugestões para o texto final, meu muito obrigado.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

“Eu encontrei quando não quis
Mais procurar o meu amor

E quanto levou foi pra’eu merecer
Antes um mês e eu já não sei...

E até quem me vê lendo o jornal
na fila do pão sabe que eu te encontrei

E ninguém dirá
que é tarde demais
que é tão diferente assim
do nosso amor a gente é que sabe

Me diz o que é o sufoco
Que eu te mostro alguém
A fim de te acompanhar
E se o caso for de ir à praia
Eu levo essa casa numa sacola!

Eu encontrei e quis duvidar
Tanto clichê deve não ser

Você me falou pra’eu não me preocupar
Ter fé e ver coragem no amor

E só de te ver eu penso em trocar
a minha biblioteca
num jeito de te levar...

A qualquer lugar que você queira e ir aonde o vento for
Que pra nós dois sair de casa já é se aventurar

Me diz o que é o sossego
que eu te mostro alguém
A fim de te acompanhar
E se o tempo for te levar
Eu sigo essa hora e pego carona
Pra te acompanhar”

(AMARANTE, Rodrigo. Último Romance. In: LOS HERMANOS. 4. Rio de Janeiro: Sony BMG, 2005. 1 CD. Faixa 4).

RESUMO

Neste trabalho, exploramos as páginas do jornal *O Baurú*, publicado entre 1906 e 1915, com o propósito de compreender a formação histórica do município de Bauru (SP) e as mudanças na sociedade local. Os periódicos da época retratavam aspectos do cotidiano e difundiam valores e práticas sociais para o conjunto da população. Ao mesmo tempo, aproximavam as cidades formadas nas “frentes pioneiras” das questões que norteavam o debate público nacional sobre a agenda republicana. Além disso, justificavam e orientavam intervenções no espaço público, atribuindo sentido de pertencimento para diferentes grupos sociais em uma sociedade em constante transformação. Desse modo, os jornais atuavam como um complexo jogo de espelhos, que era tanto produtor quanto produto da realidade histórica. As páginas dos jornais, que desempenhavam um papel central na difusão de discursos e representações, constituíam elementos da própria modernidade experimentada em Bauru. Uma sociedade que almejava a modernidade encontrou nos jornais um meio de divulgar seus projetos e aspirações. No plano de desenvolvimento econômico e da cultura material na cidade de Bauru, a Ferrovia Noroeste do Brasil e sua associação com as ferrovias Sorocabana e a Companhia Paulista orientaram o desenvolvimento urbano do município. Mesmo organizadas em torno de um discurso supostamente homogêneo, as ferrovias, como representantes do progresso e da modernidade no interior paulista, produziram formas de exclusão social e de segmentação do espaço urbano da cidade de Bauru. Assim, as formas de violência e exclusão da população pobre de Bauru dos benefícios do desenvolvimento material e das potencialidades urbanas não foram residuais ou falhas de implementação do projeto de modernização do município, mas, sobretudo, parte intrínseca e constituinte desse processo sócio-histórico mais amplo vivenciado nas “frentes pioneiras”.

Palavras-chave: Jornal *O Baurú*; História de Bauru (SP); Modernidade e progresso; Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

ABSTRACT

In this work, we explore the pages of the newspaper *O Baurú*, published between 1906 and 1915, with the purpose of understanding the historical formation of the municipality of Bauru (SP) and the changes in the local society. The periodicals of the time portrayed aspects of everyday life and spread values and social practices for the whole population. At the same time, they brought the cities formed in the “pioneer fronts” closer to the issues that guided the national public debate on the republican agenda. In addition, they justified and guided interventions in the public space, attributing a sense of belonging to different social groups in a constantly changing society. In this way, the newspapers acted as a complex game of mirrors, which was both producer and product of the historical reality. The pages of the newspapers, which played a central role in the diffusion of discourses and representations, constituted elements of the modernity experienced in Bauru. A society that aspired to modernity found in the newspapers a means of disseminating its projects and aspirations. In the plan of economic development and material culture in the city of Bauru, the Ferrovia Noroeste do Brasil and its association with the Sorocabana and Companhia Paulista railways guided the urban development of the municipality. Even organized around a supposedly homogeneous discourse, the railways, as representatives of progress and modernity in the interior of São Paulo, produced forms of social exclusion and segmentation of the urban space of the city of Bauru. Thus, the forms of violence and exclusion of the poor population of Bauru from the benefits of material development and urban potentialities were not residual or implementation failures of the modernization project of the municipality, but, above all, an intrinsic and constituent part of this broader socio-historical process experienced in the “pioneer fronts”.

Keywords: Newspaper *O Baurú*; History of Bauru (SP); Modernity and progress; Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E INSTALAÇÃO DAS PRIMEIRAS UNIDADES AGRÍCOLAS NO TERRÍTORIO PAULISTA (SÉC. XIX).....	23
2.2 Considerações acerca da “marcha pioneira”: ocupação da região centro-oeste paulista.....	30
2.3 A interiorização das primeiras unidades produtivas agrícolas no território paulista	34
2.4 As “frentes pioneiras” paulistas nas primeiras décadas do século XX.....	40
3 A POLÍTICA DE INCENTIVOS ECONÔMICOS DA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930) NO PROCESSO DE EXPANSÃO DA PRODUÇÃO DE CAFÉ NO INTERIOR DE SÃO PAULO.	43
4 A POLÍTICA DE INCENTIVOS ECONÔMICOS DA PRIMEIRA REPÚBLICA (1890-1930) NO PROCESSO DE EXPANSÃO DAS FERROVIAS NO INTERIOR DE SÃO PAULO.	52
4.1 O Processo de Construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNOB) (1905-1914) no Estado de São Paulo.....	56
5 A OCUPAÇÃO E O ESTABELECIMENTO DOS PRIMEIROS NÚCLEOS AGRÍCOLAS NA REGIÃO DE BAURU (1856-1896).	68
6 AS TRANSFORMAÇÕES DA IMPRENSA BRASILEIRA DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA (1899-1930).....	82
6.1 A imprensa profissionalizada no Brasil (1899-1930)	84
6.2 Considerações acerca da imprensa nas “frentes pioneiras” paulistas.....	86
6.3 A formação da imprensa em Bauru (1906-1920)	92
6.3.1 As fontes de pesquisa: análise do jornal <i>O Baurú</i>	97
7 ANÁLISE DO JORNAL <i>O BAURÚ</i> (1905-1914).....	99
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS	128

1 INTRODUÇÃO

A cidade de Bauru, em sua formação histórica e desenvolvimento urbano, foi estratégica na consolidação dos projetos políticos e econômicos da Primeira República (1890-1930). Bauru foi uma região de investimentos prioritários do Estado e esteve alinhada com as principais discussões e práticas sociais que permearam a Primeira República, tais como: a instalação de uma nova ferrovia, a Noroeste do Brasil, e a dinamização da economia agroexportadora brasileira; a ampliação do sistema de justiça, por meio da instalação da Comarca e da Delegacia Regional de Polícia, e as questões que envolviam a ordem pública; o desenvolvimento urbano acelerado, marcado por desigualdades na apropriação do espaço público; além das configurações no cotidiano da cidade de valores como ciência, progresso e modernização.

A formação histórica de Bauru¹ esteve associada a um amplo processo de investimento na produção cafeeira e expansão da rede ferroviária na Primeira República (1889-1930). Parte substancial da bibliografia nacional sobre o tema pesquisou a consolidação da República a partir das relações econômicas de produção agrícola e seus reflexos na sociedade brasileira.

A economia cafeeira estruturou o processo de acumulação e desenvolvimento do capitalismo brasileiro desde a segunda metade do século XIX (CARONE, 1970; FERNANDES, 1976; RESENDE, 2003). Transformações legais (como a promulgação da Lei de Terras de 1850) e institucionais, tais como a Abolição da Escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889), contribuíram para dinamizar as relações produtivas no Brasil (COSTA, 2010; FURTADO, 1987; CARVALHO, 1998). Os investimentos produtivos foram realocados na região sudeste, em particular nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, após o declínio da mineração no estado de Minas Gerais, nesse cenário de transformação (COSTA, 2010).

A produção de café no Brasil ativou vários setores da sociedade. Empregou grande parte da população assalariada do país no trabalho direto ou indireto com as lavouras (colheita dos grãos de café, transporte, beneficiamento, armazenamento e comércio). Fomentou a indústria de insumos e bens agrícolas, contribuindo para a formação de um mercado interno; além de desenvolver a infraestrutura de transportes do país com a instalação de ferrovias e portos

¹ Em 1893, pela Lei Estadual nº. 209, foi criado o Distrito de Paz de Bauru pertencente ao município de Espírito Santo da Fortaleza. O Distrito cresceu em poder político e econômico e nas eleições municipais de 1896, o Distrito de Bauru conseguiu eleger a maioria dos vereadores para Câmara Municipal de Espírito Santo da Fortaleza. No mesmo ano, uma comitiva de vereadores bauruenses eleitos se dirigiu até a sede do município e propôs a mudança do mesmo para Bauru, a operação ficou conhecida como “tomada da Fortaleza”. Em 1º de agosto de 1896, pela Lei Estadual nº 428, foi criado o município, com sede na cidade de Bauru e extinto o município de Espírito Santo da Fortaleza (PAIVA, 1977).

(CARONE, 1970). Outro aspecto importante foram os créditos e financiamentos bancários voltados ao setor agrário, bem como a atuação estatal na otimização desses recursos (MELLO, 1982).

No plano político, a elite econômica dos produtores de café monopolizou o cenário político. Articulou práticas personalistas e autoritárias, revestidas de um verniz democrático, mediante processos eleitorais caracterizados pela fraude e diversas irregularidades (HOLANDA, 1995; RESENDE, 2003). Os arranjos políticos forjados no âmbito regional garantiram a hegemonia política dos estados de São Paulo e Minas Gerais na escolha dos presidentes da república (CORONE, 1979). A pesquisa de Claudia Viscari (2012) problematiza a estabilidade da aliança entre São Paulo e Minas Gerais e ressalta a atuação de outros estados, em particular a Bahia, em um intrincado processo de negociação político-econômico na composição da escolha dos Governos da Primeira República.

No contexto de consolidação da Primeira República e das tentativas de modernização das estruturas nacionais, foram acionados um conjunto de saberes, práticas sociais e valores.

O saber científico sobre raça e miscigenação, apropriado da produção europeia e adequado à realidade nacional recém-saída de um longo regime escravocrata, serviu para orientar os projetos republicanos de nação. Os estudos sobre os impactos da degenerescência na população, elaborados pelas elites da época, a formação da criminologia forense nacional e projetos de eugenia marcaram o período e sinalizaram que o regime republicano em consolidação no país era permeado por discriminações, exclusões e práticas extremamente violentas contra parcela significativa da sociedade, em particular a negra e mestiça (SCHWARCZ, 2011).

Os saberes da medicina social, que se traduziram em práticas de higienização e organização do espaço público, eram acionados de forma violenta contra as populações mais pobres. O combate aos cortiços das grandes cidades como focos disseminadores de doenças, as recentes teorias sobre o contágio de doenças e seus desdobramentos com as campanhas de vacinação obrigatória estavam sempre articulados com o aparato repressivo policial (ENGEL, 2004; SEVCENKO, 2010).

Na cidade de Bauru, os saberes da medicina social foram empregados por meio das obras de infraestrutura no fornecimento de água para a região central do município, com início na década de 1910. No ano de 1906, o Código de Posturas legislou sobre o modelo de construção das habitações da área central, os parâmetros de higiene exigidos para as edificações e as primeiras diretrizes para o projeto de urbanização da cidade. No entanto, o Código de

Posturas permaneceu como letra morta até 1920, sem maiores implicações no desenvolvimento da infraestrutura da cidade.

A criminalização de condutas consideradas inadequadas e que atentavam contra a moralidade pública, de acordo com as representações do projeto republicano, como a prostituição, a vadiagem e a embriaguez, foram fortemente reprimidas e alvo de atenção das autoridades públicas (BRETAS, 1997; SOUZA, 2009). Ao mesmo tempo, valores condizentes com a formação da sociedade burguesa foram estimulados e divulgados, como o trabalho, a moral sexual feminina², os direitos individuais e a propriedade privada (ESTEVES, 1989; SOIHET, 1989). Sobre as camadas mais baixas da população, que adentravam ao espaço público, recaíram as forças da vigilância e da disciplina, sendo o comportamento desses grupos mais fiscalizado e submetido a medidas prescritivas, facilmente observáveis na documentação sobre o período em questão.

As transformações políticas e sociais introduzidas pelo regime republicano (1889), conforme argumentado anteriormente, integradas às tentativas de modernizar o país, influenciaram e coordenaram a fundação das cidades paulistas (GHIRARDELLO, 2002; POSSAS, 2001; NETO, 2009). Na passagem para o século XX, ocorreu a interiorização das lavouras de café para a região centro-oeste paulista, ampliando a produção existente no Vale do Paraíba e em partes do estado do Rio de Janeiro. As transformações geográficas se traduziram em novas formas de produção do café³, com maior racionalização e orientadas pelo modelo capitalista empresarial, objetivando maior produtividade e lucro (FERNANDES, 1976).

Na medida em que as fronteiras das lavouras de café se expandiam em direção ao interior do estado de São Paulo, novas terras eram apropriadas e dominadas pela lógica do capitalismo. Nesse contexto, foi criado um aparato institucional que garantisse a propriedade da terra para os novos “donos da terra”, iniciado com a Lei de Terras, de 1850, e adensado com a instalação de cartórios de registro de propriedades e pela ramificação de Comarcas em diversas cidades. Tratava-se de expulsar os ocupantes originais (mestiços, descendentes de escravos, trabalhadores rurais pobres) das terras e instituir a presença do Estado Brasileiro, por meio da regulamentação legal da propriedade privada (POSSAS, 2001).

² A historiadora norte-americana Sueann Caulfield (2003), no livro *Em defesa da Honra: Moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)*, publicou importante estudo sobre os valores que permeavam a delimitação da moral sexual feminina a partir da categoria de “honra” presente no Código Penal Brasileiro de 1890. A historiadora utilizou como recurso metodológico os discursos de juristas e médicos em torno da virgindade feminina materializada no hímen e suas reverberações na formação de saberes técnicos aplicados nos procedimentos médico-legais para averiguação de estupro e defloração.

³ Trabalho assalariado de imigrantes europeus; maior controle da produção de grãos; novas técnicas de plantio, colheita e estocagem do café (FERNANDES, 1976).

A cidade de Bauru, em sua formação enquanto município, esteve associada ao processo de interiorização das lavouras de café, mas com especificidades históricas. Ao contrário de outras cidades do interior paulista⁴, Bauru não se desenvolveu diretamente a partir da produção cafeeira, mas sim por sediar o ponto inicial de uma importante estrada de ferro, a Noroeste do Brasil. Nos primeiros anos do século XX, Bauru era considerada uma “frente pioneira” por ser uma região ainda inexplorada pela lógica do capital e a última localidade de expansão da cultura cafeeira no estado de São Paulo. Essa região era considerada, também, uma “frente pioneira”, pois era o ponto limite entre a civilização e o “sertão inóspito, desconhecido e bárbaro”, segundo a racionalidade burguesa (GHIRARDELLO, 2002; POSSAS, 2001).

A implementação da infraestrutura para viabilizar a produção e exportação do café, por meio de estradas de ferro e portos, foi um dos setores de maior investimento dos primeiros Governos republicanos (SAES, 1981). A ampliação da rede ferroviária também tinha como objetivo estimular a ocupação do território brasileiro, pouco povoado longe dos grandes centros urbanos e das regiões litorâneas; ao mesmo tempo em que forjava a unidade nacional pela ligação de diferentes regiões geográficas. De acordo com Nísia Trindade de Lima, “o projeto de construir uma nação que representasse a civilização nos trópicos incluía preocupações com a identidade física – delimitação de fronteiras e conhecimento geográfico – e com a unidade territorial e cultural” (LIMA, 1999, p.63).

Em 1890, foi criado o Plano de Viação Federal⁵. Esse regulamento estabeleceu as diretrizes para os investimentos em infraestrutura no país. Em linhas gerais, o teor do Plano Geral de Viação Federal era o seguinte: facilitar e otimizar a ligação de áreas com potencial econômico aos principais portos do país; aproveitar e ampliar as linhas férreas existentes no país; e estimular a colonização do interior, com desdobramentos na região de fronteira terrestre do Brasil com Uruguai, Paraguai, Argentina e Bolívia (GHIRARDELLO, 2002).

A elaboração do Plano de Viação foi representativa das questões que permeavam o ideário republicano. Os estudos técnicos de reconhecimento geográfico de diferentes regiões do país⁶, com as análises dos aspectos naturais, além do mapeamento das populações indígenas, se alinharam com a racionalidade científica.

⁴ Alguns exemplos são: Ribeirão Preto, Araraquara, Campinas, Carlos, Rio Claro (NETO, 2009)

⁵ Decreto nº 524, de 26 de junho de 1890, promulgado pelo Governo Provisório Manoel Deodoro da Fonseca, disponível na íntegra em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-524-26-junho-1890-523675-publicacaooriginal-1-pe.html>

⁶ O Decreto nº 1658, de 20 de janeiro de 1894, aprovou que fossem realizadas pesquisas na região de Bauru para a construção de uma estrada de ferro. No entanto, a falta de capitais e as disputas em torno dos traçados das linhas protelaram o início dos trabalhos até 1904 (GHIRARDELLO, 2002)

Os debates entre os produtores de café sobre os traçados das linhas de ferro foram orientados por questões de ordem político-econômica, mais do que simplesmente técnicas, sinalizando que a alocação dos investimentos públicos atenderia a demandas particulares da elite agrária. Outro aspecto bastante revelador das diretrizes do Brasil Republicano foram as parcerias realizadas com o capital europeu e estadunidense para financiar a construção da infraestrutura de transportes do país.

No começo do século XX, no ano de 1904, como parte de uma das Seções do Plano de Viação Federal, foi aprovada a construção da estrada de ferro que partiria do município de Bauru em direção ao interior do estado até a divisa com o atual estado do Mato Grosso do Sul, em seu tronco principal, com um desdobramento em direção ao Mato Grosso (GHIRARDELLO, 2002). Esse foi um dos maiores empreendimentos ferroviários do país no período. No plano original, a estrada de ferro teria 1200 km. Ao final da construção, com as ramificações, a linha férrea contou com 1622 km (POSSAS, 2001).

Ficou acordado que a construção da Estrada de Ferro ficaria sob responsabilidade da Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil, empresa privada com capitais franco-belgas (GHIRARDELLO, 2002). A concessão para construir estradas de ferro no Brasil era um empreendimento muito lucrativo e disputado por várias companhias, algumas de origem europeia e estadunidense. O Estado brasileiro atuava na regulamentação do traçado das linhas, na isenção de tarifas para importação de maquinários para construção da ferrovia, além de conceder monopólios de exploração do tráfego de mercadorias e passageiros (NETO, 2009; SAES, 1981).

No ano de 1904, começaram os trabalhos de reconhecimento e pesquisa da região para a futura construção da estrada de ferro. De acordo com o Decreto nº 5.266, cabia ao município de Bauru iniciar os trabalhos técnicos de mapeamento da região que compreendia do município até o rio Paraná. Essa vasta região era pouco conhecida na época e inexplorada de forma econômica. As imprecisões geográficas sobre a região eram muitas por se tratar de uma “frente pioneira”. De acordo com Nilson Ghirardello (2002), a expedição técnico-científica de mapeamento da região antecedeu em um ano a que foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1905. Essa informação é importante, pois reforça a importância estratégica, econômica e política do empreendimento que se iniciava em Bauru e transformava o município em uma área de investimento prioritário.

Esse processo de reconhecimento e conquista foi marcado por diversos conflitos entre os nativos e os representantes da “civilização e do progresso” (POSSAS, 2001). Os conflitos se intensificaram com o início da construção da Noroeste do Brasil. Havia presença significativa

de vários grupos indígenas e muitos deles ofereceram forte resistência aos novos conquistadores, o que exigiu grandes mobilizações de homens armados que se encarregavam da proteção da comitiva de pesquisadores e construtores ou atuavam diretamente no processo de extermínio dos indígenas por meio “do ataque preventivo” e a “pacificação da região” (LIMA, 1978).

Os trabalhos de construção da Noroeste do Brasil dividiram-se em três etapas. A primeira recebeu o nome de “estudos”: reconhecimento e exploração da região, orçamento e locação de instalações⁷. O segundo foi a construção da linha férrea. A terceira, a organização do tráfego de trens. Todas as etapas do projeto eram enviadas para o Governo Federal para serem revistas e validadas para posteriormente serem implementadas (GHIRARDELLO, 2002). Os vínculos entre o município e os Estados eram reforçados, evidenciando que parte importante dos projetos republicanos perpassava pela cidade, assim como o maior controle das decisões que ocorriam no âmbito local.

Nessa etapa de viabilização da estrada de ferro e o início das obras em 1906, a cidade de Bauru se transformou rapidamente. Um corpo técnico de funcionários, formado por engenheiros, arquitetos, agrimensores, empreiteiros, se transferiu dos grandes centros urbanos (São Paulo e Rio de Janeiro) para o município (GHIRARDELLO, 2002; POSSAS, 2001). A formação de uma elite letrada formada por profissionais liberais (engenheiros, advogados, jornalistas, dentre outros) que não estavam vinculados diretamente à produção cafeeira foi uma das particularidades históricas de Bauru.

Esse segmento da população pode ser localizado nos jornais locais da época, onde algumas notícias relatavam as contribuições dos “doutores” na formação de Bauru e o pioneirismo de seus empreendimentos. Em alguns casos, algumas colunas foram escritas pelos próprios personagens. A inserção e atuação desse grupo social no processo de urbanização de cidades do centro-oeste paulista não foi analisada e constitui um dos objetivos desta pesquisa, sinalizando novos horizontes de investigação nos estudos sobre a Primeira República.

Em número muito maior, também chegaram à cidade trabalhadores braçais. Os de pouca qualificação técnica, recrutados principalmente nos estados da Bahia e Minas Gerais, foram trabalhar na abertura de caminhos para a construção dos trilhos mata adentro e como construtores de acampamentos provisórios para receber o maquinário e abrigar o conjunto dos funcionários da ferrovia. Essa ocupação era extremamente difícil e muitos trabalhadores viviam

⁷ Nessa fase um volumoso conjunto de informações sobre a vegetação, clima, solo, hidrografia e relevo; além de produção cartográfica sobre o centro-oeste paulista foi produzido (GHIRARDELLO, 2002).

em condições de extrema miséria⁸, alvo de doenças como malária e leishmaniose (que recebeu a alcunha de Úlcera de Bauru) e envolvidos em conflitos com os grupos indígenas. A situação chegou a números alarmantes, a ponto de, em 1912, ser criada a Santa Casa de Misericórdia para atender os funcionários da ferrovia (GHIRARDELLO, 2002; MORATELLI, 2013).

Os trabalhadores com algum conhecimento técnico, geralmente recrutados entre os imigrantes portugueses e espanhóis, trabalharam diretamente na construção dos trilhos. Eram arregimentados em contratos de trabalho temporário, de acordo com os trechos que estavam em construção da ferrovia. Terminada a obra, eram dispensados. Em muitos casos, esperando uma nova recontração por alguma empresa empreiteira que prestava serviços para a Noroeste do Brasil ou por falta de condições financeiras para retornar para o seu local de origem, esses trabalhadores se estabeleciam na cidade de Bauru (GHIRARDELLO, 2002; MORATELLI, 2013).

As obras da Noroeste do Brasil foram concluídas no final de 1914 em território paulista⁹. Um pouco antes, em 1905, chegou até Bauru a Estrada de Ferro Sorocabana; em 1910, a Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais¹⁰. A cidade se transformou em um dos mais importantes entroncamentos ferroviários do país. Os fluxos de trens dinamizaram a economia local. Nas linhas que cortavam o município, eram transportados, além de café, celulose, insumos agrícolas, equipamentos e maquinários diversos e, a partir da década de 1920, minérios explorados na Bolívia (POSSAS, 2001).

Os trilhos não serviam apenas para o transporte de mercadorias; eram também utilizados para o transporte de pessoas. Era possível seguir diferentes rotas de viagem: uma delas permitia viajar até a cidade de São Paulo, com escalas em diversas cidades da Alta Sorocabana; outra possibilitava o deslocamento para os estados de Mato Grosso. As viagens de trens eram amplamente utilizadas no período em questão.

Conforme pesquisa de Lídia Maria Vianna Possas (2001), mesmo com a crescente popularização desse meio de transporte, mecanismos de diferenciação social foram criados dentro dessas locomotivas. Luxuosas composições com carros salões, carros-restaurantes,

⁸ Em sua pesquisa sobre a Noroeste do Brasil, Thiago Moratelli (2013) analisa os salários que os ferroviários e construtores da ferrovia recebiam. De acordo com o autor, as manifestações contra os baixos salários realizadas pelos funcionários eram uma das preocupações dos diretores da ferrovia, conforme demonstravam alguns relatórios e circulares da empresa.

⁹ Uma segunda etapa da construção continuou no estado de Mato Grosso, finalizada em 1920 (GHIRARDELLO, 2002)

¹⁰ O pesquisador Hilário Domingues Neto (2009) analisou como a Companhia Paulista de Vias Férreas e Fluviais estendeu parte das suas operações pela navegação do rio Mogi-Guaçu no estado de São Paulo. Parte de sua pesquisa investigou a história da Companhia e seu crescimento exponencial na primeira metade do século XX

dormitórios e banheiros eram destinadas aos viajantes de primeira classe. Para os passageiros das classes populares, as composições eram bem mais modestas e, não raramente, lotadas.

Outro mecanismo de diferenciação social podia ser percebido pelo vestuário dos passageiros e pela utilização de determinados utensílios, principalmente as malas, próprias para o transporte de roupas e chapéus. A moda e as regras de etiqueta conservavam os valores aristocráticos de uma sociedade em transformação e reforçavam a distinção social dos passageiros. Apesar do convívio de pessoas tão diferentes no mesmo espaço físico, os indivíduos permaneciam segmentados.

O processo de construção da Noroeste do Brasil e o adensamento urbano foram acompanhados de melhorias na infraestrutura da cidade. Em 1908, foi inaugurado o serviço telefônico, o prédio da Câmara Municipal e o primeiro cemitério da cidade. Em 1910, foi inaugurado o Banco de Custeio Rural e o Esporte Clube Noroeste (clube de futebol vinculado à ferrovia). Em 1911, foi instalada a iluminação pública. Em 1912, a Santa Casa de Misericórdia e a Cadeira Pública começaram a funcionar em prédio próprio. Em 1913, a cidade recebeu seu primeiro Grupo Escolar. Em 1914, o hospital particular Beneficência Portuguesa. O Banco do Brasil chegou à cidade em 1918; e o Banco Comércio e Indústria, em 1922 (PELEGRINA, 2007).

Conforme observou o arquiteto Adrián Gorelick (1999), as cidades construídas e formadas na América Latina não são apenas produto da modernidade, mas também forjam e criam a própria modernidade. Nesta pesquisa, pretendemos considerar a cidade de Bauru nessa perspectiva de análise, como produtora de uma modernidade na região do interior paulista, com seus limites e contradições urbanas.

O processo de crescimento populacional da cidade foi acompanhado por vários conflitos. A instalação da Comarca de Bauru em 1910 e do prédio da Cadeira Pública, conforme citado anteriormente, são representativos das disputas que marcaram a formação da cidade. A instalação do sistema de justiça foi uma das tentativas do poder republicano para mediar os conflitos no município e atuar diretamente no disciplinamento das relações sociais. Na região, foram feitos investimentos massivos e o controle da população deveria ser exercido de forma mais direta.

A cidade de Bauru não é apenas a delimitação geográfica desta pesquisa. O município, formado na transição para o século XX, foi uma parte importante do projeto econômico-político de transformação do território paulista, por meio da ampliação da malha ferroviária e de unidades produtivas agrícolas. Algumas das opções metodológicas que orientam este trabalho visam considerar a cidade como uma territorialidade que foi produzida em um contexto

histórico de amplas transformações sociais, políticas e econômicas no plano nacional, mas que apresenta particularidades.

Nessa abordagem, as dicotomias entre o regional e o nacional são reconfiguradas e muitas vezes negadas, por se tratar de um mesmo processo histórico com ambivalências e sobreposições (DAS e POOLE, 2008). Além disso, distanciamos-nos das perspectivas que veem as cidades paulistas formadas no início do século XX como uma configuração incompleta de um projeto nacional que se pretendia moderno, homogêneo e unificador; com escalas de gradação que se aproximavam ou se distanciavam de um modelo ideal de Estado.

Neste trabalho, analisamos o processo de consolidação e transformação urbana do município de Bauru (SP), ocorrido principalmente entre os anos de 1906 a 1915. Para viabilizar nossa investigação, selecionamos como fonte de pesquisa o jornal “*O Baurú*”, publicado na cidade durante o período mencionado. Entendemos que esse intervalo temporal corresponde às principais transformações urbanas em Bauru, que delinearam o desenvolvimento socio-histórico subsequente do município. O período escolhido coincide com a consolidação e operacionalização da malha ferroviária em Bauru, ligada aos projetos de transformações econômicas, políticas e sociais em nível estadual e nacional, implementados na Primeira República brasileira.

No âmbito local, mas conectado aos projetos de maior alcance, nossa pesquisa enfatiza a dinâmica de instalação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e seus desdobramentos no cotidiano de Bauru. A escolha do período para a documentação foi condicionada também pela questão prática do volume de material disponível, tornando inviável a análise de um intervalo mais extenso.

O percurso acadêmico em nível de pós-graduação, que resultou nesta pesquisa, foi desafiador e atípico. A primeira grande dificuldade foi a alteração das fontes de pesquisa. O projeto original, aprovado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp de Marília, previa o uso dos inquéritos policiais da Comarca de Bauru durante a Primeira República. Contudo, após ser aprovado no processo seletivo no final de 2018, a documentação tornou-se indisponível. A Unisagrado, universidade privada que custodiava os inquéritos, optou por descartar todo o acervo. Os motivos foram imprecisos, mas o descaso com a documentação histórica foi claro. Tentativas de transferir a documentação para outras unidades da Unesp falharam, e o material foi enviado ao poder Judiciário de Bauru.

Após meses de busca, descobri que o Fórum de Bauru ficou com os documentos. No entanto, mesmo localizando-os, a pesquisa foi inviabilizada. O Fórum, uma autarquia, apenas armazenava os documentos, sem disponibilizá-los para pesquisa. As caixas estavam em uma

sala compartilhada com seguranças armados e pessoas envolvidas em audiências judiciais, um ambiente inadequado para pesquisas acadêmicas.

Em decorrência da impossibilidade de pesquisar os inquéritos policiais, e em decisão acordada com meu orientador, Marcelo Augusto Totti, optamos por investigar os jornais publicados no município de Bauru. Essa escolha resultou em alterações significativas no desenvolvimento deste trabalho. O referencial teórico que orientava nossa proposta de investigação inicial foi modificado. Dediquei-me aos estudos de outros autores e teorias, distanciando-me da minha formação inicial como pesquisador, mas, principalmente, das abordagens metodológicas do trabalho de investigação a partir de fontes documentais. O trabalho investigativo com fontes da imprensa local difere substancialmente das pesquisas com fontes do poder judiciário.

Após redefinir as fontes e o referencial teórico da pesquisa, no início de 2020, mudei-me para Bauru, onde teria acesso facilitado ao arquivo. Nessa ocasião, pretendia pesquisar no Museu Histórico de Bauru e Região e no Museu Ferroviário Regional de Bauru. No entanto, poucos meses depois de chegar à cidade, começou a pandemia da Covid-19. O impacto e o risco para a vida humana colocaram as pesquisas de pós-graduação em segundo plano. As medidas sanitárias, embora aplicadas de forma inadequada no Brasil, interromperam qualquer atividade nos arquivos de pesquisa, assim como o ensino universitário e o acesso ao acervo das bibliotecas da Unesp. Nos dois anos seguintes, assim como grande parte da população brasileira, busquei sobreviver e realizar leituras por meio de artigos disponíveis na internet, além de usar o meu próprio acervo de livros.

Durante o ano de 2019, o Brasil viveu um projeto político que atacou as universidades públicas e os centros de pesquisa, sob a gestão de Jair Bolsonaro. Uma das consequências desse processo foi o corte orçamentário das bolsas de pesquisa dos programas de pós-graduação. O então Ministro da Educação, Abraham Weintraub, usou o argumento de combater a “balbúrdia na universidade pública” e alegou a existência de “vistosos pés de maconha cultivados por estudantes de humanas” para cancelar a concessão de bolsas de pós-graduação do câmpus da Unesp de Marília. Essa medida me deixou sem bolsa de pesquisa durante a maior parte do meu doutorado. Eu seria o próximo na lista de inscritos para receber a bolsa, depois de ter sido aprovado em segundo lugar no processo seletivo do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp de Marília.

Como estratégia financeira, me equilibrava entre ministrar muitas aulas nas escolas públicas de Marília e Bauru, com o esforço de lecionar na condição instável de professor-bolsista de cursos de Graduação da Unesp de Marília e de Bauru, conciliando, na medida do

possível, o desenvolvimento da pesquisa de doutoramento. No meu último ano de curso regular do Doutorado, fui contemplado com 12 meses de bolsa CAPES, no ano de 2022.

No final do ano de 2021, com o relativo controle da pandemia de covid-19 no Brasil, consegui acessar o arquivo de pesquisa escolhido. No entanto, outros problemas surgiram. O Museu Histórico de Bauru e Região, um dos acervos de referência da cidade, estava em obras para a reforma do prédio. Os documentos foram remanejados provisoriamente para o Museu Ferroviário Regional de Bauru, sem possibilidade de consulta. Diante desse novo impasse, me dediquei a explorar o arquivo do Museu Ferroviário Regional de Bauru. Com extensa documentação, esse arquivo contempla fotos, revistas, prontuários da ferrovia Noroeste do Brasil, jornais sobre Bauru e seu entorno, em número e qualidade de conservação satisfatórias.

Durante as visitas de pesquisa ao Museu Ferroviário Regional de Bauru, enfrentei um problema significativo relacionado ao sistema de agendamento. Em uma época de transição da pandemia, com a vacinação da população ainda em estágio inicial, o arquivo permitia a entrada de apenas um pesquisador por dia, por um período máximo de quatro horas. O agendamento era feito sempre no mês anterior, por meio de um formulário do “Google Formulários”. Após a solicitação, era necessário aguardar a aprovação, e muitas das datas solicitadas eram negadas.

Uma vez concedido o acesso ao acervo, o cotidiano de pesquisa revelou-se inadequado. A funcionária responsável por localizar e disponibilizar os documentos, apesar de bem-intencionada e prestatividade, acabava por complicar o processo de pesquisa. Os pesquisadores, sem conhecimento do conjunto da documentação do museu, dependiam dela para localizar e acessar as fontes. Após receber explicações sobre o objeto de pesquisa e as possíveis fontes relevantes, a funcionária selecionava os documentos conforme seu próprio entendimento. Mesmo diante de diretrizes e informações precisas, ela trazia o que julgava pertinente à pesquisa.

Esse cenário mostra o descaso da prefeitura com os arquivos de pesquisa de Bauru. A funcionária tinha uma atitude compreensível, em parte, pois sua função original no serviço público municipal era em uma Unidade Básica de Saúde, e ela estava no arquivo de forma improvisada. Em nenhuma das visitas ao arquivo eu consegui falar com a museóloga responsável pelo Museu Ferroviário Regional de Bauru, como constava no site oficial da prefeitura.

Em junho de 2022, o Museu Ferroviário Regional de Bauru recebeu uma verba para reformar as instalações elétricas do prédio. Segundo a placa informativa fixada do lado de fora do arquivo, o governo federal destinou um orçamento e um prazo de um mês para a reforma. No entanto, até março de 2023, o museu ainda estava fechado para pesquisadores. Isso

prejudicou parte do meu trabalho de pesquisa, pois as poucas fotografias que consegui no arquivo não eram suficientes para formar um conjunto de fontes documentais sistematizado e confiável.

Diante das dificuldades para acessar os outros arquivos de pesquisa da cidade de Bauru, eu e meu orientador decidimos recorrer ao Núcleo de Pesquisa e Documentação Histórica de Bauru e Região. Este arquivo pertence à universidade privada Unisagrado. Para conseguir visitar as instalações, entre agosto e dezembro de 2022, eu tive que negociar com a instituição de ensino e enviar ofícios solicitando agendamento das datas de pesquisa. O material arquivado, principalmente os jornais, foi útil para a minha pesquisa. No entanto, o atendimento no arquivo era feito por estagiários do curso de história da Unisagrado. Eu tinha que coincidir as minhas visitas com os dias de estágio dos estudantes. Apesar de algumas hesitações e imprevistos, os estagiários foram prestativos e responsáveis pelo atendimento no Núcleo de Pesquisa e Documentação Histórica de Bauru e Região.

As dificuldades para concluir este trabalho, conforme relatado anteriormente, afetaram, de alguma forma, o resultado desta pesquisa. Na medida do possível, me empenhei para superar os obstáculos e complicações. Nesse processo difícil, o apoio e a compreensão de meu orientador, Marcelo Augusto Totti, foram essenciais. Por meio de reuniões regulares do nosso grupo de pesquisa “Intelectuais, Esquerdas e Movimentos Sociais”, das sugestões bibliográficas sobre o tema pesquisado e das correções de rumo da pesquisa, meu orientador ajudou a amenizar as adversidades enfrentadas. Sou também muito grato à pesquisadora e professora Raquel Discini de Campos, cuja contribuição e gentileza, durante o exame de qualificação, apontaram valiosos caminhos de pesquisa no arquivo. Meus mais sinceros agradecimentos a Marcelo Totti e Raquel Discini de Campos.

O texto que resultou desta pesquisa está dividido em capítulos conforme a sequência:

No segundo capítulo, intitulado “O processo de ocupação e instalação das primeiras unidades agrícolas no território paulista (séc. XIX)”, investigamos o processo de interiorização e expansão da fronteira agrícola paulista. Na segunda metade do século XIX, a produção de café se intensificou no Brasil e novas áreas de cultivo foram estabelecidas nas “frentes pioneiras”. A dinâmica produtiva e as relações econômicas adquiriram características capitalistas, com o surgimento do trabalho assalariado na lavoura e a mercantilização da terra. Nesse capítulo, também problematizamos os diversos e frequentes conflitos gerados pela disputa pela terra, especialmente com os grupos indígenas que habitavam historicamente o território.

No terceiro capítulo, intitulado “A política de incentivos econômicos da Primeira República (1889-1930) no processo de expansão da produção de café no interior de São Paulo”, examinamos como o cultivo do café foi essencial para a consolidação política e econômica da Primeira República e os mecanismos que levaram o estado de São Paulo a assumir a liderança nacional. A expansão das lavouras de café nas “frentes pioneiras” foi acompanhada pela criação de cidades e transformações nas sociedades locais. O fazendeiro passou a orientar sua produção em um modelo capitalista, bem como estabeleceu uma nova forma de exercer o poder político: o coronelismo. Com o avanço do café, a sociedade brasileira se diversificou economicamente e as oportunidades de investimentos ultrapassaram a produção agrícola. Além disso, nesse capítulo, analisamos a dinâmica da cadeia produtiva do café e identificamos alguns tipos sociais que participaram do processo.

No quarto capítulo, intitulado “A política de incentivos econômicos da Primeira República (1889-1930) no processo de expansão das ferrovias no interior de São Paulo”, examinamos os principais aspectos da consolidação do sistema ferroviário paulista articulado com a expansão da cultura cafeeira e a fundação de municípios. Em especial, investigamos o papel estratégico e singular da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil para o desenvolvimento da cidade de Bauru. Além disso, discutimos o processo de construção da ferrovia Noroeste do Brasil e as condições de trabalho, com destaque para os conflitos que envolveram trabalhadores e grupos indígenas.

No quinto capítulo, intitulado “A ocupação e o estabelecimento dos primeiros núcleos agrícolas na região de Bauru (1856-1896)”, resgatamos a historicidade da ocupação da localidade de Bauru e sua transformação em um núcleo agrícola. Por meio de registros de ofícios enviados ao Governo da Província, examinamos a dinâmica dos interesses políticos e econômicos que permearam a fundação do bairro rural de Bauru, bem como a dinâmica conflituosa com os grupos indígenas que habitavam a localidade. Nesse processo investigativo, problematizamos a atuação dos pioneiros da cidade e os movimentos políticos que definiram a autonomia municipal em relação a Espírito Santo da Fortaleza, a qual Bauru era subordinado.

No sexto capítulo, intitulado “As transformações da imprensa brasileira durante a Primeira República (1899-1930)”, estudamos o processo de consolidação e transformação da imprensa no Brasil. A crescente profissionalização do jornalismo e a constituição da imprensa como empresa capitalista são discutidos no capítulo. Além disso, ainda que brevemente, problematizamos as relações do jornalismo como produtor e produto da realidade histórica. Por fim, caracterizamos as singularidades do jornalismo praticado em pequenas cidades do interior de São Paulo, nas primeiras décadas do século XX.

No sétimo capítulo, intitulado “Análise do jornal *O Baurú* (1905-1914)”, estudamos o jornal *O Baurú* em sua materialidade como fonte de pesquisa e seu conteúdo discursivo. Por meio das notícias publicadas, resgatamos a formação histórica do município, com personagens anônimos, conflitos sociais e discursos característicos da Primeira República: moralização dos costumes, investimentos na segurança pública e vigilância contra os segmentos populares, higienização e saneamento do espaço público da cidade. Nesse capítulo, também analisamos algumas fotografias do período e articulamos com o momento histórico retratado nas páginas do jornal.

Por fim, apresentamos as “Considerações Finais” deste trabalho de pesquisa, com a síntese dos principais problemas discutidos ao longo do texto.

2 O PROCESSO DE OCUPAÇÃO E INSTALAÇÃO DAS PRIMEIRAS UNIDADES AGRÍCOLAS NO TERRÍTORIO PAULISTA (SÉC. XIX)

A região conhecida como “oeste da Província de São Paulo” apresenta imprecisões conceituais e foi redefinida durante a segunda metade do século XIX e, principalmente, nas primeiras décadas do século XX, segundo o pesquisador Célio Losnak (2017). De acordo com o autor, diversos agentes, incluindo engenheiros, botânicos, geógrafos, historiadores, memorialistas, jornalistas, sociólogos, escritores e moradores, participaram do processo de conceituação geográfica da região (LOSNAK, 2017, p. 2). Nessa perspectiva, a região denominada “oeste do Estado de São Paulo” é uma representação socioespacial, resultado de um intenso e, por vezes, contraditório processo de classificação, moldado por constantes jogos políticos e discursivos.

Na segunda metade do século XIX, o território descrito como “oeste da Província de São Paulo” abrangia as regiões próximas à cidade de São Paulo, que ainda preservavam elementos de uma sociedade burguesa, caracterizada pela infraestrutura urbana e por instituições capazes de sustentar os valores burgueses. As cidades geograficamente localizadas a oeste eram aquelas que mantinham usos sociais dos espaços públicos e uma organização social semelhante à encontrada na capital, embora com variações de tamanho e importância política e econômica (LOSNAK, 2017).

Segundo Célio Losnak (2017), as cidades da época eram caracterizadas por uma estrutura composta de vias públicas, espaços abertos como praças, construções religiosas e propriedades privadas. Além disso, possuíam instituições governamentais — executivas, legislativas e judiciárias — e suas respectivas sedes, clubes sociais, veículos de mídia, sedes de partidos políticos e atividades econômicas integradas ao sistema de mercado, conectadas por uma infraestrutura de transporte e comunicação.

Parte do entendimento científico e da racionalidade política da elite paulista do século XIX concebia o território de bairros rurais, vilas e cidades como espaços dotados de estrutura administrativa e política, sob a influência do Governo Provincial. A definição de território, a partir da perspectiva restrita dos aspectos administrativos e políticos do Estado brasileiro, permitia que grandes extensões de terras fossem consideradas “sertões” ou “desconhecidas”. Do ponto de vista cotidiano, segundo a pesquisadora Amália Cristovão dos Santos (2016), as fronteiras delimitadas pelo poder administrativo e político eram abstrações que eram constantemente transpostas, ressignificadas e reapropriadas pela população local.

A experiência da espacialidade cotidiana da população, com a estruturação de atividades que garantiam a sobrevivência, embaralhava constantemente em uma zona difusa e de indiferenciação a noção de território administrativo e político com o “sertão” desconhecido e inóspito, caro à racionalidade do século XIX da elite paulista. De acordo com a referida autora: “No entanto, ainda que a constituição da estrutura administrativa seja, não raro, um ponto de inflexão na configuração do território, os usos e a ocupação do espaço não correspondiam sempre aos limites jurídicos e fiscais impostos pelo poder público.” (SANTOS, 2016, p.192).

No longo processo de ocupação e transformação do território paulista, as primeiras décadas do século XIX apresentaram um ponto de inflexão nas políticas de conquista da espacialidade da Província de São Paulo. Nesse contexto, a produção discursiva, sustentada pela produção cartográfica, em particular do Mapa Provincial de São Paulo, editado em 1837, descreve parte considerável do território paulista como “sertão desconhecido”. O conhecimento pretérito da exploração e conquista do bandeirantismo paulista, a partir das múltiplas interações com grupos indígenas, com maior ou menor grau de animosidade, foi ocultado da produção cartográfica do começo do século XIX. Segue abaixo o mapa:

Mapa 1 - Mappa Chorographico da Provincia de São Paulo, 1837



Fonte: Daniel Pedro Müller, 1841

O conhecimento dos cursos dos rios, o mapeamento e localização dos agrupamentos indígenas, além de pequenas sinalizações sobre recursos minerais e da vegetação do território paulista, inclusive com precisão de fronteiras interprovinciais, estiveram presentes em mapas do final do século XVII e do século XVIII, com relativa precisão e passaram a ser negligenciados pela produção cartográfica do século XIX brasileiro.

De acordo com Amália Cristovão dos Santos (2016), dentro desse contexto, algumas regiões do estado de São Paulo foram classificadas como “sertão desconhecido”. Essa classificação não se devia à falta de exploração, mas sim às características dessas áreas que não se alinhavam com os objetivos desejados para o desenvolvimento da província. Portanto, tal nomenclatura servia para justificar a introdução de novos métodos de produção e apropriação desses territórios, que estavam mais em consonância com os interesses econômicos e políticos da elite governante paulista.

A produção científica do período, com destaque para os mapas e as expedições de reconhecimento do território paulista, voltada a um público letrado restrito, serviu de suporte para o processo de transformação do território paulista, por meio da instalação de unidades produtivas agrícolas e da expansão da pecuária nas regiões mais interiorizadas. Esse processo sócio-histórico representou a ascensão de um novo modelo de racionalidade que se estruturava em torno da intervenção na realidade. A crescente legitimidade do discurso científico no período foi indissociável da prática de transformação do território paulista, em particular dos aspectos considerados “naturais” pela elite intelectual do período, como a vegetação, o solo, a fauna, além das populações nativas.

No processo de construção simbólica do “sertão paulista” pela elite ilustrada paulista, este era um objetivo a ser alcançado por meio da expansão da civilização, na qual o progresso material, o desenvolvimento econômico e a colonização racional do território eram fundamentais, em um programa político e social maior que visava colocar São Paulo na liderança de diferentes projetos de nação que se desenhavam com a desagregação do Império brasileiro.

Segundo Antônio Carlos Robert de Moraes (2003), classificar uma área como sertão implica antever um potencial de desenvolvimento futuro que diverge dos padrões atuais. Sob essa ótica, regiões são transformadas em sertões quando capturam a atenção de grupos sociais interessados em promover novos padrões de uso e aproveitamento do espaço. Assim, essa concepção pode ser utilizada como um argumento no processo de consolidação de políticas e ações territoriais por parte do governo ou de determinados setores sociais.

Os discursos sobre o “sertão”, durante o século XIX, como o local a ser conquistado, como uma região inabitada, como uma territorialidade vital para a expansão e consolidação da economia agrícola paulista, eram uma poderosa forma de convencimento e pragmatismo político operado por setores da elite de São Paulo. Em oposição e pelo contraste aos discursos característicos sobre o “sertão”, setores da elite política, intelectual e econômica, com crescente convergência desses três aspectos, forjavam uma autorrepresentação positiva sobre os próprios membros desse restrito grupo social e reivindicavam o protagonismo e a liderança no processo de transformação territorial de São Paulo e, por extensão, do Brasil. O entendimento e a escrita da história, a construção social sobre as memórias e as utopias de futuro, eram temas produzidos e disseminados pela elite paulista que vivenciou a conquista e a transformação do território de São Paulo.

O conteúdo acerca da autorrepresentação que a elite paulista produzia sobre seu próprio grupo social orbitava em torno de valores como heroísmo, esclarecimento científico, racionalidade, pragmatismo econômico e nobiliarquia. Um aspecto importante do imaginário da elite paulista do século XIX brasileiro era a diferenciação radical da cultura e história indígena paulista.

Os indígenas nativos, que exerceram importante papel no processo de reconhecimento, expansão e estabelecimento de paulistas no território de São Paulo por meio de alianças, com maior ou menor grau de violência, passaram a ser considerados no imaginário dessa elite como inimigos e símbolo máximo do atraso a ser vencido pelo progresso e modernidade. Qualquer eventual origem étnica indígena que perpassasse a linhagem de branquitude pretendida pelos paulistas era prontamente esquecida na memória acerca das origens familiares ou, até mesmo, quando possível, adulterado o grafismo de nomes e sobrenomes em registros cartoriais que pudessem sugerir alguma proximidade com os nativos.

Foram recorrentes no século XIX livros encomendados pela elite paulista que resgatassem a genealogia de famílias paulistas sem qualquer vínculo com os indígenas. Os almanaques nobiliárquicos funcionavam como uma garantia de pureza étnica e nobreza histórica em uma sociedade em transformação e marcada pela brutalidade da miscigenação étnica.

As representações sobre os “sertões paulistas” não se limitavam aos aspectos geográficos. Os “sertões paulistas” tinham aspectos sociais e culturais que ajudavam a orientar e significar a experiência concreta de populações que viviam longe dos centros urbanos estruturados. O vazio demográfico do “sertão”, marcado pela carência material e pelo contato direto com a natureza, gerava representações específicas sobre seus habitantes. Eles eram

homens e mulheres heroicos, desbravadores, pioneiros e destemidos, com uma missão civilizatória que envolvia a conquista da natureza e o domínio das populações indígenas. Essas características positivas, em certa medida, foram fundamentais para a construção do imaginário da identidade dos paulistas, principalmente daqueles que participaram da “marcha pioneira” (LIPPI, 1998). Segundo Moraes (2003, p.3): “O sertão é comumente concebido como um espaço para a expansão, como o alvo de um movimento expansionista que busca integrar aquele novo espaço, assim chamado, a fluxos econômicos ou a uma esfera de poder que lhe falta naquele momento.”

Em um contexto amplo de compreensão sobre a relação entre sociedade e natureza, a elite da época inseriu a questão dos “sertões paulistas” na dinâmica do desenvolvimento econômico do Brasil do século XIX. A natureza inexplorada passou a simbolizar o atraso da sociedade brasileira, ao mesmo tempo em que era um campo estratégico para o desenvolvimento econômico do país. O avanço e a transformação da sociedade brasileira eram organizados como discurso e prática pela superação dos obstáculos representados pela natureza. A radicalidade desse processo, a rapidez e a escala em que ocorreram, foram inéditas na história do Brasil até aquele período.

A exploração das novas regiões de São Paulo resultou em um confronto intenso entre os seres humanos e o meio ambiente. A natureza, até então, era vista como um entrave ao progresso, com terras não cultivadas e não alteradas pela atividade humana. A falta de usos econômicos para a terra era vista como um empecilho ao desenvolvimento da civilização. As florestas tropicais, os campos e os cerrados eram considerados desafios a serem vencidos pelos pioneiros. Além disso, eles também enfrentaram dificuldades nas lutas contra as tribos indígenas que habitavam as terras agora cobiçadas (MAHL, 2007, p.41).

Na passagem para o século XX, no contexto de expansão da fronteira agrícola cafeeira para áreas localizadas na parte geográfica centro-oeste do Estado, além das cidades de Campinas, Araraquara e Ribeirão Preto, principais centros produtores de café, integradas à cidade de São Paulo pelas estradas de ferro, o entendimento dominante do período redefiniu o “oeste do estado de São Paulo”. Os pequenos povoados situados fora da economia produtiva agrícola e sem infraestrutura urbana passaram a ser chamados de “sertão” ou “boca do sertão” (LOSNAK, 2017).

Segue o mapa abaixo ilustrativo desse período:

Mapa 2 - Mappa da Provincia de São Paulo mandado organizar pela Sociedade Promotora de Imigração de S. Paulo, 1886



Fonte: Autoria desconhecida

O “sertão” ou a “boca do sertão” era uma representação socioespacial que delimitava os limites entre um modelo rígido de sociedade burguesa, urbanizada e integrada economicamente à produção agrícola, e as regiões de povoamento irregular e pouco produtivo, classificadas como selvagens, incivilizadas e inexploradas. O “sertão” ou “boca do sertão” simbolizava, segundo a racionalidade dominante do período, o predomínio da ausência, da carência, do desconhecido, do primitivo, em contraste com o modelo proposto de sociedade do início do século XX. Essas características arbitrárias foram usadas para justificar diferentes formas de intervenção na região, com níveis variados de violência e desrespeito massivo com as populações nativas da região.

A visão do sertão como uma região insalubre e prejudicial ao desenvolvimento nacional contribuiu para a formação de uma representação em que metáforas relacionadas à saúde eram aplicadas tanto à sociedade quanto ao espaço geográfico, trazendo à tona a discussão sobre a população necessária para a modernização do Brasil. Em última análise, o sertão e seus habitantes, inseparáveis entre si, eram vistos como mazelas do país, desafios que só poderiam

ser vencidos por meio de iniciativas de higiene e instrução, orientadas por meio de uma abordagem científica (NOGUEIRA, 2018).

Por se tratar de modelos distintos de sociedade e civilização, irreconciliáveis segundo a racionalidade dominante do período, a colonização da região “oeste do Estado de São Paulo” representou, nas primeiras décadas do século XX, o domínio da técnica sobre a natureza, da civilização sobre a barbárie, e do progresso sobre o atraso econômico.

Norbert Elias, no livro “O Processo Civilizador: A formação do Estado e Civilização” (1993), salientou que dentre os elementos do processo civilizatório estavam a monopolização e a centralização dos impostos, a estabilidade do governo e o autocontrole dos comportamentos individuais, que era o ponto fundamental para o entendimento da transformação da sociedade de corte para a sociedade civilizada, da transformação de guerreiros em cortesãos.

Esses elementos eram característicos da mudança social em curso com as transformações da sociedade de corte, na qual o aprisionamento das compulsões individuais produziu o que podemos denominar de segunda natureza humana, centrada no controle da violência e sua propagação no conjunto da sociedade. O processo de expansão do modelo social burguês para regiões interiorizadas do Estado de São Paulo, por nós estudado, teve uma dinâmica distinta da caracterizada por Elias (1993), sendo marcado pela conquista violenta e pela intervenção direta do domínio técnico e da imposição de padrões urbanísticos para os pequenos povoados.

As informações presentes na cartografia produzida nas primeiras décadas do século XX indicavam uma vasta região do Estado como “terras desconhecidas” ou “habitadas por índios”. Eram poucas as informações sobre os recursos naturais dessa região presentes nos mapas, como o traçado dos rios, as características do relevo, solo e vegetação. Conforme Azevedo (1965, p.92):

O que, de fato, se estendia pelos sertões da Noroeste, eram florestas imensas que convidavam à derrubada para a exploração de madeira; campos para a criação de gado; cachoeiras e quedas d’água, de um fantástico potencial hidrelétrico, como Urubupungá, Itapura, Sete Quedas, Iguaçu, Maribomdos e Avanhandava e, dos três tipos de solo apropriados às plantações de café, - terra roxa, arenosa e massapê salmourão, vastas extensões de terra da melhor qualidade para a expansão dos cafezais.

Mesmo diante do potencial do território, a dinâmica produtiva nessa região era estruturada no trabalho familiar, na pequena propriedade rural e no cultivo de gêneros agrícolas de subsistência. Devido às dificuldades de acesso por meio de pequenas estradas, isso fez com que a região fosse classificada como inexplorada, de acordo com a racionalidade predominante no período (LOSNAK, 2017).

No processo de reconhecimento da região interiorana paulista, foi verificada a presença de pequenos povoados e núcleos urbanos em relativo isolamento e sem integração facilitada com os principais centros urbanos do período. Os habitantes dessas localidades enfrentavam dificuldades de deslocamento devido à insuficiência de estradas, mas, sobretudo, havia poucas motivações que justificassem o deslocamento em longas distâncias. Em termos geográficos, a população interiorana se estabeleceu no planalto ocidental paulista, relevo que permitia o cultivo de roçados de subsistência e onde se localizam as principais bacias hidrográficas de São Paulo (MONBEIG, 1984).

Essa dinâmica de ocupação do território, de acordo com o relevo e a hidrografia, permaneceu até aproximadamente 1920, quando as linhas férreas foram instaladas de forma sistemática pelo Estado de São Paulo e superaram as deficiências de transporte (LOSNAK, 2017). Mais do que superar os entraves do deslocamento de grandes distâncias, os trens mudaram os sentidos do povoamento e do desenvolvimento econômico.

2.2 Considerações acerca da “marcha pioneira”: ocupação da região centro-oeste paulista

A ocupação do oeste do território paulista se intensificou a partir de 1850. Um amplo quadro de transformações conjunturais do período favoreceu o processo de colonização. A crise econômica da atividade mineradora na província de Minas Gerais, as alterações nas leis sobre as propriedades fundiárias e os desdobramentos da Guerra do Paraguai (1864-1870) contribuíram para a transferência de um contingente populacional para o interior da província de São Paulo (MONBEIG, 1984).

Nesse período inicial, chamado por Pierre Monbeig (1984) de “marcha para o Oeste”, descendentes da província de Minas Gerais iniciaram o processo de colonização branca no interior paulista. O reconhecimento da região foi feito a partir da navegação dos rios e seus afluentes, como o rio Piracicaba e o São Domingos, além de caminhos irregulares utilizados por nativos indígenas. Os mineiros pioneiros desempenharam um importante papel na construção, ainda que rudimentares, de pequenas estradas e rotas entre regiões parcialmente isoladas. Traçaram parte dos caminhos que possibilitaram o povoamento inicial e que depois foram aperfeiçoados pelos produtores de café e pelas estradas de ferro (MONBEIG, 1984).

De acordo com Raquel Discini de Campos (2007, p.35):

No interior desses dois processos, caracterizados tanto pela exploração das terras desconhecidas, quanto pelo desenvolvimento de relações comerciais com outras regiões brasileiras, destacadamente com as minas, a utilização das rotas terrestres e fluviais foi sendo cristalizada, impulsionando o surgimento de novas vilas e

cidadezinhas resultantes justamente desse ir- e- vir de tropeiros, sertanistas, caçadores e desbravadores errantes.

A “marcha para o Oeste” foi um processo histórico, social, político e econômico, não apenas uma delimitação geográfica. O alargamento das fronteiras geográficas, que se estendeu durante o século XIX, reflete o sentido histórico de um amplo processo de transformação do território paulista em unidade agrícola produtiva, com impactos na fundação e urbanização de cidades e na dinâmica das relações sociais (CAMPOS, 2007).

A transformação do território paulista foi caracterizada pela mobilidade social e pela constante reconfiguração das unidades produtivas agrícolas, com seus desdobramentos na urbanização de cidades interioranas. As fronteiras que definiam o avanço da “marcha para o oeste” eram fluidas, em constante reorganização territorial, indicavam o sentido do deslocamento populacional para as regiões em formação, mas, sobretudo, aumentavam as possibilidades de investimentos de capitais. Conforme afirma Pierre Monbeig (1984, p.156), a “marcha pioneira”: “É uma fronteira que progride irregularmente e em direções confusas.”.

O processo de ampliação e ocupação do território paulista como área produtiva economicamente, estruturada em torno de pequenos povoados com elementos urbanos, a categoria “fronteira” foi incorporada na racionalidade do período e passou a direcionar o projeto político-social almejado pela elite de São Paulo. A “fronteira” indicava a superação, ao menos discursivamente, do “sertão paulista”, uma vez que estava associada à lógica de expansão territorial. A “fronteira” era o limite, sempre provisório, da dinâmica de transformação do território paulista. Era o limite integrado e constitutivo do próprio processo socioeconômico em curso nas décadas de transição para o século XX.

Conforme Lúcia Lippi (1998, p.9):

A categoria de fronteira seria resultado da mudança de perspectiva em relação ao sertão, já que estaria relacionada aos processos econômicos de incorporação e ocupação de "vazios demográficos". A noção de fronteira seria capaz de diluir a dicotomia litoral/sertão, já que significa a oportunidade de chegada da civilização-litoral ao sertão-interior, conciliando a qualidade positiva do litoral - a civilidade – com a crença de que no interior/sertão está preservado um Brasil autêntico.

As “fronteiras” de expansão do processo de ocupação e transformação do território paulista se configuravam como realidade concreta e conflituosa. As regiões consideradas fronteiriças se estruturaram a partir de práticas sociais e políticas, nas quais a ampliação de unidades produtivas agrícolas implicava a destruição das modalidades de vida tradicionais de trabalhadores rurais pobres, mas, principalmente, dos diversos agrupamentos indígenas. Os símbolos e a história cotidiana das “fronteiras” eram contraditórios: ao mesmo tempo em que expressavam o signo da transformação radical dos modos de vida tradicionais, eram, também,

em grande medida, a espacialização da resistência, da revolta e dos conflitos desiguais entre projetos de nação irreconciliáveis.

As “fronteiras” eram a esperança e o sonho de enriquecimento de alguns grupos, a miragem que atraía parcelas da população pobre que foram excluídas das vantagens materiais desse processo sócio-histórico; mas, sobretudo, o terror e o genocídio de muitos grupos indígenas que viviam historicamente na região.

O sociólogo José de Souza Martins (1996, p.27) resumiu esse processo conflitivo da seguinte forma:

O que há de sociologicamente mais relevante para caracterizar e definir a fronteira no Brasil é, justamente, a situação de conflito social. E esse é, certamente, o aspecto mais negligenciado entre os pesquisadores que têm tentado conceituá-la. Na minha interpretação, nesse conflito, a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso o que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas, o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História

A possibilidade de regularizar propriedades rurais anteriores à promulgação da Lei de Terras de 1850, desde que atendidos critérios que comprovassem a posse da terra, facilitou o processo de ocupação do interior da Província de São Paulo. O processo de compra e regularização de propriedades rurais, muitas vezes de caráter duvidoso e fraudulento, não proporcionava enriquecimento ou alterações significativas nos modos de vida de seus habitantes. A precariedade e a pobreza eram constantes no cotidiano dos colonizadores da segunda metade do século XIX.

Conforme Marcelo Lapuente Mahl (2007, p.33):

Portanto, a frágil legislação fundiária, ao estimular a procura por novas terras, e a decadência econômica da mineração, acabou por impelir grandes levas populacionais, saídas principalmente de Minas Gerais em direção aos planaltos pouco acidentados do Noroeste, que ofereciam facilidades naturais aos mineiros criadores de gado e porcos. É neste contexto que, em meados do século XIX, a mais de 400 quilômetros da capital paulista, surgiu um pequeno núcleo de povoamento que viria a se transformar em uma das mais importantes áreas agrícolas do Estado.

Os modos de vida dos mineiros estabelecidos no oeste da província consistiam basicamente na agricultura de subsistência, praticada com técnicas agrícolas rudimentares, na criação de gado e, principalmente, de porcos. O excedente da pequena produção dos mineiros era comercializado regularmente em feiras nas cidades de Lençóis Paulista, Botucatu e Sorocaba. O comércio nas feiras era uma atividade que tinha como objetivo, sobretudo, suprir as carências de produtos não encontrados nas regiões isoladas do interior da província, muito

mais do que uma fonte de renda. Produtos como sal, pólvora e fumo eram trocados nessas relações comerciais e asseguravam a relativa autossuficiência dos pequenos agricultores.

O modo de vida dos primeiros ocupantes do interior do território foi alvo de idealizações diversas na literatura e em produções científicas do período. A visão romanceada, de que o “homem simples”, mesmo nas adversidades, conseguiu sobreviver no inóspito, sem grandes aspirações econômicas ou maiores ambições, representaria, de acordo com a racionalidade de setores da elite e da população de centros urbanos paulistas, a versão da ingenuidade, da bondade e do contentamento proporcionado por uma vida simples no interior do território. Essa visão positiva, com pouca correspondência com a realidade, coexistiu com a visão negativa sobre o caipira. Símbolo do atraso do país em formação, da ignorância e de traços capitalistas arcaicos, os habitantes do interior paulista seriam alvo de críticas pela elite ilustrada (CANDIDO, 2017).

Como pano de fundo das críticas, as questões que envolviam a mestiçagem e um amplo conjunto de teorias raciais ganharam força durante o século XIX e assumiram uma dimensão explicativa da realidade brasileira, com destaque para o evolucionismo, conforme explica Renato Ortiz (2006, p.15):

Se o evolucionismo torna possível a compreensão mais geral das sociedades humanas, é necessário, porém completá-lo com outros argumentos que possibilitem o entendimento da especificidade social. O pensamento brasileiro da época vai encontrar tais argumentos em duas noções particulares: o meio e a raça. Os parâmetros raça e meio fundamentam o solo epistemológico dos intelectuais brasileiros de fins do século XIX e início do século XX.

Nesse contexto, a figura do caipira surgiu como um símbolo de resistência cultural e social, representando tanto a antítese quanto os obstáculos ao ideal de progresso nacional. A imagem do caipira, frequentemente associada à degenerescência e ao atraso, expressava as tensões entre o discurso de modernização e a realidade de uma sociedade capitalista ainda dependente e fragmentada, características marcantes da Primeira República. Assim, a narrativa evolucionista se articulava com as questões sociais e raciais, influenciando a percepção do desenvolvimento brasileiro em um período de transição e contradições.

Por outro lado, algo que é importante destacar e que confirma nossas análises até aqui é a perspectiva de Maria Sylvia de Carvalho Franco (2002), que ao analisar o caipira, aponta a violência como fator preponderante nas relações sociais do homem branco livre. A pesquisa realizada pela socióloga, apesar de se situar em outra região geográfica do estado de São Paulo, apresenta similaridades com nossa investigação e teve como fonte empírica os processos-crime. Por meio da análise da documentação, Franco (2002) reconstituiu a história do que chama de relações comunitárias no Vale do Paraíba. Nessa trama de relações sociais criada no interior de

pequenos grupos sociais, a violência era algo inserido nas formas de sociabilidade e parte essencial daquela sociedade. Ao ressaltar a problemática da violência, a autora é categórica ao afirmar: “Foi a violência entranhada na realidade social que fez a documentação, nela especializada, expressiva e válida” (FRANCO, 2002, p.17)

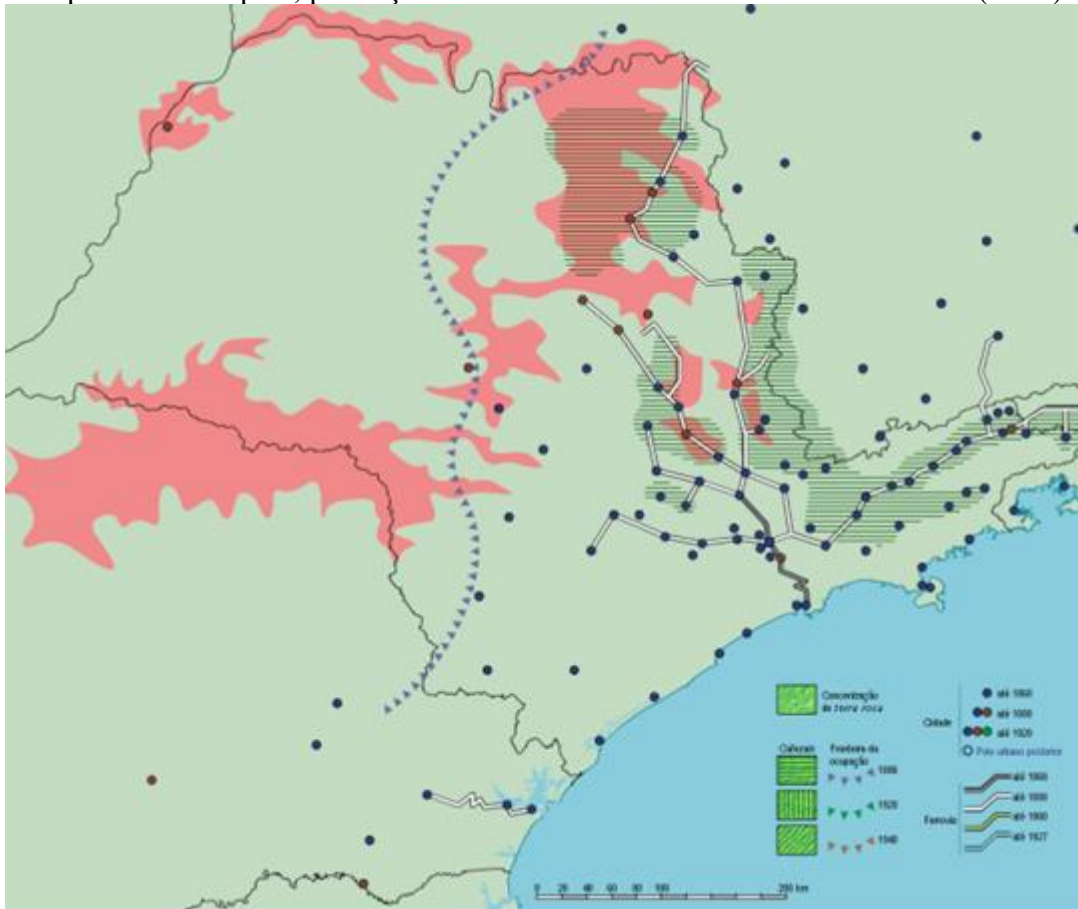
2.3 A interiorização das primeiras unidades produtivas agrícolas no território paulista

O quadro de relativo isolamento e produção agrícola de subsistência dos primeiros mineiros se prolongou até 1880, quando começou a produção em larga escala do café no planalto ocidental paulista. Os descendentes dos mineiros, conhecidos pela alcunha de “paulistas”, foram ousados no reposicionamento econômico de suas famílias no processo de povoamento do oeste a partir da cultura cafeeira.

Com posse dos títulos de propriedade rural, os “novos” paulistas foram competentes negociantes de terras nas “franjas pioneiras”. Um grupo social ascendente se formou a partir do comércio da terra para os produtores de café. Entre 1880 e 1910, de acordo com Monbeig (1984), “A rapidez da conquista do solo entre essas duas datas foi obra de uma sociedade cujas tradições, espírito e ambições já não tinham muita coisa em comum com seus antecessores” (MONBEIG, 1984, p. 139).

A ocupação econômica da região oeste do Estado foi viabilizada após 1880 em decorrência das conjunturas nacionais e internacionais favoráveis. A transição para a mão de obra livre com o fim da escravidão, as transformações sociais promovidas pelo regime de governo republicano, a consolidação da elite agrária paulista, a valorização dos grãos de café no mercado internacional contribuiu para a ocupação econômica de parte considerável do território do Estado de São Paulo. De acordo com Pierre Monbeig (1984), mais do que uma ruptura do modelo produtivo característico da grande lavoura de cana-de-açúcar no Brasil, a produção agrícola cafeeira no oeste paulista representou aspectos de modernização da sociedade brasileira e das relações econômicas do país.

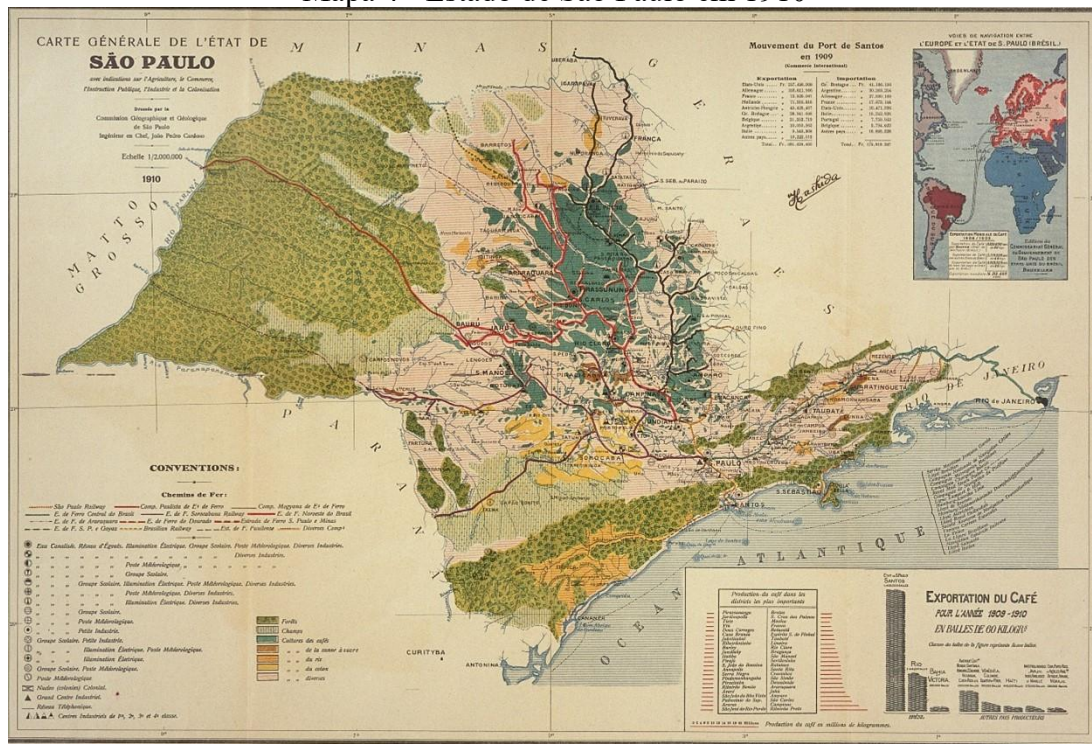
Mapa 3 - Municípios, plantações de café e estradas de ferro em São Paulo (1880)



Fonte: Atlas Histórico da Fundação Getúlio Vargas

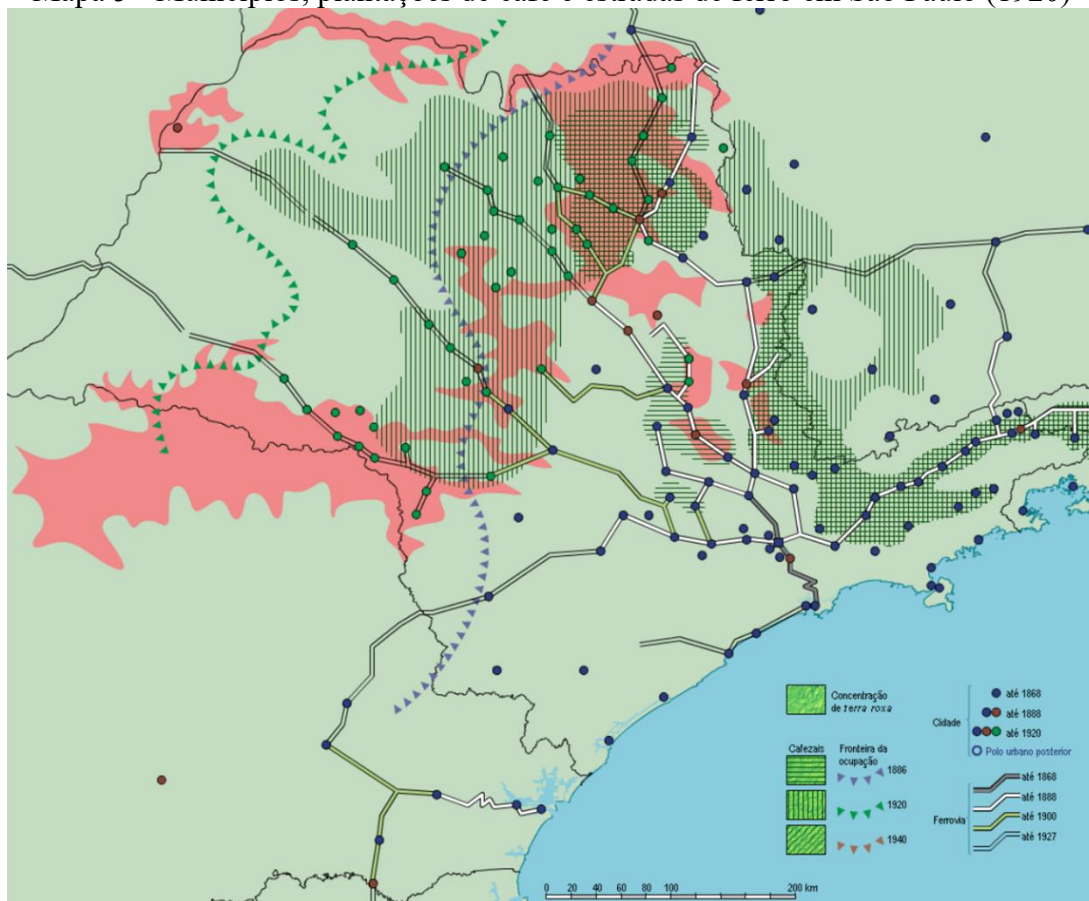
A inovação da ocupação econômica do oeste paulista se baseou em um conjunto de fatores que, articulados, possibilitaram a produção agrícola cafeeira do estado de São Paulo em escala mundial. A fertilidade do solo do planalto ocidental para o cultivo do café, denominado de terra roxa; a instalação de uma rede de transportes ferroviários eficiente que interligava as lavouras cafeeiras com o porto de Santos; a conjuntura internacional de investimentos de capitais europeus e estadunidenses em países periféricos do capitalismo para aumentar os lucros; a política de imigração, que ofereceu uma crescente oferta de mão de obra, e a redefinição das relações de trabalho nas primeiras décadas do século XX, foram fatores que contribuíram para o delineamento da Primeira República Brasileira.

Os mapas a seguir representam graficamente o processo descrito no parágrafo anterior:
 Mapa 4 - Estado de São Paulo em 1910



Fonte: Autoria desconhecida, Arquivo da Assembleia Legislativa de São Paulo

Mapa 5 - Municípios, plantações de café e estradas de ferro em São Paulo (1920)



Fonte: Atlas Histórico do Fundação Getúlio Vargas

O processo de colonização do oeste paulista foi resultado de uma estratégia planejada e orientada para a consolidação e ampliação de fortunas da elite agrária (MONBEIG, 1984). A elite agrária conhecia a conjuntura e as transformações que ocorriam na Europa a partir da industrialização massiva e da demanda crescente por matérias-primas, assim como as potencialidades do trabalho imigrante em curso nos Estados Unidos da América e a eficiência do modelo de transporte ferroviário empregado nos países centrais do capitalismo. De acordo com a avaliação de Pierre Monbeig (1984), o fazendeiro representante simbólico da elite agrária não estava alheio às principais questões de ordem política e econômica no âmbito internacional, mesmo que distante geograficamente dos maiores centros urbanos do período.

A separação entre o mundo rural e a cidade, muitas vezes não era nítida, no processo de expansão das “frentes pioneiras”. Os pequenos povoados, vilas e cidades criados na transformação do território paulista, apresentavam fortes elementos agrários e poucos equipamentos urbanos. A mobilidade da população contribuía para a diluição das fronteiras entre as cidades e as fazendas.

Com a ampliação progressiva do transporte ferroviário paulista, a integração e aproximação da sociedade tipicamente rural com uma sociedade com características urbana eram uma realidade. De acordo com Mahl (2007, p.30):

Assim, apesar de a cidade ser entendida, na maioria das vezes, como o centro da vida moderna e cosmopolita, o mundo agrário continua a povoar muitos discursos desses cidadãos. Nos jornais de circulação diária, em revistas especializadas, almanaques e romances, editados tanto na capital como nas cidades do interior do Estado, os problemas do mundo rural, a natureza e suas relações com os homens continuaram a despertar preocupações, interesse, admiração e, muitas vezes, espanto.

Nas primeiras décadas do século XX, temos a consolidação do modelo de fazendeiro orientado pelos negócios capitalistas, o “fazendeiro-negociante” (MONBEIG, 1984, p.96), resultado de um grupo social que ganhou importância política e econômica nos últimos anos do Império brasileiro, formado nas capitais das províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo. O “fazendeiro-negociante” estruturou suas propriedades rurais em bases capitalistas, onde a terra e a produção agrícola eram mercadorias, em oposição ao fazendeiro de bases coloniais em que os domínios territoriais de vastos latifúndios conferiam uma vida confortável e a produção de relativo excedente.

Os fazendeiros de bases coloniais, presentes em algumas partes do interior do Estado de São Paulo, estruturaram suas propriedades rurais para a autossuficiência, mesmo que instável, desses domínios. Porém, eles ainda eram muito influenciados pela cultura da cana-de-açúcar e pelo seu modelo produtivo, característico do grande engenho açucareiro. Nessa dinâmica, a

posse da terra, mais do que sua produtividade, assentava a sua estabilidade de classe. (MONBEIG, 1984)

A introdução do cultivo do café no oeste do Estado de São Paulo não se deu sem as transformações da sociedade rural paulista. O fazendeiro estabelecido nas novas zonas agrícolas era orientado por uma mentalidade de empreendedorismo, do desenvolvimento mercantil e da busca da lucratividade de suas mercadorias. Conciliava as funções de proprietários e empresários rurais. Conforme Pierre Monbeig (1984): “Como cultura comercial, a do café contribuía para que se formasse uma classe numericamente reduzida, mas econômica e financeiramente onipotente; desferia uma chicotada nos homens mais apegados ao passado. A essa cultura nova, correspondiam novos modos de pensar.” (MONBEIG, 1984, p. 97).

O investimento em maquinário na lavoura de café foi um dos símbolos da mentalidade do fazendeiro-empresário. As inovações técnicas proporcionadas pelas máquinas garantiram melhorias na qualidade dos grãos de café colhidos, por meio do processo de secagem, beneficiamento e seleção dos grãos. O processo de seleção e tipificação dos grãos de café de acordo com a qualidade, além de aumentar a rentabilidade do produto no mercado internacional, possibilitou a criação de um novo ramo da atividade cafeeira, representado pelos negociantes e exportadores de sacas de café (MONBEIG, 1984). Essa estratégia operada pelos fazendeiros teve desdobramentos diretos na valorização do produto e na acumulação de capitais. Nessa perspectiva, as inovações tecnológicas suplantaram as relações produtivas da agricultura tradicional e familiar características das fases iniciais das “zonas pioneiras”.

Com a ampliação das lavouras de café em direção ao oeste paulista ocorreu uma mudança de perfil da colonização da região, nas primeiras décadas da República. A ocupação do interior do Estado de São Paulo foi orientada pelo modelo capitalista de produção agrícola, com a intenção do lucro e da rentabilidade da terra. Um grupo social de grandes fazendeiros sediados na capital paulista, com participação em sociedades bancárias e em empresas ferroviárias, assim como participação na administração pública, com riqueza oriunda das antigas zonas produtoras de café delimitou as diretrizes da colonização do oeste paulista.

As sociedades formadas durante o processo de expansão da cultura agrícola cafeeira, no Estado de São Paulo, foram marcadas pela estratificação social e o acesso desigual à riqueza proporcionada pela terra. Um pequeno grupo de famílias paulistas que formou a elite rural do período concentrava ao mesmo tempo os latifúndios agrícolas; os principais estabelecimentos comerciais; o controle acionário dos bancos privados e das ferrovias; a organização da mão de obra, tanto nacional como imigrante; além do poder político em nível nacional e regional. A

concentração de capitais e poder político que acompanhou esse processo sócio-histórico foi sem precedentes na história do Brasil (MONBEIG, 1984).

A busca pelo progresso material, da livre iniciativa e das possibilidades de enriquecimento individual e do empreendedorismo, produzida pela grande burguesia agrária brasileira, influenciou sobremaneira os pequenos e médios produtores rurais na colonização do oeste paulista. Esse grupo social difuso e com o desejo de ascensão social atuou na seara dessa ideologia, comprando lotes de propriedades rurais em regiões interioranas do Estado de São Paulo, condizentes com o capital disponível para investimento. Muito mais do que uma questão geográfica e de distância das principais unidades produtoras agrícolas, os lotes de terra comprados pelos pequenos e médios produtores eram de solo pouco propício para a cultura do café e, na maioria dos casos, recoberto pela vegetação nativa de florestas. O custo de produção agrícola nas “franjas pioneiras” era mais elevado, uma vez que exigia considerável mão de obra para realizar o desmatamento dos lotes e instalação da lavoura, acrescido das dificuldades proporcionadas pela interligação deficiente de linhas férreas.

Os pequenos e médios proprietários estavam mais sujeitos às oscilações e crises da economia cafeeira. Com os custos de produção elevados, a produtividade agrícola sensivelmente menor devido às características do solo e ao baixo investimento em maquinário, além da crescente dependência de bancos e empresas por meio do financiamento com garantias de hipotecas, muitos produtores faliam e buscavam recomeços, com o pouco capital que dispunham, em regiões cada vez mais distantes das “frentes pioneiras”. Dessa forma, temos uma constante marcha de colonização do oeste paulista, onde a burguesia agrária produzia as ideologias e concentrava as riquezas desse processo; e os pequenos e médios produtores realizavam de fato o povoamento de todo o território do Estado de São Paulo.

O movimento de distribuição da população ocorreu em sentidos opostos na “marcha pioneira”. A burguesia agrária, em particular a segunda geração familiar formada na passagem para o século XX, não manteve vínculos de moradia e vivência nas fazendas instaladas nos postos avançados das “frentes pioneiras”. Essa elite agrária, estabelecida na cidade de São Paulo ou em cidades com relativo desenvolvimento urbano, administrava à distância as propriedades rurais. A concepção empresarial dessa geração de proprietários e a dinâmica dos negócios proporcionados nos centros urbanos paulistas mais desenvolvidos do período, operou a superação definitiva do modelo de produção agrícola dos fazendeiros pioneiros, vinculados às relações estabelecidas localmente com as propriedades rurais.

Na contramão da elite agrária, os segmentos médios, dentre eles os pequenos produtores rurais e trabalhadores, percorriam o caminho em direção às “frentes pioneiras”. As

representações e possibilidades de emprego e, para alguns, uma chance de investimento e de participação, ainda que tangencialmente, dos lucros proporcionados pelo café, eram fortes motivos para se estabelecerem nas regiões interioranas do oeste paulista. Apesar do grande trânsito de pessoas nas “frentes pioneiras”, em decorrência das dificuldades enfrentadas e das expectativas frustradas, o deslocamento populacional ocorria recorrentemente no mesmo sentido: cada vez mais para os limites oeste do Estado de São Paulo (MONBEIG, 1984).

2.4 As “frentes pioneiras” paulistas nas primeiras décadas do século XX

O desenvolvimento econômico nas primeiras décadas do regime republicano foi marcado pela expansão da fronteira agrícola no Estado de São Paulo, com significativas transformações no modelo de ocupação e produção na região. Para viabilizar esse processo, foram necessários investimentos massivos na construção e ampliação de ferrovias; na instalação de unidades produtivas agrícolas integradas à economia capitalista em escala nacional; no fomento de núcleos urbanos com atividades comerciais e industriais diversificadas, que atuavam como suporte para a agricultura; além dos incentivos ao deslocamento de um contingente significativo de trabalhadores nacionais e imigrantes.

A atividade econômica do Estado de São Paulo foi ampliada e estruturada a partir da exploração de novas zonas para a produção agrícola cafeeira, denominadas “frentes pioneiras” pelo geógrafo Pierre Monbeig (1984, p. 23), durante a Primeira República. A exploração comercial de novas terras férteis para o cultivo do café, localizadas no planalto paulista, orientou a instalação de fazendas e o povoamento sistemático do Estado de São Paulo, além de conferir maior dinamicidade e diversidade à economia paulista. As “frentes pioneiras” cumpriram o papel estratégico de potencializar a produção agroexportadora brasileira, assim como o de fornecer matérias-primas para a nascente indústria paulista e gêneros alimentícios para o rápido crescimento populacional da cidade de São Paulo, ao mesmo tempo em que se tornaram um mercado consumidor em franco crescimento de mercadorias produzidas na capital do Estado.

Esse processo sócio-histórico de colonização da “frente pioneira”, conforme entendido por Pierre Monbeig (1984), foi responsável pelo nascimento e formação da paisagem rural; pela fundação e crescimento de cidades no Estado de São Paulo; pela construção de uma rede eficiente de comunicações e transportes, proporcionada pela ferrovia; pelo adensamento populacional formado por trabalhadores oriundos de diferentes regiões do país, em particular do Nordeste e do Estado de Minas Gerais, somados aos milhares de imigrantes europeus e

japoneses; além de contribuir para a conformação de uma sociedade que articulava de forma específica aspectos tradicionais e modernos de sociabilidade (MONBEIG, 1984, p.23).

Nesse contexto, a “marcha para o Oeste” (MONBEIG, 1984, p.23) foi um processo sócio-histórico impulsionado pelo Estado de São Paulo, o principal polo econômico do país naquele período. As relações econômicas eram estruturadas nacionalmente a partir do eixo entre a cidade de São Paulo e o porto de Santos. O planejamento e a efetivação da ocupação do território paulista foram realizados como política de Estado em âmbito nacional, apesar da atuação regional dos agentes e da elite econômica de São Paulo. Nesse processo, os interesses econômicos e políticos dos paulistas foram projetados nacionalmente (MONBEIG, 1984).

Dessa forma, na avaliação de Pierre Monbeig (1984), o povoamento e a transformação da “frente pioneira” do Estado de São Paulo apresentaram algumas características em comum, pois não somente se revestiram de uma unidade própria, que repousava inicialmente na homogeneidade de uma população marcada pelos hábitos e pelo espírito paulista, mas também porque se desenrolaram num quadro geográfico reconhecível como unificado (MONBEIG, 1984, p.30). Apesar da relativa homogeneidade desse processo sócio-histórico em termos de unidade cultural, interesses econômicos e distribuição geográfica, a dinâmica das relações sociais e as transformações ocorridas no município de Bauru carecem de análises mais aprofundadas, a fim de ressaltar as especificidades e os pontos de convergência desse processo mais amplo que caracterizou a Primeira República.

Por outro lado, as “frentes pioneiras” eram localidades de importância estratégica para a ocupação capitalista do território paulista, pois criavam condições necessárias para a ampliação da fronteira agrícola. A expansão da rede ferroviária nas regiões interioranas do Estado de São Paulo precedeu a instalação de unidades produtivas agrícolas e a formação de cidades com características urbanas. As “frentes pioneiras” serviam de suporte para a instalação da infraestrutura necessária à expansão da rede ferroviária. Conforme argumentou Thaís Schiavon, “à medida que os trilhos avançavam, cidades surgiam pontilhadas no território, verdadeiros “núcleos motores” responsáveis inicialmente pela ordenação e adensamento do território e, posteriormente, por seu desenvolvimento econômico” (SCHIAVON, 2016, p.198).

A rápida transformação era uma característica das regiões denominadas “frentes pioneiras”. Com a função de viabilizar a ocupação do território, nas primeiras décadas do século XX, várias regiões do centro-oeste paulista foram classificadas como “frentes pioneiras”. À medida que a estrutura urbana da “frente pioneira” se desenvolvia e a integração por trilhos da região com a economia produtiva avançava, novas áreas eram utilizadas como suporte para o desenvolvimento da ocupação capitalista do território. Marcelo Augusto Totti (2015, p.536)

destaca o processo de transformação em São Manuel (SP), como um exemplo dinamismo de uma dessas cidades:

As transformações são indubitáveis ao desenvolvimento da cidade, junto com a estrada de ferro e o povoamento, São Manuel começa a adquirir contornos de uma cidade moderna para o período, ali são construídas a primeira subdelegacia, o cemitério municipal, o paço municipal, instala-se cartório, os hotéis Paulista e Sandroni, além de armazéns, alfaiates, matadouro, mercado municipal e casa de câmbio. Em 1904, São Manuel, já contava com água encana e serviço de correio, surgem também profissionais liberais como advogados para oferecer seus serviços.

O esforço conceitual de Pierre Monbeig (1984) para caracterizar as “frentes pioneiras” na década de 1940 e seu poder explicativo foram importantes como uma primeira grande pesquisa sobre a realidade da expansão e transformação produtiva do território paulista. A visão positiva desse processo sócio-histórico, na concepção do autor, relegou a um segundo plano as contradições sociais e as diversas formas de violência vivenciadas nas “frentes pioneiras”. José de Souza Martins (1996) argumentou que a categoria “frente pioneira” descreveu e legitimou a atuação de empresários, fazendeiros, comerciantes e pequenos agricultores modernos e empreendedores que lideraram a transformação produtiva do território paulista.

No entanto, enquanto categoria explicativa de um processo sócio-histórico consolidado no século XX, a “frente pioneira” oculta a dimensão do genocídio das populações indígenas, a segregação social da população pobre e o acesso desigual à riqueza material proporcionado pela modernização da agricultura paulista nas regiões interioranas de São Paulo.

Nesse sentido, as “frentes pioneiras”, conforme apresentado, foram estruturadas a partir da tríade: produção agrícola cafeeira, mão de obra nacional e imigrante, e meio de transporte ferroviário. O arranjo desses três elementos conferiu os contornos das relações da sociedade paulista e orientou os sentidos do desenvolvimento econômico do país. Possibilitou novas dinâmicas e ritmos na transformação do Estado de São Paulo, assim como arranjos financeiros e produtivos. Porém, é importante destacar que, embora tenham contribuído para o desenvolvimento econômico, essas frentes também estiveram associadas à expansão capitalista do agronegócio, que frequentemente resultou em conflitos fundiários e pressões sociais no meio rural, sem alterar a estrutura desigual da sociedade brasileira da Primeira República.

3 A POLÍTICA DE INCENTIVOS ECONÔMICOS DA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930) NO PROCESSO DE EXPANSÃO DA PRODUÇÃO DE CAFÉ NO INTERIOR DE SÃO PAULO.

A produção cafeeira, diferente das culturas agrícolas anteriores, como a cana-de-açúcar, dinamizou e diversificou as atividades econômicas no Brasil. As atividades ligadas ao café eram lucrativas na época. Entre a produção nas fazendas e a venda do produto ao consumidor final, havia várias etapas relacionadas ao café, como o beneficiamento e estocagem dos grãos, as taxas e fretes do transporte do produto, os negociantes (chamados de “atravessadores” no período) que especulavam no mercado nacional e internacional, os empréstimos e financiamentos para a produção, o comércio de equipamentos e insumos agrícolas, o mercado de compra e venda de terras e propriedades rurais, com seus desdobramentos nos arrendamentos da propriedade para terceiros, o trabalho assalariado e o fomento do comércio local. Essas atividades formavam as possibilidades de lucros gerados pela cadeia produtiva do café (SALLUM JR., 1982).

A autonomia política proporcionada pela independência do Brasil em 1822, junto com as transformações econômicas trazidas pela adoção do capitalismo comercial e pelo fortalecimento da agricultura em grande escala, foram elementos que definiram a singularidade da cultura cafeeira em expansão na região Sudeste. A forma única de gerir a plantação de café, cuidar das lavouras, colher os frutos, transportar e armazenar a produção, tudo isso contribuiu para uma maior adaptabilidade e influência nas esferas social, econômica e cultural do Brasil.

Conforme Florestan Fernandes (1976, p.106) argumentou:

A emancipação política, o impacto econômico resultante da internalização do capitalismo comercial e a dinamização da grande lavoura como pólo vital da economia interna criaram as condições que explicam como e por que o ciclo do café assumiu uma feição própria. Certas peculiaridades da plantação, do seu cultivo, da colheita, dos transportes e estocagem etc., concorrem para imprimir maior elasticidade aos fatores de natureza social, econômica e cultural.

A inserção do Brasil na economia mundial, dominada pelos países centrais do capitalismo, foi acompanhada pela reorganização e estímulo do mercado interno, baseado na produção agrícola cafeeira. A relação de interdependência entre o crescimento do mercado interno e a maior integração do Brasil com o capitalismo dos países centrais provocou mudanças na situação de mercado que estruturou o desenvolvimento econômico nacional.

A situação de mercado, que se modificou na segunda metade do século XIX, envolvia a incorporação de novos elementos econômicos a partir da produção agrícola, artesanal e manufatureira, voltada para o mercado interno; o uso de parte dos excedentes econômicos na diversificação e autonomização da economia; a soma desses fatores à estrutura econômica

nacional agroexportadora; a importação de produtos e mercadorias como forma de corrigir a crescente especialização agrária; e a dependência do mercado internacional para formar e alocar os excedentes econômicos (FERNANDES, 1976).

A expansão da cultura cafeeira para o oeste paulista foi marcada pelo aumento e facilidade das linhas de crédito bancário. Os primeiros governos republicanos trabalharam com o capital estrangeiro, principalmente bancos alemães e ingleses, para conseguir empréstimos para financiar a expansão agrícola cafeeira. O valor dos empréstimos internacionais era repassado aos grandes fazendeiros e investido na compra de propriedades rurais na “franja pioneira”, no preparo inicial para a plantação de café e na compra de maquinário importado para o beneficiamento dos grãos. A facilidade de crédito e os prazos longos para o pagamento das dívidas, geralmente ligados à colheita de safras futuras, criaram um ambiente econômico favorável à especulação fundiária (MONBEIG, 1984, p.108).

O financiamento da ampliação das lavouras de café paulista, por meio de empréstimos estrangeiros e com a mediação do Estado, desafia a ideia de que a produção cafeeira era um interesse só da elite agrária nacional. Representava, na verdade, um projeto de internacionalização de capitais dos países desenvolvidos em economias emergentes, no qual os interesses nacionais eram influenciados pela dinâmica do capital internacional. No comércio global do café brasileiro, uma parte grande dos lucros era redirecionada para países europeus. No começo do século XX, o movimento pioneiro paulista se consolidava cada vez mais como um empreendimento de alcance mundial (MONBEIG, 1984, p. 112).

A formação da ordem social competitiva das relações capitalistas no Brasil, ainda que discreta, foi definida dentro de um quadro político e institucional dominado pela elite agrária. Nesse contexto, o fazendeiro cafeicultor do oeste paulista agiu como um agente econômico com traços burgueses. Os cafeicultores da frente de expansão agrícola paulista, chamados por Florestan Fernandes (1976) de “homens de negócios”, se diferenciavam socialmente dos grandes latifundiários do Brasil colonial. A administração e a produção agrícola, baseadas no trabalho assalariado, eram organizadas de acordo com os moldes capitalistas. Os lucros obtidos com a cafeicultura eram investidos não só nas fazendas, mas também diversificados em várias atividades econômicas, como ferrovias, bancos e comércio. Além disso, esses lucros estimulavam a industrialização do país.

Segundo Fernandes (1976), a vivência sociocultural dos “homens de negócios” possibilitou o desenvolvimento de uma mentalidade racional, que resultou na diversificação das atividades financeiras, como a criação de bancos e sociedades anônimas responsáveis pela importação e exportação de mercadorias. É importante destacar que os “homens de negócios”

também potencializaram e articularam suas atividades econômicas com grupos que representavam os capitais internacionais no Brasil, principalmente de origem inglesa e francesa.

O exercício político dos fazendeiros, orientados pela lógica da produção capitalista nas cidades formadas no oeste paulista, se caracterizava pela prática personalista na administração pública. A riqueza gerada pela produção agrícola permitia que esses fazendeiros ocupassem cargos eletivos municipais, como prefeitos e vereadores. Eles presidiam comissões públicas responsáveis por administrar verbas e direcionar investimentos nas cidades; influenciavam diretamente a nomeação de cargos importantes na hierarquia policial, como delegados e chefes de polícia locais; e mantinham atuação ativa junto ao poder judiciário, estreitando laços com juízes na Comarca. Essa modalidade de exercício do poder local, conhecida como coronelismo, foi uma das características marcantes das relações políticas na Primeira República Brasileira.

No processo de urbanização das “frentes pioneiras” e na crescente diversificação da sociedade, um tipo social conhecido como “coronel” ocupava uma posição de destaque na dinâmica das relações sociais no início do século XX. O “coronel” pertencia a um grupo social urbano, mas com profundo conhecimento das relações produtivas rurais, desempenhando um papel importante na estruturação dos acordos entre eleitores e os interesses políticos da elite agrária, além de influenciar a dinâmica cotidiana da cidade. A vida pública das pequenas cidades e o desenvolvimento urbano nas “frentes pioneiras” eram fortemente influenciados pela atuação direta dos “coronéis”.

Como estratégia para manter seu poder e influência em nível local, os “coronéis” promoviam o embelezamento da cidade por meio de obras públicas. Eram responsáveis pela implementação de linhas de distribuição de água, construção de escolas e fundação de hospitais. Uma ação ainda mais eficaz era realizada ao interferir nos projetos de construção de ferrovias, inclusive modificando seus traçados (MONBEIG, 1984, p. 143).

Os “coronéis” eram o elo entre os interesses dos grandes proprietários rurais, a ordem urbana e as relações políticas nos níveis estadual e nacional, atuando localmente. Por meio de controle direto sobre a população, muitas vezes utilizando violência e intimidação, os “coronéis” foram fundamentais para a manutenção dos projetos políticos republicanos no centro-oeste paulista. Devido à sua influência local, que era sustentada em parte pelo poder econômico e político da elite agrária, os “coronéis” exerciam um amplo poder discricionário nas relações sociais das pequenas cidades.

As disputas e as negociações envolvendo a aquisição de terras nas “frentes pioneiras” eram áreas de atuação frequentes dos “coronéis”. Era comum que eles atuassem na legalização de escrituras fundiárias obtidas de grileiros e posseiros, exercendo pressão sobre cartórios e

tabeliões locais. Por serem vastas regiões, as propriedades de terra sem marcações claras dos recursos naturais, como acidentes no relevo ou cursos de rios, somavam-se à dificuldade técnica de precisão das propriedades, assim como a um aparato institucional inoperante no registro de propriedades rurais. Isso abria espaço para os grileiros, que se aproveitavam da especulação fundiária, além da crescente valorização da terra nas “zonas pioneiras”.

A nomeação de cargos públicos, como juízes de paz, delegados, funcionários da polícia e professores do ensino primário, entre outras indicações do poder executivo, dependia da aprovação ou, pelo menos, do consentimento dos “coronéis”. Em um contexto de rápida expansão urbana e ausência de instituições públicas consolidadas, os “coronéis” encontravam seu espaço de atuação e influência nas cidades da “frente pioneira”.

A maior circulação de dinheiro contribuiu para a inflação dos preços das propriedades rurais nas “frentes pioneiras”, afetando diretamente os pequenos agricultores. Com o aumento dos preços das terras, especialmente nas áreas de solo mais fértil, conhecidas como “terra roxa”, os pequenos agricultores foram impulsionados a buscar alternativas em regiões mais afastadas do Estado de São Paulo. As terras negociadas em direção ao extremo oeste paulista, além de apresentarem menor fertilidade do solo, eram frequentemente cobertas por floresta nativa. Essa característica fomentou uma grande mobilidade de pessoas na região, com a constante compra e venda de propriedades rurais, sem que isso necessariamente resultasse na formação de fazendas (MAHL, 2007; MONBEIG, 1984).

A ocupação do interior de São Paulo ocorreu principalmente de duas maneiras: por meio de grandes fazendas operadas por diversas famílias, que eram remuneradas com salários ou por meio de acordos de parceria, sob a supervisão direta dos proprietários ou gerentes; ou por meio de grandes extensões de terra adquiridas por consórcios de investidores, frequentemente estrangeiros, que fracionavam essas áreas em lotes menores para venda. Com o passar do tempo, a oferta limitada de novas terras elevou o valor das propriedades existentes. Isso levou muitos proprietários de terras a subdividirem e venderem seus terrenos, muitas vezes lucrando mais com essa especulação imobiliária do que com a produção agrícola ou pecuária (MAHL, 2007).

No período em análise, a informação amplamente divulgada era de que os solos do oeste paulista possuíam alta fertilidade e eram excepcionalmente adequados para o cultivo do café. Havia uma crença comum de que os solos em São Paulo eram homogêneos e igualmente férteis. Essa percepção da fertilidade do solo funcionava como uma propaganda eficaz, incentivando a migração de uma parcela significativa da população para o interior, mesmo diante de desafios como dificuldades de transporte, oferta irregular de mão de obra e doenças endêmicas da região.

As propagandas nos periódicos sobre o comércio de terras no oeste paulista, as notícias — que eram apenas parcialmente verdadeiras — sobre a produtividade crescente do solo nas “frentes pioneiras” e os relatos de enriquecimento individual que circulavam na época, impulsionaram o processo de ocupação do território paulista em um ritmo acelerado.

Independentemente da fertilidade do solo, é notável que, desde a década de 1920, houve um aumento significativo no debate sobre práticas agrícolas sustentáveis, como a adubação, a rotação de culturas e o uso intensivo de maquinário agrícola. Instituições educacionais e de pesquisa agrônômica intensificaram estudos e desenvolveram novas abordagens para o manejo do solo, que gradualmente começaram a ser integradas às técnicas agrícolas convencionais. Apesar da adoção dessas inovações ter sido um processo gradual, muitas áreas agrícolas em São Paulo continuaram a utilizar métodos tradicionais e prejudiciais, como as queimadas, para preparar o solo para o plantio (MAHL, 2017).

O aumento das linhas de crédito bancário, na transição para o século XX, aliado à valorização do preço do grão de café no mercado internacional e à exploração comercial de novas zonas produtoras, gerou um período de grande otimismo entre os grandes produtores rurais. As oportunidades de negócio geradas pela lucratividade crescente do café atraíram empresas europeias, conhecidas como casas de exportação. As casas de negociação para exportação do café eram empresas estrangeiras que começaram a atuar no mercado nacional no momento de crise da produção cafeeira, na segunda década do século XX, como estratégia de diversificação de capitais em países periféricos do capitalismo (MONBEIG, 1984).

Essas empresas atuavam principalmente na negociação dos grãos de café no mercado internacional, por meio da bolsa de valores. Como resultado desse processo, observou-se o registro de safras recordes de café, a rápida expansão de novas lavouras em São Paulo e movimentos migratórios para regiões cada vez mais distantes no interior do estado (SALLUM JR., 1982).

O cenário favorável aos investimentos maciços na produção agrícola cafeeira durou apenas alguns anos. As crises econômicas frequentes da Primeira República causaram grandes impactos na cadeia produtiva do café, especialmente a partir de 1910. O custo da produção aumentou devido à desvalorização cambial da moeda nacional, já que o maquinário utilizado nas lavouras era importado. Os preços dos fretes dispararam à medida que se instaurava um cenário de inflação, acrescido do aumento do salário médio do trabalhador rural em regiões com escassez de mão de obra. Esse cenário foi agravado pelo desequilíbrio causado pelo aumento dos custos de produção em contraste com a queda dos preços dos grãos no mercado

internacional, intensificado pela oferta crescente do produto resultante das safras recordes nacionais (MONBEIG, 1984).

O endividamento dos fazendeiros junto às instituições bancárias aumentou. O modelo dos contratos de concessão de empréstimos estabelecia como garantia de pagamento as propriedades rurais e as projeções da renda de safras futuras. Nessa dinâmica, os fazendeiros ficaram vinculados às instituições bancárias e dependentes de constantes novos empréstimos para custear a produção e compensar os prejuízos causados pelas oscilações do preço do café. Alguns fazendeiros que não conseguiam renovar as linhas de crédito optavam por vender suas propriedades para saldar suas dívidas e se deslocavam para regiões mais interioranas do Estado de São Paulo, onde as terras eram consideravelmente mais baratas.

Outros fazendeiros, como alternativa ao endividamento constante com as instituições bancárias, buscavam crédito e redução dos custos de produção contratando comissários do café. Os comissários do café desempenhavam o papel de intermediários entre os fazendeiros produtores e as casas de exportação de café. Conhecidos na época como “atravessadores do café”, eles selecionavam os grãos de acordo com a qualidade e preparavam a mercadoria para exportação, realizando as negociações junto às casas de exportação e repassando o valor da venda do produto, já descontada a sua comissão. Contudo, o maior atrativo dos comissários para os fazendeiros eram os adiantamentos de crédito, disponibilizados antes da comercialização das safras no mercado internacional.

Os comissários realizavam operações de crédito com os fazendeiros, muitas vezes sem garantias formalizadas em contratos, baseando-se na palavra dada e na confiança mútua. Essas transações financeiras envolviam riscos elevados, o que encarecia o dinheiro e aumentava as taxas de juros. Os comissários atuavam regionalmente e atendiam a um grupo diversificado de fazendeiros. Do ponto de vista dos municípios em formação na “frente pioneira”, os comissários tinham uma relevante inserção social e participavam ativamente da esfera política da cidade (MONBEIG, 1984).

O modelo de negociação e crédito do café, mediado pelos comissários, foi gradativamente substituído, na primeira década do século XX, pelas sociedades anônimas de comércio do café. As crises recorrentes da produção cafeeira, especialmente a partir de 1905, quando muitos fazendeiros perderam parte significativa de suas lavouras devido ao clima, afetaram negativamente a instável rede de pagamentos e as relações de confiança entre as partes envolvidas. Para que esse sistema de crédito funcionasse, era necessário um preço alto do café, um câmbio estável da moeda nacional e a regularidade de boas safras, condições que eram difíceis de serem atendidas na Primeira República.

Na primeira metade do século XX, a atuação dos comissários foi substituída por empresas de comércio do café, compostas majoritariamente por capital estrangeiro. Essas empresas, operando como sociedades anônimas e seguindo um modelo capitalista similar ao sistema bancário, exigiam garantias mais robustas e uma maior formalização dos contratos para conceder crédito aos fazendeiros. Devido à sua posição estratégica na cadeia produtiva do café, essas empresas de comércio conseguiram reduzir as taxas de lucro dos fazendeiros ao monopolizar as transações comerciais. Estabeleceu-se uma política de preços baseada na classificação da qualidade dos grãos de café, além da imposição de critérios mínimos de qualidade para a exportação (SALLUM JR., 1982).

Os comissários realizavam operações de crédito com os fazendeiros, muitas vezes sem garantias formalizadas em contratos, baseando-se na palavra dada e na confiança mútua. Essas transações financeiras envolviam riscos elevados, o que encarecia o dinheiro e aumentava as taxas de juros. Os comissários atuavam regionalmente e atendiam a um grupo diversificado de fazendeiros. Do ponto de vista dos municípios em formação na “frente pioneira”, os comissários tinham uma relevante inserção social e participavam ativamente da esfera política da cidade (MONBEIG, 1984).

O modelo de negociação e crédito do café, mediado pelos comissários, foi gradativamente substituído, na primeira década do século XX, pelas sociedades anônimas de comércio do café. As crises recorrentes da produção cafeeira, especialmente a partir de 1905, quando muitos fazendeiros perderam parte significativa de suas lavouras devido ao clima, afetaram negativamente a instável rede de pagamentos e as relações de confiança entre as partes envolvidas. Para que esse sistema de crédito funcionasse, era necessário um preço alto do café, um câmbio estável da moeda nacional e a regularidade de boas safras, condições que eram difíceis de serem atendidas na Primeira República.

Na primeira metade do século XX, a atuação dos comissários foi substituída por empresas de comércio do café, compostas majoritariamente por capital estrangeiro. Essas empresas, operando como sociedades anônimas e seguindo um modelo capitalista similar ao sistema bancário, exigiam garantias mais robustas e uma maior formalização dos contratos para conceder crédito aos fazendeiros. Devido à sua posição estratégica na cadeia produtiva do café, essas empresas de comércio conseguiram reduzir as taxas de lucro dos fazendeiros ao monopolizar as transações comerciais. Estabeleceu-se uma política de preços baseada na classificação da qualidade dos grãos de café, além da imposição de critérios mínimos de qualidade para a exportação (SALLUM JR., 1982).

Os custos de produção do café, já em constante elevação, aumentaram ainda mais com a tipificação dos grãos. Os produtores de café passaram a contratar um número maior de trabalhadores para realizar a primeira seleção dos grãos durante a colheita, além de aumentarem os investimentos em técnicas agrícolas com o objetivo de produzir grãos de melhor qualidade, o que na época era denominado de “nível exportação”. Ao longo desse processo de consolidação das empresas de comércio do café, a lucratividade da atividade produtiva cafeeira e a concentração de riqueza foram remanejadas para o capital internacional (MONBEIG, 1984, p.111).

Mesmo com as crises econômicas recorrentes durante a Primeira República e a volatilidade do preço do café, as “frentes pioneiras” foram importantes regiões de investimento e diversificação de capitais. No cenário nacional, o crescente fluxo populacional e a formação de municípios nas regiões produtoras de café do oeste paulista estimularam o desenvolvimento de culturas agrícolas de subsistência para abastecer a sociedade interiorana.

Nas “frentes pioneiras”, a produção e distribuição de alimentos evoluíram de uma cultura agrícola secundária para uma importante fonte de renda para os fazendeiros. O modelo produtivo das culturas de subsistência, caracterizado pela pequena escala de produção e distribuição regionalizada, permitiu que pequenos agricultores participassem desse processo. Eles atuaram ao lado dos grandes fazendeiros, que utilizavam partes de suas propriedades não cultivadas com café para o cultivo de gêneros agrícolas.

A cultura do café serviu como alicerce para o crescimento econômico observado. Contudo, períodos de instabilidade na economia do café, juntamente com uma maior variedade social, crescimento demográfico e alterações nas exigências do mercado global, fomentaram a expansão de outras atividades agrícolas no interior do país. Gradualmente, o café perdeu sua posição de exclusividade em termos de recebimento de estímulos e aportes financeiros tanto do setor público quanto do privado (MAHL, 2007).

No período entre as Guerras Mundiais (1914-1945), nas “frentes pioneiras”, a cultura agrícola do algodão e a criação de gado bovino, diferentemente das culturas agrícolas de subsistência, foram praticadas em escala comercial e como atividades que concorriam com a lucratividade do café. Partes consideráveis das fazendas de café no oeste paulista dividiam espaço com a criação de gado bovino e com a crescente plantação de algodão. O esgotamento dos solos arenosos reduzia a produtividade da lavoura de café, enquanto a demanda no mercado internacional por carne bovina em conserva e algodão aumentava exponencialmente, o que impulsionou a diversificação das atividades produtivas agrícolas no Estado de São Paulo (MONBEIG, 1984).

No entanto, durante a primeira metade do século XX, dois elementos foram cruciais para o avanço da atividade pecuária em São Paulo: as dificuldades econômicas vivenciadas pelo setor cafeeiro, especialmente após o colapso do mercado de ações em 1929, que motivou diversos produtores a substituírem suas plantações de café por criações de gado; e a baixa necessidade de capital para iniciar a pecuária, visto que as pastagens podiam ser estabelecidas em solos já desgastados e essa prática demandava menos trabalhadores do que o cultivo do café. Consequentemente, nas décadas de 1930 e 1940, houve um aumento notável na área de pastagens no estado, convertendo áreas anteriormente dominadas pela cafeicultura, como Ribeirão Preto e Araraquara, em importantes polos de pecuária (MAHL, 2007).

A expansão das plantações de algodão nas “frentes pioneiras” resultou de uma conjuntura internacional favorável, impulsionada pela demanda crescente de matéria-prima pelo Japão e, em menor escala, pela Alemanha, após o término da Primeira Guerra Mundial, em 1918. Empresas japonesas investiram na infraestrutura necessária para o desenvolvimento do cultivo do algodão, exportando máquinas agrícolas para o Brasil e incentivando a migração de mão de obra imigrante para a região. Além disso, contribuíram para o aprimoramento de técnicas agrícolas que asseguravam produtos de qualidade superior e atuaram como intermediários entre os produtores e as casas de exportação e negociação do algodão (DEAN, 1991).

O investimento econômico nas “frentes pioneiras” foi estratégico como alternativa para minimizar as crises recorrentes da produção agrícola cafeeira, ao mesmo tempo em que transformou a região em um polo atrativo para capitais estrangeiros. Conforme argumenta Monbeig (1984, p. 119), “A franja pioneira é o ponto de encontro dos apetites e ambições tanto de nacionais quanto de estrangeiros. O que a expõe a ser duramente atingida pelas crises, mas ao mesmo tempo permite que ela recupere muito depressa sua vitalidade.”

4 A POLÍTICA DE INCENTIVOS ECONÔMICOS DA PRIMEIRA REPÚBLICA (1890-1930) NO PROCESSO DE EXPANSÃO DAS FERROVIAS NO INTERIOR DE SÃO PAULO.

Para viabilizar a cadeia produtiva do café, era necessário superar o desafio dos meios de transporte da época. Os fazendeiros, cientes da ineficiência do transporte de mercadorias por muares em longas distâncias — um problema que não existia quando a produção agrícola estava concentrada próximo ao litoral da região Sudeste —, defenderam politicamente o desenvolvimento do transporte ferroviário. Nos anos finais do século XIX, alguns fazendeiros formaram sociedades anônimas com o propósito de expandir a rede ferroviária do Estado de São Paulo, como foi o caso das estradas de ferro Santos-Jundiaí e Mogiana. Eles também atuaram junto aos poderes públicos para priorizar investimentos na malha ferroviária. A expansão do transporte ferroviário representou uma forma de diversificar os capitais produtivos dos grandes fazendeiros paulistas e uma estratégia para direcionar os investimentos públicos em favor de uma pequena elite rural.

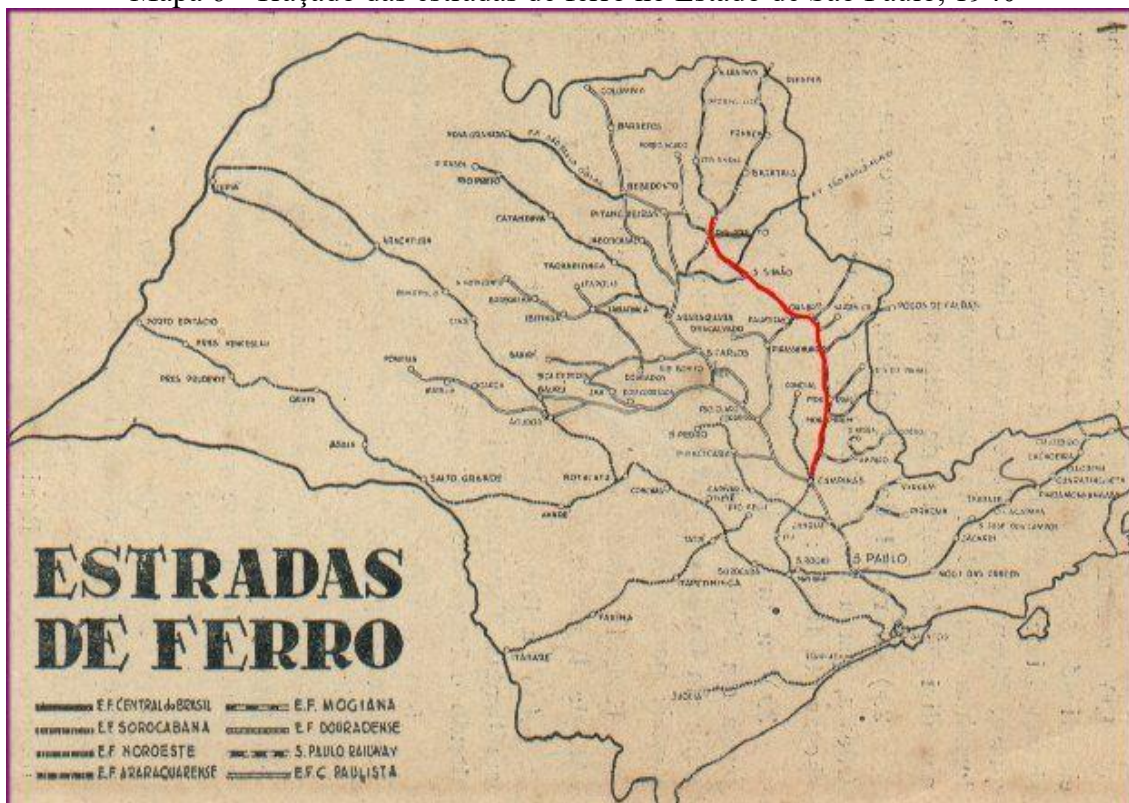
A consolidação da urbanização em uma parte considerável do território paulista, nas primeiras décadas do século XX, com a criação de cidades e sua integração econômica na dinâmica produtiva agrícola, ocorreu em decorrência da instalação e ampliação de um complexo ferroviário. A construção e operacionalização das ferrovias paulistas foram o resultado de um diversificado processo histórico que articulava o desenvolvimento econômico da Primeira República, estruturado na produção da lavoura cafeeira, com os mecanismos de integração territorial das regiões distantes dos grandes centros urbanos, em particular a porção do extremo oeste do estado de São Paulo e centro-oeste do Brasil (SCHIAVON, 2017).

As ferrovias centralizavam os projetos de urbanização nacional nas primeiras décadas republicanas, ainda que empregadas prioritariamente na região sudeste do Brasil. O modelo ferroviário implementado no país esteve atrelado às companhias de colonização, aos interesses dos produtores de café e às possibilidades de investimento de capitais nacionais e internacionais. Conforme Schiavon (2017), no Brasil, essa nova configuração simboliza a quebra dos vínculos coloniais que moldavam a estruturação dos espaços urbanos, substituídos por um padrão sistemático, influenciado pela difusão de conceitos modernistas que surgiram sobretudo com o processo de industrialização em diversas nações europeias e nos Estados Unidos.

A interiorização da rede ferroviária no Estado de São Paulo possibilitou o povoamento da região de forma sistemática, com a chegada de trabalhadores assalariados para as lavouras de café. O trabalho nos cafezais exigia uma numerosa mão de obra e dedicação constante dos

trabalhadores. O plantio das lavouras, o cuidado com os pés de café durante o crescimento e a colheita manual dos frutos vinculavam os trabalhadores às fazendas durante boa parte do ano. O grande contingente de trabalhadores que chegava pelos trilhos até as zonas produtoras de café incentivou a urbanização em ritmo acelerado de vários municípios do interior paulista, especialmente aqueles que conseguiram conciliar as atividades econômicas da lavoura cafeeira com a proximidade das estações e trilhos das ferrovias.

Mapa 6 - Traçado das estradas de ferro no Estado de São Paulo, 1940



Fonte: Autoria desconhecida, Museu Histórico Ferroviário de Bauru e Região

A instalação de complexos ferroviários em diferentes cidades do interior paulista refletiu as questões econômicas, sociais e políticas que guiaram a atuação dos primeiros governos republicanos. Era um projeto amplo e difuso, baseado na ideia de progresso e civilização, com vários usos políticos, que buscava modernizar as instituições públicas, desenvolver a economia e transformar a sociedade brasileira. Era um discurso poderoso que unia a elite política e econômica do país (CASTRO, 1993). As ferrovias construídas nesse período consolidaram as transformações propostas pelo regime republicano e moldaram parte significativa da estrutura da sociedade brasileira do início do século XX.

A instalação e ampliação da rede ferroviária no Estado de São Paulo e suas influências sobre o território não foram homogêneas. Em decorrência do complexo processo de negociação

entre o governo estadual, os interesses dos cafeicultores e os projetos nacionais de integração do território brasileiro, as ferrovias paulistas, principalmente nas primeiras décadas do século XX, tiveram sua expansão em diferentes ritmos e níveis de importância na formação urbana das cidades.

As variações resultavam de fatores internos, como a viabilidade econômica e a solidez financeira das companhias, e estavam relacionadas a elementos externos, como a dinâmica econômica das regiões ocupadas, a negociação de terras, a influência de grupos políticos com interesses específicos, o contexto econômico tanto no âmbito nacional quanto no internacional (influenciado pelo valor do café), além dos objetivos das empresas envolvidas (LOSNAK, 2017).

A construção das ferrovias e a operacionalização do complexo ferroviário em grande parte do território paulista alteraram significativamente as formas de ocupação do espaço. As ferrovias foram responsáveis por integrar regiões anteriormente isoladas economicamente à dinâmica produtiva nacional, representada pelo grande latifúndio agroexportador. A criação de novos mercados produtivos e consumidores, as possibilidades de lucro das empresas ferroviárias, decorrentes da exclusividade de áreas de exploração e do monopólio no transporte de mercadorias, e a rápida reconfiguração do espaço, por meio do comércio de terras (urbanas e rurais) e da especulação imobiliária, forjaram formas capitalistas de apropriação e uso do território do Estado de São Paulo (LOSNAK, 2017).

O modelo de implementação ferroviária nacional, desde os primeiros projetos na segunda metade do século XIX, foi organizado por meio de licitações públicas de construção, firmadas entre o Estado e empresas particulares. Os contratos de concessão para a construção de ferrovias, geralmente, ficaram sob a administração de empresas europeias, em particular francesas, belgas e inglesas. Os termos contratuais previam isenção de taxas alfandegárias para a importação de maquinário e equipamentos ferroviários, remuneração anual de seis por cento sobre o capital empregado na construção, além da exclusividade de exploração do trecho ferroviário durante um período pré-estabelecido. As condições ofertadas nas licitações públicas de ferrovias, com evidentes vantagens econômicas para o investimento de capitais internacionais, foram uma alternativa encontrada pelo Estado brasileiro para contornar os problemas relativos ao baixo desenvolvimento tecnológico e à capacidade de financiamento produtivo do país.

Além das questões econômicas, a implantação e ampliação da rede ferroviária paulista foi um projeto social liderado pelo Estado, empresas privadas e profissionais técnicos (LOSNAK, 2017, p.8). A reconfiguração social do espaço, mediada pelo avanço tecnológico

dos trens, pela ideologia do progresso e pelo uso capitalista do território, desmantelou as formas históricas de sociedade dos antigos habitantes, especialmente na região centro-oeste do Estado de São Paulo.

As sociedades tradicionais, formadas por pequenos trabalhadores rurais e grupos indígenas que residiam historicamente na região, viram seus modos de vida serem transformados e suplantados pela “marcha do progresso”. Com a imposição de um modelo de sociedade que visava ser moderno, produtivo e integrado economicamente e geograficamente pelos trilhos, surgiram inúmeros conflitos e manifestações de violência durante esse processo.

Os projetos de construção de ferrovias durante a Primeira República foram uma tentativa de superar as contradições e o atraso socioeconômico em que se encontrava a sociedade brasileira, pela imposição da técnica e da ciência no cotidiano. Esse modelo viabilizava, ao menos na aparência, a instauração de uma ordem burguesa no Brasil. O simulacro de transformação da sociedade aproximava, ainda que ilusoriamente e de forma pouco consistente, o Brasil dos países centrais do capitalismo. Nas palavras de Maria Inês Malta Castro (1993, p. 87), “fez da imagem do progresso uma obsessão nacional”.

No plano político, as ferrovias representaram a consolidação do poder das elites paulistas em âmbito nacional. A capilaridade dos trilhos no Estado de São Paulo contribuiu para fomentar a unidade territorial e, por conseguinte, os mecanismos políticos e eleitorais que sustentavam a Primeira República (CASTRO, 1993). Os investimentos prioritários no Estado de São Paulo no desenvolvimento das linhas ferroviárias, aliados à crescente expansão da fronteira agrícola cafeeira, conferiram aos paulistas um lugar privilegiado no jogo político durante a Primeira República. As disputas e sucessões presidenciais geralmente envolveram intensas e, às vezes, conturbadas negociações com a elite política paulista.

Em um plano de ação política mais amplo liderado pela elite paulista, a ampliação da rede ferroviária pelo estado e sua integração com regiões do Paraná, Mato Grosso e Minas Gerais visavam potencializar o maior e mais dinâmico porto do país naquele período: Santos. Sob essa perspectiva, o desenvolvimento econômico nacional foi refletido na centralidade dos interesses da produção agrícola cafeeira do estado de São Paulo. Conforme salientou Pierre Monbeig (1984), houve o processo de transformação de uma unidade geográfica em uma unidade econômica de alcance nacional.

A construção de ferrovias no Brasil, nos primeiros anos da República, consolidou uma visão específica de progresso material, representada pelas máquinas (locomotivas, vagões e trilhos) e pelo desenvolvimento tecnológico, em um sentido histórico que parecia inevitável e

que visava modernizar a sociedade brasileira e transformar as relações sociais (CASTRO, 1993).

No entanto, os valores relacionados ao progresso material, frequentemente introjetados e reproduzidos pela população, foram estrategicamente empregados para legitimar e perpetuar as desigualdades sociais. A ferrovia tornou-se o aspecto visível de um processo histórico que ocultou as contradições estruturais da sociedade da época. As linhas de trem definiam o traçado urbano e ditavam os ritmos de desenvolvimento das cidades, organizavam a dinâmica cotidiana das pessoas e, ao mesmo tempo, promoviam formas de segregação espacial e justificavam a exploração e violência contra os trabalhadores.

O processo de construção das ferrovias no Estado de São Paulo teve como pano de fundo a superação da barbárie pela civilização. Os discursos veiculados pela imprensa no período eram de superar o atraso em que se encontrava a sociedade brasileira por meio do progresso material. Os valores positivos da prosperidade material, supostamente ao alcance de todos, eram fortes propagandas para convencer a população em torno de um objetivo comum. No entanto, o processo de ampliação ferroviária foi intrinsicamente estruturado pela exclusão e contradição, com os benefícios materiais destinados a um pequeno grupo da população. Conforme argumentou Maria Inês Malta Castro (1993, p.5), “a imagem do progresso futuro justificava a barbárie presente”.

4.1 O Processo de Construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNOB) (1905-1914) no Estado de São Paulo.

A construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, iniciada na cidade de Bauru (SP) em 1905, foi decisiva para o desenvolvimento econômico e a urbanização da região oeste do estado de São Paulo. Uma vasta região, até então inexplorada segundo a lógica capitalista durante as primeiras décadas do século XX, foi integrada de forma dinâmica e estratégica à economia latifundiária agrícola. Os trilhos da estrada de ferro formaram uma rede de cidades cujo desenvolvimento histórico ficou atrelado ao complexo ferroviário.

A fundação de cidades e o adensamento urbano de pequenos povoados, à medida que a expansão ferroviária avançava rumo ao oeste do Estado de São Paulo, ocorreu em ritmo acelerado. Esse processo foi singular na história do Brasil. Nas três primeiras décadas do século XX, o estado de São Paulo construiu e ampliou a mais importante malha ferroviária do país, a partir da integração e operacionalização das quatro maiores ferrovias da época: a Companhia

Paulista de Estradas de Ferro, a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, a Estrada de Ferro Sorocabana e a Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

De acordo com Nilson Ghirardello (2010, p.17):

O crescimento das cidades de São Paulo com mais de 30 mil habitantes, entre 1872 a 1920, é de 7.393%, contra um crescimento de 448% da população do Estado em conjunto. No país, em período idêntico, há um crescimento de cidades de 412% e de 203% para toda a população.

A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil apresentava características únicas em comparação com o restante das ferrovias do país. Seu processo de construção, ampliação e operacionalização foi singular no período. A ferrovia representou um dos primeiros grandes empreendimentos da era republicana, contando com a participação de capitais nacionais e internacionais. Os investimentos necessários para a realização da obra foram viabilizados por meio de empréstimos de capitais franco-belgas, complementados por recursos do governo federal.

Uma das características marcantes da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil foi sua instalação em uma região pouco povoada do centro-oeste do estado de São Paulo, que não estava inserida na dinâmica produtiva agrícola cafeeira. A ferrovia Noroeste do Brasil tinha como objetivo criar condições para a expansão da fronteira agrícola e organizar o desenvolvimento urbano de uma vasta área localizada na porção centro-oeste do estado, além de interligar o estado do Mato Grosso ao principal polo econômico do país.

Nos primeiros anos da República, a consolidação do trabalho livre assalariado e a crescente demanda por mão de obra na lavoura de café levaram ao início dos projetos de incentivo à imigração europeia para o Brasil. A imigração, como política de Estado, foi organizada com subsídios públicos para o financiamento da travessia continental e com uma forte campanha de propaganda na Europa. Nesse período, também surgiram empresas e sociedades de imigração organizadas pelos fazendeiros, com o intuito de suprir a demanda nas zonas produtoras de café. Uma estrutura favorável e lucrativa em torno da imigração foi estabelecida no Brasil durante a Primeira República (COSTA, 1998).

A construção de ferrovias no Brasil era um importante empreendimento econômico. A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, de acordo com a pesquisa de Thiago Moratelli (2013), foi exemplar da lucratividade das atividades econômicas associadas à construção de ferrovias. O processo de planejamento e implementação de ferrovias envolvia várias etapas e acionava diferentes setores da economia, com possibilidade de investimento de capitais nacionais e internacionais, tais como: os empréstimos bancários, em muitos casos em praças europeias; empresas de negociação, mediação e captação de recursos financeiros; empresas seguradoras

de capitais; empresas construtoras; e casas de importação de materiais industrializados ferroviários (ferramentas, acessórios e trilhos) e de bens de produção (locomotivas e material rodante). Essa ampla rede de atividades econômicas era atravessada por diferentes níveis de especulação de capitais.

Após vencerem o processo de licitação de obras públicas junto ao Governo, as companhias ferroviárias organizavam o processo de viabilização da construção da ferrovia. Para isso, firmavam contrato com uma empresa construtora, chamada de empreiteira-geral, que era responsável pela dinâmica de construção da ferrovia, seguindo os prazos e valores estabelecidos previamente. No contrato, a companhia ferroviária se encarregava do fornecimento dos materiais necessários para as obras e da supervisão do projeto. Já a empreiteira-geral atuava no recrutamento da força de trabalho e na direção dos serviços cotidianos realizados nos canteiros de obra (MORATELLI, 2013).

O projeto de construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil foi concedido à empresa ferroviária de capitais franco-belgas *Compagnie Générale de Chemins de Fer et de Travaux Publics* (Companhia Geral de Ferrovias e Obras Públicas). O financiamento do projeto foi viabilizado pela Société Générale (sociedade anônima de investimentos sediada em Paris, na França) e pela instituição bancária francesa *Banque de Paris et des Pays-Bas* (Banco de Paris e dos Países Baixos), no valor aproximado de 50 milhões de francos, em 1904. O processo de negociação no mercado de capitais europeus foi mediado pelo engenheiro brasileiro João Teixeira Soares, que tinha trânsito entre os investidores devido ao prestígio alcançado na coordenação de importantes obras ferroviárias nacionais, que se mostraram lucrativas do ponto de vista da remuneração do capital internacional investido na época.

A *Compagnie Générale de Chemins de Fer et de Travaux Publics* contratou a Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil como empreiteira-geral do projeto ferroviário. Fundada em 1904, a Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil possuía um quadro de nove investidores, no modelo de sociedade anônima, entre eles dois proeminentes engenheiros vinculados ao Clube de Engenharia do Rio de Janeiro: Joaquim Machado de Mello e João Teixeira Soares.

De acordo com Thiago Moratelli (2013), esses engenheiros alcançaram projeção nacional e internacional pelo conhecimento técnico excepcional e pela ousadia nas soluções de infraestrutura ferroviária, especialmente na construção de pontes, túneis e na instalação de trilhos em terrenos com declives ou aclives acentuados. No início do século XX, João Teixeira Soares era uma referência na engenharia nacional, com vasta experiência em obras públicas de

infraestrutura, enquanto Joaquim Machado de Mello era um jovem engenheiro promissor, envolvido em projetos de infraestrutura de transporte de âmbito nacional.

Além das contribuições para a engenharia ferroviária e das inovações tecnológicas propostas na época, João Teixeira Soares e Joaquim Machado de Mello se destacavam pela proximidade com a administração pública. Em particular, eles eram próximos da gestão do prefeito carioca Francisco Franco Pereira Passos, entre os anos de 1902 a 1906, e do presidente da República Francisco de Paula Rodrigues Alves, no mesmo período.

Nos complexos meandros dos contratos e na obscuridade do processo de licitação de obras públicas, a relação de proximidade com o poder executivo facilitava a concessão e coordenação de projetos de infraestrutura nacionais. Em uma sociedade sem tradição republicana, as relações personalistas estabelecidas no âmbito da administração pública representavam claras vantagens econômicas e influência política para certos grupos sociais. Esse foi o caso dos engenheiros da Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil.

A conjuntura econômica durante a gestão do presidente Rodrigues Alves foi favorável para as empresas de engenharia. Naquele período, o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas era comandado pelo engenheiro Lauro Muller. As grandes obras de infraestrutura urbana e de transportes, especialmente a remodelação da cidade do Rio de Janeiro, representavam projetos de grande escala e sem precedentes no país. Além da possibilidade de enriquecimento das empresas construtoras, os engenheiros constituíam um grupo social com influência política e administrativa. As práticas de intervenção social promovidas pelo Estado, como a política higienista e a organização do espaço público com mecanismos de vigilância, eram fundamentadas em um conjunto de conhecimentos técnicos e científicos, particularmente da engenharia e da medicina da época.

Os engenheiros, mais do que qualquer outro grupo profissional nas primeiras décadas da República, integravam esses conhecimentos técnicos à atuação política. No entanto, Machado de Mello, ao lembrar esse período em 1914, em um discurso no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, sobre o papel da engenharia e seus vínculos com a administração pública, parecia ter uma visão oposta à nossa. Ele defendia a ideia de “só fazer engenharia e administração, libertando-se da política apaixonada, que serve apenas para atrofiar os países que se entregam a ela exclusivamente”¹¹.

¹¹ Discurso proferido em 5 de outubro de 1914 por Joaquim Machado de Mello no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro: “A Noroeste do Brasil. Conferência sobre a estrada de ferro Noroeste do Brasil realizada no Clube de Engenharia em 5 de outubro de 1914”

O prestígio e as relações amigáveis entre os membros do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, que contava com a presença do prefeito Pereira Passos, permitiram que Joaquim Machado de Mello tivesse uma participação ativa nos processos de reformulação urbana da capital fluminense. Entre as obras lideradas diretamente por Machado de Mello, destacam-se os projetos na região portuária do Cais da Praia de Botafogo, bem como a empreitada da Estrada de Ferro Leopoldina no estado do Rio de Janeiro. A experiência adquirida e os retornos financeiros obtidos pelos investidores dos projetos na capital federal contribuíram para que Joaquim Machado de Mello assumisse o cargo de Diretor Geral da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, considerado o maior projeto ferroviário do país naquele período.

O trabalho assalariado na construção de ferrovias impulsionou o desenvolvimento do mercado interno de produtos, suprimentos e serviços, especialmente nas cidades das “frentes pioneiras”. Em Bauru, com o início da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil em 1905, um número significativo de trabalhadores assalariados migrou para a região. Isso resultou em um aumento considerável no comércio local de produtos e suprimentos, bem como nos serviços de alimentação e hospedagem.

Embora os dados estatísticos sobre o crescimento populacional de Bauru com o início das obras da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil sejam imprecisos, é possível inferir o desenvolvimento da cidade por meio da previsão de arrecadação de impostos pela prefeitura. Para o ano de 1906, a municipalidade esperava arrecadar 18.000\$000 em “Indústrias e profissões” e 8.000\$000 em “Imposto predial”¹². Já em 1911, um ano após a conclusão do trecho ferroviário em território paulista da Noroeste do Brasil e da instalação das oficinas da Companhia Paulista de Estradas de Ferro em Bauru, a expectativa de arrecadação de impostos aumentou significativamente para 45.740\$000 em “Indústrias e profissões” e 13.000\$000 em “Imposto predial”¹³.

O modelo de trabalho adotado para a construção da ferrovia, visando maximizar os lucros do empreendimento, foi o regime de empreitada. Esse regime era pouco explorado na época e inovador para a execução de uma obra de grande proporção. As obras da estrada de ferro foram segmentadas e cada segmento foi delegado a uma empresa empreiteira diferente. Cada empreiteira recebia repasses de verbas públicas para iniciar a construção da ferrovia, e o pagamento final era efetuado conforme a conclusão dos trechos. Os prazos determinados e o montante financeiro alocado para cada segmento permitiram que as empreiteiras subdividissem a execução das obras entre subempreiteiras menores.

¹² Lei Municipal nº3, de 21/10/1905.

¹³ Lei Municipal nº14, de 5/11/1910.

A construção da ferrovia Noroeste do Brasil, organizada em torno de empreiteiras, possibilitou que a exploração dos trabalhadores fosse constante. Sem vínculos empregatícios com a Companhia de Estradas de Ferro Noroeste do Brasil, os trabalhadores eram recrutados por empreiteiras menores e recebiam seus salários conforme as metas de construção eram cumpridas. Os atrasos nos pagamentos dos salários e as condições de trabalho degradantes marcaram todo o processo (MORATELLI, 2013).

As condições de trabalho eram extremamente precárias: os trabalhadores enfrentavam jornadas exaustivas de dez horas diárias, sete dias por semana, sem folgas. Devido ao isolamento do local de trabalho, os funcionários eram compelidos a adquirir víveres nos estabelecimentos comerciais pertencentes à própria Companhia, situação que frequentemente os levava a contrair dívidas (GHIRARDELLO, 2002).

A construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil revelou que o avanço material alcançado com a ferrovia foi viabilizado pela intensa exploração da mão de obra. De forma mais específica, a exploração exacerbada dos trabalhadores constituía um elemento fundamental do processo de expansão ferroviária no Brasil nas primeiras décadas após a Proclamação da República. Em um contexto peculiar, conceitos como progresso, modernidade e civilização coexistiam com a exploração severa dos operários e com a dizimação das comunidades indígenas. A robusta narrativa que emergiu em torno da ideia de que a expansão do transporte ferroviário era essencial para o desenvolvimento econômico do país foi construída sobre práticas de violência e marginalização dos grupos mais vulneráveis da sociedade.

A definição do traçado dos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, que se estendia de Bauru (SP) a Corumbá (MS), foi influenciada por fatores econômicos. Visando aumentar a rentabilidade e a margem de lucro, as empresas responsáveis pelo projeto optaram por um percurso que se alinhasse às facilidades do relevo, evitando morros, vales e a necessidade de construir pontes sobre rios. Preferiram rotas próximas aos leitos dos rios e evitaram áreas com declives ou aclives acentuados, pois tais condições demandariam um maior investimento técnico e tempo, elevando os custos e a duração do trabalho.

Segue abaixo o traçado final dos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil:

Mapa 7- Traçado final da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, 1953



Fonte: Autoria desconhecida, Museu Ferroviário de Bauru e Região

Essa escolha resultou em um aumento significativo na quilometragem inicialmente prevista para o trecho entre Bauru e Cuiabá, o que elevou os custos finais do projeto. Para atender às necessidades de ajustes no contrato de construção, os repasses financeiros do Governo Federal às empresas empreiteiras eram frequentes.

O traçado dos trilhos da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil foi, sempre que possível, projetado para seguir paralelamente aos leitos dos rios, especialmente no Estado de São Paulo. Essa decisão foi tomada devido às vantagens econômicas que essas áreas ofereciam às empreiteiras, pois as margens dos rios geralmente possuíam terrenos planos, o que reduzia os investimentos necessários em infraestrutura ferroviária. Além disso, a vegetação nativa nessas regiões era menos densa, o que diminuía a quantidade de mão de obra necessária para os trabalhos de desmatamento (CASTRO, 1993; MORATELLI, 2013).

Enquanto o projeto da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil representava uma grandiosidade tecnológica, a realidade enfrentada pelos trabalhadores desde o início das obras era de grande dificuldade. O percurso dos trilhos, que atravessava tanto o território de São Paulo quanto o de Mato Grosso do Sul, passava por áreas insalubres, afetadas por doenças tropicais endêmicas. As matas virgens das “frentes pioneiras” eram habitat de mosquitos transmissores de malária, febre amarela e leishmaniose, bem como do inseto conhecido como barbeiro, vetor da doença de Chagas.

Esse cenário de risco à saúde era evidente desde a cidade de Bauru e se agravava à medida que se afastava dos centros urbanos. As doenças tropicais causaram a morte de inúmeros trabalhadores, embora os registros exatos de óbitos na região sejam imprecisos. A direção da companhia construtora preferia não divulgar as perdas de sua força de trabalho.

Apesar do silêncio nos relatórios da Companhia Noroeste do Brasil, em 1905, o renomado médico sanitarista Oswaldo Cruz realizou uma expedição à região a convite do governo federal para avaliar a gravidade do problema e propor medidas paliativas para o tratamento dos enfermos. Entre as recomendações, estavam a construção de hospitais e o envio de profissionais médicos para cuidar dos pacientes. Em Bauru, parte dessas sugestões foi atendida com a abertura da Santa Casa de Misericórdia em 1911, uma entidade filantrópica dedicada ao atendimento médico e aos primeiros socorros.

Os altos níveis de contaminação por doenças tropicais nas proximidades dos leitos dos rios eram agravados pelo isolamento relativo dos acampamentos montados pelos trabalhadores. As barracas, improvisadas pelos próprios operários, eram precárias e não ofereciam as condições mínimas de higiene. A distribuição de alimentos até os acampamentos era irregular e, frequentemente, insuficiente para suprir as necessidades do contingente de trabalhadores. Muitos recorriam à caça e à pesca como meios de subsistência diante da escassez. Conflitos e tensões entre os trabalhadores e as comunidades indígenas locais eram uma ocorrência constante (MORATELLI, 2013).

A situação dos trabalhadores nas regiões de construção da ferrovia era marcada por uma superexploração evidente, sustentada pela rigidez dos contratos de trabalho. No regime de empreitada, os salários eram pagos somente após a conclusão de determinados trechos da obra, o que resultava em longos períodos sem remuneração para os trabalhadores. Essa circunstância os forçava a acumular dívidas nos armazéns locais para adquirir itens básicos de sobrevivência e alimentação.

O monitoramento dos dias trabalhados e das dívidas contraídas com os armazéns era responsabilidade dos chefes das empreiteiras, que se baseavam nas cidades mais próximas aos acampamentos. O pagamento final a cada trabalhador correspondia a uma simples equação matemática, que consistia no total de dias trabalhados, com desconto das faltas por doença, menos o valor das dívidas acumuladas. Frequentemente, os trabalhadores reclamavam que o salário recebido era menor do que o acordado e que as dívidas registradas eram superiores aos gastos reais.

Nesse contexto de disputa, os chefes das empreiteiras justificavam os pagamentos com base em boletins muitas vezes fraudulentos e sem fiscalização externa, reforçando o poder

simbólico dos números e letras registrados no papel diante de trabalhadores analfabetos. Assim, os salários ínfimos mantinham os trabalhadores presos à dinâmica de exploração, contradizendo a ideia de que a “zona da Noroeste” oferecia oportunidades de enriquecimento (MORATELLI, 2013).

Além dos contratos de trabalho, outros mecanismos contribuíam para manter os trabalhadores em condições precárias nos acampamentos das obras ferroviárias. Enquanto aguardavam o pagamento dos salários ao término da empreitada, os trabalhadores descontentes enfrentavam estratégias efetivas que os mantinham nos canteiros de obras.

Uma prática comum era a vigilância constante, marcada por suspeitas e monitoramento diário. Funcionários armados, responsáveis pela segurança dos acampamentos e pela prevenção de supostos ataques indígenas, também intimidavam os trabalhadores que pretendessem deixar o trabalho sem pagar as dívidas acumuladas nos armazéns. A disciplina nos acampamentos e o cumprimento das relações de trabalho eram impostos por meio da violência sistemática, sendo as armas de fogo o elemento mais evidente dessa coerção (MORATELLI, 2013).

A distância entre o acampamento de obras da ferrovia e os núcleos urbanos mais próximos era considerável, o que tornava a caminhada muitas vezes inviável. Os trabalhadores recorriam aos vagões de trens que transitavam pelos trechos já construídos da estrada de ferro como meio de transporte. Esses vagões não eram especificamente adaptados para o transporte de passageiros e eram utilizados de forma improvisada. O uso do trem pelos trabalhadores era raro e geralmente decorrente da necessidade de tratamento médico em casos de doenças graves. Os trabalhadores doentes eram levados às cidades mais próximas para receberem cuidados médicos. Quanto às técnicas de vigilância, havia um controle efetivo sobre o embarque e desembarque dos trabalhadores.

Além das questões relacionadas à insalubridade da região, os confrontos com os indígenas se intensificaram. Os primeiros registros de confrontos em Bauru datam do último quarto do século XIX, durante o processo de ocupação da “frente pioneira”. Contudo, com o início da construção da ferrovia, a intensidade dos conflitos entre trabalhadores e indígenas aumentou. A violência diária nos locais de trabalho e nos acampamentos dos trabalhadores assumiu proporções bélicas. Em um ciclo de ataques e contra-ataques, em que as linhas entre defesa e agressão muitas vezes se confundiam, estabeleceu-se um processo de matança que vitimizava numerosos trabalhadores e indígenas. Os episódios recorrentes de violência foram documentados pelo jornal *O Bauruí*, como relatado no capítulo 3.

Nas partes envolvidas no conflito, as assimetrias de poder eram notáveis. A Companhia Noroeste do Brasil, visando proteger seus interesses econômicos, contratou grupos de

seguranças armados e forneceu armas de fogo aos trabalhadores, especialmente nos acampamentos distantes de Bauru. Relatórios da companhia aos quais tivemos acesso¹⁴ indicam a compra de 34 rifles Winchester e 340 munições em 1909, e 20 rifles Winchester e 190 munições em 1910. Esses dados sugerem que havia uma significativa proliferação de armas de fogo entre a população de Bauru e arredores.

Um levantamento exploratório dos Inquéritos Policiais na Comarca de Bauru, entre 1911 e 1930¹⁵, revelou cerca de 120 ocorrências relacionadas a armas de fogo, de um total de 450 documentos. As descrições nas capas dos inquéritos incluem “acidentes com armas de fogo”, “homicídio com arma de fogo”, “tentativa de assassinato por arma de fogo” e “disparo acidental”. Além disso, aproximadamente 40 registros descrevem “conflitos na ferrovia”, evidenciando a natureza violenta das interações interpessoais na região.

Para os diretores da Companhia Noroeste do Brasil, a insalubridade e o aumento dos conflitos na região eram vistos como problemas de natureza econômica. A frequente perda de trabalhadores nos canteiros de obras, seja por doenças ou mortes, representava um risco para a conclusão dos contratos dentro dos prazos previstos. A rápida conclusão das etapas da construção ferroviária era essencial para assegurar o retorno do capital investido.

A manutenção de uma força de trabalho constante e a gestão eficiente da exploração laboral, típicos do regime de empreitada, eram cruciais para manter o ritmo acelerado das obras e, conseqüentemente, a rentabilidade do projeto. No contexto da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, a exploração do capital sobre os trabalhadores não se limitava à maximização da mais-valia do trabalho produtivo; ela também envolvia a espoliação da vida dos operários. A intensificação da exploração da mão de obra, especialmente na região das “frentes pioneiras”, estava intrinsecamente ligada à potencial espoliação da vida dos trabalhadores.

A divulgação de casos concretos de violência e mortes entre os trabalhadores da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, inicialmente publicados em jornais operários de São Paulo e posteriormente nos jornais locais da “zona noroeste”, contribuiu para a criação de uma imagem de um local perigoso e selvagem, associado a degredo e punição. Na imprensa, os trabalhadores eram retratados de maneira ambígua: por um lado, como heróis do

¹⁴ Relatório da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1910)

¹⁵ O levantamento da documentação foi realizado durante meu mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp de Marília. O resultado da pesquisa foi a dissertação intitulada: “A construção da verdade nos crimes de defloração (1920-1940): práticas e representações do discurso jurídico na Comarca de Bauru (SP)” (2011).

progresso, corajosos e destemidos; por outro, como criminosos, fugitivos da justiça e vigaristas buscando refúgio nas áreas de trabalho da Noroeste (LIMA, 1978).

Essa ambiguidade servia para justificar certas práticas sociais: as percepções da população local sobre o suposto banditismo de muitos trabalhadores reforçavam os pedidos por mais presença policial em Bauru e justificavam intervenções violentas no dia a dia. Além disso, legitimavam a ideia de que o extermínio indígena, apresentado de forma positiva na imprensa, só poderia ser obra de indivíduos inclinados ao crime (MORATELLI, 2013).

No conflito entre os trabalhadores da ferrovia e os grupos indígenas, os investidores e acionistas da Companhia Noroeste do Brasil emergiram como os beneficiários. O período que abrange desde o primeiro registro de conflito com indígenas, em um ofício de Felicíssimo Antonio de Souza Pereira de 1856, até a inauguração da ferrovia em 1918, coincide com o processo de extermínio dos grupos indígenas que ocupavam o território de São Paulo. Os escassos sobreviventes indígenas desse genocídio foram forçados a viver em aldeamentos, como os de Ekeruá, Kopenoti, Nimuendajú e Tereguá, no município de Avaí (SP), em condições de extrema precariedade e pobreza. Um número ainda menor de indígenas buscou sobreviver nas cidades, enfrentando grandes dificuldades para se inserir no mercado de trabalho capitalista e vivendo à margem da sociedade (LIMA, 1978).

As representações divulgadas pela imprensa local de Bauru sobre os trabalhadores podem ser melhor compreendidas considerando a dinâmica da imigração e migração para as “frentes pioneiras”. O fluxo constante de pessoas, em sua maioria trabalhadores, provocava transformações em uma sociedade de bases tradicionais. O acelerado processo de urbanização de muitas cidades paulistas, especialmente Bauru, foi marcado por rupturas nas formas de sociabilidade típicas de pequenas comunidades.

As contradições da emergente sociedade burguesa, que se expandia rapidamente em Bauru, frequentemente ignoravam os grupos sociais que detinham relações de privilégio e prestígio antes da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Um pequeno grupo de pessoas, composto por famílias proprietárias de pequenos comércios em Bauru (como as famílias Avallone, Rasi, Maringoni, Aiello, entre outras), que buscavam ascensão social no processo de reconfiguração da sociedade, com posições instáveis na política partidária e com influência nas redações dos jornais, forjaram uma imagem de pioneiros fundadores da cidade.

Os chamados pioneiros fundadores de Bauru buscavam se distinguir da população recém-chegada para trabalhar nas obras da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. O principal mecanismo de diferenciação adotado por esse grupo estava relacionado à posição de classe social que ocupavam durante a transformação da sociedade.

Provenientes da pequena burguesia comercial, esses indivíduos criaram uma narrativa histórica local que enfatizava a tradição de seus estabelecimentos comerciais e suas contribuições para o desenvolvimento de Bauru. Ser um pioneiro fundador em Bauru era equivalente a ser um proprietário de longa data de um estabelecimento comercial. A autoimagem desses pioneiros destacava a conexão emocional dos proprietários com a cidade. Segundo essa visão, o progresso do município era fruto da afetividade e dedicação desses comerciantes por Bauru.

A produção de uma narrativa histórica local que explicava o desenvolvimento da cidade de Bauru a partir das contribuições individuais e afetivas dos fundadores pioneiros cumpria duas funções principais. A primeira era demarcar a diferenciação social, operada no plano discursivo, entre os “verdadeiros bauruenses” e a massa disforme de pessoas que chegavam à cidade para trabalhar nas obras da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. A segunda era posicionar e identificar a pequena burguesia comercial no processo de transformação histórica de Bauru. Nessa perspectiva, as relações econômicas e políticas que caracterizaram o desenvolvimento histórico de Bauru, em decorrência da instalação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, foram individualizadas a partir do protagonismo e liderança de um pequeno grupo de comerciantes.

A cidade de Bauru carrega em seu nome o símbolo da violência do genocídio praticado contra os nativos da região. Palavra de origem indígena e de significado incerto, sem consenso entre os memorialistas locais. As versões mais divulgadas descrevem que o nome tem origem nas palavras mbai-yuru e ybá-uru, que em tradução livre do idioma tupi significam, respectivamente, “queda de água” e “cesto de frutas” (LIMA, 1978).

No processo de adaptação fonética do idioma tupi para a língua portuguesa, formou-se a palavra Bauru e passou a designar, sem maiores distinções étnicas, todos os nativos indígenas que habitavam a região: os Bauruz. No processo de apagamento discursivo e da memória indígena da região, o sanduíche Bauru passou a ser o símbolo da cidade.

A divulgação e associação do nome da cidade com o sanduíche, como estratégia, incluiu o direito a um monumento animado, o Bauruzinho, instalado no terminal rodoviário; além das festas anuais em comemoração à emancipação do município e da defesa da receita culinária original. Por mais ridículo e grotesco que pareça a situação, a reprodução da violência simbólica contra as populações nativas continua em vigor em Bauru. Para todos os efeitos, o nome da cidade deriva do sanduíche Bauru, desde que seja respeitada a receita original com rosbife e queijo derretido em água fervente.

5 A OCUPAÇÃO E O ESTABELECIMENTO DOS PRIMEIROS NÚCLEOS AGRÍCOLAS NA REGIÃO DE BAURU (1856-1896).

A ocupação e a colonização da região de Bauru começaram na segunda metade do século XIX. A formação de uma estrutura burocrática que possibilitou a transformação do território em mercadoria, juntamente com a instalação de unidades produtivas agrárias e a conquista da terra na região de Bauru, são partes do mesmo processo histórico que definiu o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, especialmente na segunda metade do século XIX. Analisar o desenvolvimento histórico de Bauru é, em alguma medida, compreender um processo sócio-histórico mais amplo de transformação da sociedade brasileira por meio do desenvolvimento do capitalismo.

O primeiro registro da localidade de Bauru, de acordo com a documentação pesquisada, data de 1856. Bauru era o nome de um “bairro” da Freguesia de Espírito Santo da Fortaleza, vinculado à vila de Botucatu. Em ofício enviado ao Presidente da Província de São Paulo, Felicíssimo Antônio de Souza Pereira solicita o reconhecimento de sua propriedade rural, conforme o trecho a seguir:

O abaixo assinado possui uma fazenda de matas denominada Batalha, nesta freguesia de Botucatu: suas divisas são as seguintes: pelo nascente com Faustino, pelo norte com Vicente Martins e pelo poente e sul com o mesmo Faustino, cujas terras comprei a Luís Francisco Gomes. Bauru, 15 de abril de 1856 (BAURU, 1987, p.3)

O fazendeiro Felicíssimo Antônio de Souza Pereira foi uma figura de destaque na colonização e transformação da região de Bauru. Com vários contatos junto aos poderes públicos e boa articulação com a elite agrária local, ele estabeleceu um novo sentido na ocupação do território. O ineditismo de Felicíssimo Pereira consistiu em estabelecer uma importante unidade agrícola de modelo capitalista, com considerável produção de café, que rompeu com a agricultura de subsistência, característica da localidade. Alinhado com as principais questões de seu tempo histórico, o fazendeiro foi um hábil negociante de terras na região e uma das lideranças locais atuantes na facilitação da regularização dos títulos de propriedade.

O ofício de 15 de abril de 1856 é sugestivo da abrangência da Lei de Terras de 1850 no interior paulista. A interiorização dos dispositivos burocráticos do Estado, responsáveis pela legalização das propriedades rurais, se fez presente poucos anos após a promulgação da Lei de Terras em Bauru. De acordo com as informações contidas no ofício, podemos inferir que o processo de colonização da região de Bauru ocorreu de forma minimamente organizada, mediada pela estrutura burocrática do Estado, onde um grupo de pessoas reivindicava o título de propriedade da terra.

Em um segundo plano de análise, também é possível inferir que os mecanismos de regularização das propriedades rurais, ao menos na localidade de Bauru, foram facilitados para integrantes da elite rural, uma vez que ocorreu de acordo com uma autodeclaração de compra do requerente ao proprietário. As imprecisões sobre o tamanho da propriedade rural de Felicíssimo Antônio de Souza Pereira foram outra questão suscitada no ofício destacado, pois os limites das terras tiveram como referência informações vagas de outras propriedades rurais, como a fazenda do Faustino e do Vicente Martins.

A produção bibliográfica memorialística da cidade e duas publicações oficiais patrocinadas pela prefeitura de Bauru, publicadas na década de 1970, relatavam que Felicíssimo Antônio de Souza ficou encarregado pelo Presidente da Província de São Paulo de abrir uma pequena trilha, com largura entre três e dez palmos, que deveria interligar a localidade de Bauru a Avanhandava, na década de 1850. Esse serviço teve início e poucos meses depois foi abandonado em decorrência das dificuldades encontradas no embate com as populações indígenas que habitavam a região e, principalmente, pela ausência de reembolso dos valores empregados na abertura da trilha pelo Presidente da Província (BAURU, 1987).

Apesar das poucas informações encontradas, a solicitação para abertura de estradas é indicativa de que o pequeno “bairro” de Bauru e as fazendas no entorno estavam consolidados e a produção agrícola começava a produzir excedente. As relações de proximidade entre os fazendeiros da localidade de Bauru e os poderes públicos foram uma constante no processo de colonização e definiram o modelo latifundiário de propriedade rural presente na região.

Em 1856, Felicíssimo Antônio de Souza Pereira enviou um ofício ao Presidente da Província de São Paulo, pedindo a intervenção dos poderes públicos para resolver os conflitos entre os colonizadores e os indígenas na região de Bauru. Ele propôs a fundação de uma aldeia e o envio de missionários catequistas para pacificar os nativos. Segundo ele, “Ainda em 20 de agosto do corrente ano foi assaltada a fazenda do Sup. pelos ditos índios, e fizeram uma horrível carnificina nos trabalhadores [...]” (BAURU, 1987, p.4).

A conquista do território, na área pesquisada, se deu a partir de disputas pela terra entre os indígenas e os colonizadores. O domínio e os usos do território evidenciavam a importância, as diferenças e os conflitos em torno da posse da terra para a expansão do capitalismo no Brasil na segunda metade do século XIX e a resistência das populações indígenas (LIMA, 1978).

Felicíssimo Pereira tinha uma ampla rede de contatos com os poderes públicos na época. Em 1858, o subdelegado de Botucatu (SP), Claudino Pereira, produziu um relatório a pedido do Presidente da Província de São Paulo, para verificar as demandas do fazendeiro no ofício de 1856. No relatório detalhado, o subdelegado Claudino Pereira, depois de conversar com

Felicíssimo Pereira, relatou a primeira tentativa¹⁶ mal-sucedida de contato com o aldeamento indígena próximo à Fazenda Água Parada (também chamada de Água do Sobrado, por causa da construção existente na fazenda) e quais estratégias o fazendeiro usaria, com o possível apoio financeiro do Presidente da Província, para abordar novamente o grupo indígena.

O plano de Felicíssimo Pereira era realizar uma abordagem violenta para submeter os indígenas à catequese e à integração à sociedade branca. Segundo o relatório:

Quanto ao modo prático, diz ele que entende que para conseguir concilia-los e chama-los à comunicação, que é preciso surpreende-los no aldeamento enquanto dormem, com uma força superior a deles tanto em pessoal como em armas, que vão precisas de alguns interpretes e alguns instrumentos musicais para depois de aterrados com o número de pessoas estranhas e armas rompessem alguns toque melodiosos que os encantem e os extasiem, dando-lhes a entender a intenção de paz e aliança; que desempenhados esses meios sem o uso de armas devem os interpretes entrar na aldeia e partilhar com as famílias objetos de curiosidade e que os interpretes serão lógicos para lhes fazer todas as persuasões e chama-los ao grêmio da sociedade (BAURU, 1987, p. 4)

O processo de conquista e colonização do centro-oeste paulista enfrentou a resistência dos grupos indígenas que habitavam a região. Para aniquilar essa resistência, os colonizadores usaram uma estratégia chamada de “pacificação”. Ela consistia em estabelecer contatos com os indígenas por meio de religiosos da ordem dos Capuchinhos, que contavam com o apoio de equipes armadas financiadas por fazendeiros. O objetivo era catequizar os indígenas e impor-lhes a civilização capitalista. Os indígenas que sobreviviam à “pacificação” eram levados para pequenos aldeamentos, administrados pelo Estado e dirigidos por Capuchinhos, em áreas de pouco interesse econômico. Em alguns casos, os sobreviventes eram usados como mão de obra escrava nas fazendas da região (LIMA, 1978).

A pacificação dos indígenas era uma condição para a instalação de uma sociedade burocratizada, baseada no título de propriedade rural. No período, uma região “pacificada” valorizava as propriedades rurais e facilitava o comércio de terras. Segundo João Francisco Tidei de Lima (1978), a pacificação não tinha como prioridade conter as agressões nas relações interpessoais e no cotidiano das pequenas vilas em formação, mas sim possibilitar o projeto de expansão e enriquecimento capitalista centrado na propriedade rural.

No final do relatório, o subdelegado Claudino Pereira concordou com as demandas de Felicíssimo Pereira e pediu urgência nos auxílios financeiros do governo provincial para recrutar os moradores locais para a empreitada. Segue um trecho do ofício:

¹⁶ A primeira tentativa, conforme o relatório, ocorreu nas proximidades da fazenda Água Parada onde se encontrava um aldeamento indígenas. O fazendeiro tentou estabelecer contato com o grupo indígena, por meio da oferta de “[...] baetas, fazendas de cores, instrumentos de cortar, de cozinha.” (BAURU, 1987, p.4) depositados nas proximidades do aldeamento, mas “[...] que foi infeliz na primeira empresa, recebendo deles duas flechadas, e eles não se iludiram com os itens deixados no mato.” (BAURU, 1987, p.4).

Que é necessário que o Exmo. Governo auxilie as despesas e que preste a força necessária visto que sua possibilidade é escassíssima em comparação da grande empresa. [...] Que a bem da humanidade e da Pátria oferece esse pessoal poucos bens deixando o mais por conta do Exmo. Governo, de quem espera ser coadjuvado em tão importante empresa, empregando o Exmo. Governo todos os meios de que puder dispor para que ela tenha uma força a sua disposição, bastando para isso que as autoridades do Município sejam autorizadas e lhe prestem a força precisa com paisanos versados na lida com essa gente. (BAURU, 1987, p. 6)

O relatório mostra aspectos críticos da ocupação de Bauru, marcada pela violência contra os indígenas. Esse período de expansão agrícola não foi só uma questão de desenvolvimento econômico, mas também parte de um projeto político e social do Estado e da elite agrária local. A conquista e ocupação das terras do interior paulista, para expandir as fronteiras agrícolas, mudou os conflitos históricos entre fazendeiros e indígenas, levando a atos de violência extrema e até mesmo no extermínio sistemático das comunidades indígenas. Essa realidade sombria revela as dinâmicas de poder e as consequências devastadoras da expansão colonial para os povos originários da região (LIMA, 1978).

As práticas de morticínio e extermínio dos indígenas nas “zonas pioneiras” fizeram parte do processo de conquista e colonização iniciado na segunda metade do século XIX. O modelo de civilização criado nas “zonas pioneiras” teve no extermínio indígena uma parte essencial da transformação do território em unidade produtiva capitalista. O massacre dos indígenas, ligado às preocupações econômicas, foi uma estratégia muito usada para legitimar o título de propriedade de terras tidas como devolutas e seus efeitos no aumento do comércio de terras nas “zonas pioneiras”.

Os indígenas não eram necessariamente um obstáculo para a expansão capitalista; eram, no máximo, um fator que atrasava o ritmo da expansão capitalista pelo interior paulista. Segundo João Francisco Tidei de Lima (1978), no cotidiano, a valorização das terras e as chances de negócios decorrentes do extermínio indígena são lados de um mesmo processo de conquista, colonização e implementação de uma sociedade capitalista no interior paulista.

A legitimidade do título de propriedade rural das fazendas do novo “bairro” de Bauru era artificial e contrastava com situações reais de conflito pela terra. Em outra solicitação enviada ao Presidente da Província de São Paulo, o Conselheiro José Joaquim Torres, em 1858, Felicíssimo Pereira falava por um grupo de fazendeiros:

Dizem Felicíssimo Antonio Pereira e outros abaixo assinados, moradores do bairro de Bauru, costa da Serra do Turvo, distrito da Vila de Botucatu, que não podendo mansa e pacificamente continuar no desfrute das propriedades e frondosas terras que possuem, não só por compra como também por posse que naquelas matas fizeram, em tempo prometidos, em consequência de acharem-se vizinhando com grande porção de indígenas que vagam por aqueles sertões, já fazendo assassinatos na vizinhança, os mais bárbaros possíveis, a ponto de darem fim em famílias inteiras, o que acontece todos os anos, em tempos de roças. Cujos indígenas tão selvagens que até parecem

indomésticos, porque o primeiro suplicante com grandes dispêndio que tem feito, bem como mandando pôr em lugares suficientes, miçangas, ferramentas, baeta colorada e outros objetos próprios de simpatia dos mesmos; pois nem assim tem conseguido comunicação com os referidos indígenas, mas antes se observa que mudam de veredas sem tocar em coisa alguma, o que se atribui a pensarem eles ser alguma espera para atraí-los, eles cada vez apresentam-se mais ferozes, sitiando nossas casas e fazendo distúrbios e desordens aonde acham descuido. E desta sorte esbulhados os suplicantes quase no todo de suas propriedades por estes indígenas, recorrem ao sábio governo de V. Exa., de quem esperam enérgicas providências a respeito, pois que tendem a um fim tão justo e religioso (BAURU, 1987, p.9)

No texto acima, como nos anteriores, os conflitos entre colonizadores e indígenas eram o foco das reivindicações. A produção discursiva sobre a ferocidade, a violência e a barbaridade atribuídas aos grupos indígenas era usada como estratégia para justificar a violência organizada, sistemática e ostensiva dos colonizadores. Essa violência tinha o objetivo de conter a resistência das populações nativas, que reagiam com agressões e atos de violência pontuais no cotidiano. A retórica discursiva desses relatos, que serviu de base para a história memorialística da cidade de Bauru, destacava o caráter maniqueísta da colonização e as justificativas morais da conquista das terras, onde os indígenas eram vistos como selvagens e bárbaros a serem combatidos pela violência implacável da sociedade capitalista em formação.

No texto de 1858, junto com o relato principal sobre a violência crescente, há algumas informações sobre a colonização na região das “frentes pioneiras”. Segundo o relato, podemos deduzir que, desde o começo, a colonização e transformação de Bauru foi baseada no latifúndio rural, liderado pela pequena elite rural paulista, pois Felicíssimo falava por um grupo de proprietários rurais com “frondosas terras”. As propriedades adivinham “por compra ou por posse que fizeram naquelas matas”, mostrando que havia um movimento de grileiros e posseiros na região. Essa característica era mais um motivo de conflito em Bauru, pois “[...] daí decorrem também a invasão e posse indiscriminadas dessas terras, com avultados açambarcamentos onde a fraude e a violência serão ingredientes, desde as primeiras ocupações.” (LIMA, 1978, p. 68).

Apesar do pouco controle e fiscalização do Estado, o domínio das terras da “frente pioneira”, seja pela compra ou por meios fraudulentos, atendia à dinâmica do capitalismo crescente no Brasil. Não era fácil para todos legalizar uma propriedade rural fraudulenta. As estratégias para burlar os requisitos legais eram custosas, exigiam conhecimento dos meandros da lei, práticas variadas e recorrentes de suborno de funcionários públicos e cartoriais, investimentos na conquista armada de terras ocupadas por comunidades indígenas e, sobretudo, inserção em uma rede de contatos e privilégios junto às autoridades e integrantes do quadro político do período (LIMA, 1978).

Segundo Lima (1978, p.139),

[...] essa tendência restritiva - que garante, ao mesmo tempo, de um lado, a concentração da propriedade nas mãos dos capitalistas e, de outro, a formação de um efetivo de força de trabalho entre os setores marginalizados - essa tendência é o principal aspecto das medidas tomadas na década de 1890 pelo governo do Estado, no afã de regulamentar a “questão fundiária”

As questões que envolvem a dubiedade da legalização dos títulos das propriedades fundiárias, bem como os movimentos da elite rural interiorana do período, são evidenciadas em uma petição conjunta. Essa petição foi assinada por Felicíssimo Pereira, José Custódio Pereira, José Gomes Velloso, José Maria Rodrigues e Manoel Ribeiro, e data de 1859.

Que tendo dirigido ao Exmo. Governo desta Prova, uma petição para que fossem aliviados da multa em que incorreram cada um de per si por não haverem registrado as suas respectivas terras dentro dos prazos marcados pelo Regimento nº1318 de 30 de janeiro de 1854, foram benignamente deferidos pelo Exmo. Governo Provincial; sendo porém mister que o Sup. e os mencionados nesta petição, façam agora registrar as suas terras na Repartição Especial de Terras Públicas desta Província, requer por si e por aqueles que V. Excia. haja por bem mandar que lhe sejam entregues os seus dois exemplares que contêm as declarações que fez dessas terras, bem como as dos indivíduos a que o Sup. ora requer; outrossim que V. Excia. mande entregar o constante da absolvição das multas, para servir de documento autêntico perante o Delegado Diretor Geral das Terras Públicas nesta Província, a quem vai requerer o registro (Bauru, 1987. p.11)

O trecho analisado mostra a habilidade da elite agrária, representada por Felicíssimo Pereira e seus contemporâneos, em manipular o sistema legal vigente para assegurar seus interesses em propriedades rurais. A menção ao regulamento nº1318 de 30 de janeiro de 1854 e o controle do processo burocrático para o registro de terras evidenciam a influência e o domínio que esses proprietários de terras exerciam sobre a legalização de suas posses. Isso revela que a ocupação das “frentes pioneiras” não foi um fenômeno aleatório, mas uma expansão intencional e planejada, liderada pela elite agrária que dispunha dos recursos e do conhecimento necessários para ludibriar o sistema judiciário e os cartórios em seu favor.

Essa elite conhecia as mudanças legislativas e sabia como se adaptar a elas, o que demonstrava uma integração com o movimento mais amplo de expansão do capitalismo no Brasil durante o século XIX. A capacidade de legalizar propriedades rurais fraudulentas e o domínio das práticas de suborno e conquista armada de terras indígenas refletiam a dinâmica de poder e a vontade de consolidar o controle sobre as terras e recursos.

A documentação e a retórica legal empregadas pelos fazendeiros para defender seus interesses também revelavam a complexidade das relações entre a elite agrária e o Estado, bem como a influência que essa elite exercia no cenário político e econômico da época. A colonização das “frentes pioneiras” e a formação da propriedade rural no Brasil foram, portanto, processos intrinsecamente ligados à atuação e aos interesses da elite agrária local.

A colonização iniciada por Felicíssimo Pereira marcou a transição de um modelo incipiente de ocupação do solo para uma perspectiva orientada a fins comerciais e integrada por unidades produtivas agrícolas. Nas décadas de 1880 e 1890, ocorreu uma grande expansão do comércio de terras na região, por meio da iniciativa individual e de empresas de colonização. Segundo a documentação localizada por João Francisco Tidei de Lima (1978), chegaram à região de Bauru a “Companhia Rural do Brasil”, a “Companhia Rural de São Paulo”, o Coronel José Ferreira de Figueiredo, Araújo Leite, Virgílio Rodrigues Alves, João Batista de Carvalho, Ferreira Jorge e Cia., Salvador Toledo Piza (LIMA, 1978, p. 111).

A escalada e a organização dos empreendimentos na região são confirmados pelos números da produção agrícola. Em 1888, a empresa Salvador Toledo Piza, do fazendeiro Joaquim de Toledo Piza e Almeida, instalou na região as fazendas “Faca” e “Acampamento”, em uma área de 3.000 alqueires, empregando mão de obra nacional e imigrante, e obteve uma produção de 1 milhão de pés de café no início do século XX. Em 1890, a fazenda “Val de Palmas”, do coronel José Ferreira de Figueiredo, tinha 500 mil pés de café plantados e uma superfície ociosa cultivável de 11 mil alqueires (LIMA, 1978).

Com a crescente produção agrícola na região, a elite agrária local contribuiu para a formação do patrimônio religioso de Bauru, em 1884. Os patrimônios religiosos eram áreas administradas pela Igreja Católica, resultantes da doação de terras privadas para a construção de uma capela. Nos patrimônios religiosos das “zonas pioneiras”, essa etapa era importante para a transformação dos bairros rurais em pequenos povoados com características urbanas. Na área delimitada pela doação, ao redor da capela, havia algumas casas e, em alguns casos, vendas de secos e molhados. Segundo Ghirardello (2010, p.20):

Nesse aspecto, a doação por fazendeiros de parcela de suas glebas rurais à Igreja Católica para a criação de patrimônios religiosos seria estratégia de longo prazo para obter as paralelas de aço, portanto, no fundo, bom negócio para os seus doadores. Estes, além de valorizarem suas terras, granjeavam simpatia com a vizinhança dos bairros rurais e, ao mesmo tempo, credenciavam-se a chefes políticos locais.

Embora as construções fossem precárias e irregulares, os patrimônios funcionavam como um local de encontro para a comunidade rural, fortalecendo o poder político dos proprietários de terras locais. O catolicismo popular podia promover uma ligação física e espiritual, mas havia motivações menos divinas relacionadas às doações de terras para patrimônio. A proximidade de uma vila à fazenda do doador, por exemplo, podia garantir uma mão de obra extra para o cultivo das lavouras. Além disso, a existência de comércio e serviços típicos de uma vila ou cidade na região podia ser vantajosa (GHIRARDELLO, 2010).

Os patrimônios religiosos colaboraram para o processo de urbanização das “zonas pioneiras” e para a formação de cidades no território paulista. Os primeiros projetos de urbanização do solo, ainda que incipientes, foram feitos a partir dos patrimônios. O parcelamento do lote de terras em quadras reticulares, com arruamento, definiu as primeiras diretrizes de planejamento de ocupação do solo urbano. O traçado inicial dos patrimônios religiosos serviu de base para o desenvolvimento das cidades do centro-oeste paulista. O desenho urbano dos municípios formados nas “frentes pioneiras” foi a continuidade do modelo quadricular simétrico inicial do patrimônio, com a capela (depois transformada em Igreja Matriz) como ponto de referência do centro da cidade (GHIRARDELLO, 2010).

A formação de patrimônios religiosos era uma estratégia dos fazendeiros locais para se aproximar do poder eclesiástico e obter facilidades no registro de propriedades rurais. Os documentos do cartório eclesiástico tinham validade legal até 1888, mesmo com a criação do cartório de registro civil em 1870. Mesmo depois da república, a documentação dos cartórios eclesiásticos ainda era reconhecida como instrumento de fé pública. Nesse sentido, um patrimônio religioso que tivesse um pároco permanente, encarregado dos assuntos da fé e dos registros de propriedades rurais, era uma facilidade e uma vantagem no processo de legalização de terras nas “zonas pioneiras” (GHIRARDELLO, 2010).

Os cartórios eclesiásticos, instalados nos patrimônios religiosos, simbolizavam a interiorização e a capilaridade da instituição católica e, em parte, da burocracia estatal, pois as relações entre Igreja e Estado eram próximas no Brasil oitocentista. Além das certidões de propriedade rural, os cartórios eclesiásticos emitiam as certidões de batismo. Um patrimônio religioso que mostrasse crescimento de sua população, atestado pelos registros de batismo, apontava maiores potencialidades de investimentos privados e públicos, além de dar destaque político às lideranças da elite agrária local.

As doações para a formação de patrimônios religiosos foram numerosas nas “zonas pioneiras” na segunda metade do século XIX. A criação de patrimônios não dependia do controle e organização do Estado; eram iniciativas privadas, originadas de estratégias típicas de um processo maior de urbanização, impulsionado pelo binômio do café e da ferrovia. Muitos desses patrimônios desapareceram por uma conjunção de fatores, especialmente a chegada da ferrovia, a produtividade agrícola da região, a posição geográfica e a proximidade com outro patrimônio, além da relevância e do poder político da elite agrária local, que foram determinantes para o desenvolvimento ou a extinção dos patrimônios (GHIRARDELLO, 2010).

Em 1884, o fazendeiro Antonio Teixeira do Espírito Santo doou 57 hectares e 25 acres de sua fazenda, a Fazenda das Flores, avaliada em cem mil réis, para a formação do patrimônio religioso de São Sebastião de Bauru e do Divino Espírito Santo. As doações de terras eram feitas em nome de um santo, santa ou tema religioso escolhido pelo doador. A escritura de doação era validada pelo cartório eclesiástico. Nesse documento, o doador fazia algumas exigências religiosas, como a celebração de uma missa em homenagem à sua família em datas especiais, uma missa após sua morte e um lugar de destaque no patrimônio para o sepultamento de seu corpo e de sua família, entre outros pedidos de ordem religiosa. Em alguns casos, a escritura definia diretrizes para o parcelamento do terreno.

De acordo com a legislação da época, civil e eclesiástica, a doação das terras era eterna e irrevogável. Mesmo depois da República, o direito de propriedade da Igreja Católica sobre a área do patrimônio ficou inalterado, o que, em alguns casos, causou conflitos e tensões com a administração municipal.

Na década de 1880, a região do patrimônio religioso de Bauru oferecia oportunidades de investimento. As lavouras de café prosperavam, o comércio de terras tinha uma segurança legal considerável com as certidões de propriedade rural do cartório eclesiástico, e os conflitos com grupos indígenas ficavam fora do perímetro das principais fazendas e do patrimônio religioso, o que valorizava as terras. Diante desses sinais de progresso, segmentos da elite rural se interessaram pela região de Bauru.

Um dos exemplos mais significativos desse processo foi a chegada do coronel Azarias Ferreira Leite, em 1888, no patrimônio de Bauru. Coronel da Guarda Nacional, Azarias Leite, vindo da cidade de Lavras, era de uma importante família da elite rural da província de Minas Gerais. Depois de visitar a região, junto com seu sogro e tio João Batista de Araújo Leite, decidiram comprar 12 mil alqueires de terras perto do patrimônio de Bauru (BAURU, 1987). A família Leite se destacou na história local pela produção cafeeira, pelo comércio de terras e pela atuação política ligada ao movimento republicano paulista.

A presença da família Leite em Bauru é emblemática das mudanças políticas e sociais desencadeadas pela Proclamação da República nas áreas de expansão. A chegada de uma nova geração de proprietários rurais, como o jovem Azarias Ferreira Leite, marcou a passagem da aristocracia rural para a burguesia agrária no Oeste Paulista. Esse grupo diversificado de cafeicultores, oriundos de várias regiões do país, compartilhava uma visão empreendedora que transformou a sociedade agrária ao introduzir aspectos urbanos.

Nas fazendas de café, esses produtores agrícolas exibiam um perfil mais urbano do que rural, refletindo as influências das cidades. Mas o mais relevante: muitos são representantes

típicos da burguesia urbana: graduados, empresários, comerciantes, sem tradição agrária, mas que, seduzidos pela ilusão do Oeste Paulista, adentram pelo sertão, trocando a vida urbana pelas fazendas. São representantes da cidade disfarçados de fazendeiros. Por isso, de acordo com Emília Viotti da Costa, “Além dessa atitude mental peculiar ao pioneiro, tudo contribuía para dar à sociedade agrária paulista uma característica muito diversa de outras regiões, onde a sociedade estabilizada não apresentava nada que se assemelhasse à diversificação e mobilidade da zona pioneira.” (COSTA, 2015, p. 178).

A sociedade do Oeste Paulista, em rápida transformação, diferia das regiões de cultivo cafeeiro mais antigas, como o Vale do Paraíba, por apresentar maior mobilidade social para os integrantes dos segmentos médios, muitos dos quais não tinham vínculo direto com as atividades agrárias. Nas “frentes pioneiras”, as diferenças sociais eram menos marcadas e mais flexíveis, bem como havia uma convergência de interesses políticos e econômicos que aproximava os pequenos lavradores, os segmentos urbanos recém-chegados nessas regiões e o grande latifundiário rural.

Conforme argumentou Costa (2015), em regiões de colonização recente, como é o caso aqui, a estrutura social é marcada pela flexibilidade, típica de qualquer nação emergente. Essa flexibilidade é intensificada pelas peculiaridades da “frente pioneira”, que é o movimento de ocupação das áreas naturais por grupos de indivíduos que buscam novas oportunidades econômicas e sociais. A dinâmica econômica e financeira nessas regiões é tão acentuada que dificulta a distinção entre burguesia e aristocracia rural, bem como a existência de uma oposição ideal e psicológica entre elas, especialmente considerando o contexto do movimento republicano.

A atuação pública de Azarias Leite articulou os interesses da elite agrária local com o processo de autonomia do patrimônio de Bauru. A liderança política de Azarias Leite se consolidou em 1893, quando os herdeiros de Felicíssimo Pereira doaram 134 hectares e 25 acres para o patrimônio de Bauru. Nesse mesmo ano, foi criado o Distrito de Paz de Bauru, subordinado ao município de Espírito Santo da Fortaleza. O primeiro Juiz de Paz nomeado foi João Batista de Araújo Leite, sogro e tio de Azarias Leite. O uso personalista das instituições públicas republicanas e a instrumentalização do Estado inauguraram novas formas de exercer o poder político na região e foram decisivos na ascensão política do jovem Azarias Leite.

Em 1894, um grupo de fazendeiros, liderados por Azarias Leite e alinhados com o movimento republicano, fundou o Diretório Municipal do Partido Republicano Paulista¹⁷ no Distrito de Bauru. As áreas rurais dedicadas à cafeicultura nas “frentes pioneiras” foram cruciais na disseminação das ideias republicanas. A estrutura social da colonização do Oeste Paulista, sem classes rigidamente definidas e orientada para a produção agrícola capitalista, encontrou na ideologia republicana a justificativa para a atuação pública e política de indivíduos relacionados à terra. Segundo Viotti da Costa, a base política e econômica do Partido Republicano Paulista estava nas áreas cafeeiras do Oeste Paulista.

A autonomia política do Distrito de Bauru se fortaleceu na primeira eleição para a Câmara Municipal de Espírito Santo da Fortaleza, em 1895. Na legislatura de 1896 a 1898, das seis vagas de vereadores disponíveis, o Distrito de Bauru elegeu quatro representantes. Naquela época, o município tinha noventa eleitores, sendo 24 de Espírito Santo da Fortaleza e 66 do Distrito de Bauru. Nos meses antes da eleição, segundo José Theodoro Patente, vereador eleito por Espírito Santo da Fortaleza, houve registro de eleitores no Distrito de Bauru. A seção eleitoral foi presidida e fiscalizada pelo Juiz de Paz João Batista de Araújo Leite, em um cartório em Bauru. O resultado da eleição, mesmo com contestações, foi validado pelo Presidente da Seção e a posse dos vereadores eleitos foi marcada para o dia 7 de janeiro de 1896.

Nos meses seguintes à eleição de 1895, o clima de tensão e disputa política se agravou. A ameaça de anulação da eleição pelo Tribunal de Justiça Estadual motivou a articulação dos vereadores eleitos por Bauru com a elite local. Em uma reunião na casa do comerciante Paulino Dôndice, convocada pelo vereador Domiciano Silva, dias antes da posse na Câmara Municipal, planejou-se a transferência da sede da Câmara Municipal para o distrito de Bauru. Nesse encontro, o jovem Azarias Leite intermediou as negociações entre os vereadores eleitos por Bauru e João Batista de Araújo Leite.

Segundo Domiciano Silva,

Houve dificuldades a superar por parte de Araújo Leite, cuja cautela receava consequências adversas do ato revolucionário que se pretendia realizar, sendo a mudança da sede do município o tema central das discussões. Coube-me a tarefa de superar a resistência de Araújo Leite, com significativa ajuda de seu genro, Azarias Ferreira Leite, que mais tarde o sucedeu na liderança política do município (BAURU, 1987, p.15).

A manobra política para transferir a sede da Câmara Municipal para Bauru ocorreu em 7 de janeiro de 1896. Uma comitiva de quarenta pessoas saiu do Distrito de Bauru, por volta

¹⁷ No dia 16 de fevereiro de 1895, ocorreu a fundação e a primeira sessão do Diretório do Partido Republicano regional de Bauru. Os signatários desse evento histórico foram: Azarias Leite, Francisco Gomes dos Santos, Fernando José Bastos, Antônio José Alves e Domiciano Silva (PAIVA, 1977).

das dez horas, com os quatro vereadores eleitos, em direção à Câmara Municipal de Espírito Santo da Fortaleza para a cerimônia de nomeação e posse. Ao chegarem no prédio, teriam começado a sessão legislativa mais cedo do que o previsto, sem a presença do Presidente da Câmara, o vereador José Teodoro Patente. Como primeiro ato, o vice-presidente da Câmara, Domiciano Silva, indicou o vereador mais velho, Manoel Jacintho Bastos de Bauru, para presidir a sessão. Com a sessão em curso, Manoel Bastos, agora presidente interino, escolheu os membros da mesa diretora que decidiria sobre a mudança da sede da Câmara: Joaquim Pedro da Silva assumiu a presidência e Domiciano Silva, a vice-presidência.

A mesa diretora da Câmara e os vereadores presentes deliberaram, por unanimidade, o requerimento proposto por João Antonio Gonçalves, escrito previamente por Domiciano Silva, sobre a transferência da sede municipal:

Considerando que os vereadores que compõem a Câmara Municipal do Espírito Santo da Fortaleza são todos residentes na próspera e futura povoação de Bauru; que aquela povoação dista mais de quatro léguas da decadente Vila de Fortaleza: que por causa das distâncias os vereadores não poderão reunir-se tão frequentemente quanto exigem os interesses municipais que lhe foram confiados pelo eleitorado; que, além desse inconveniente, sobressai ainda a falta de recursos que há na despovoada Vila de Fortaleza, onde nem sequer existe quem possa fornecer aos vereadores, em épocas de sessão, as refeições diárias; que a Vila de Fortaleza está em completa decadência e total abandono, ao passo que a futura povoação de Bauru prospera, aumenta e povoa-se dia a dia; indico que seja elevada a vila a povoação de Bauru pedindo-se para esse ato a aprovação do governo do estado e desde este dia se considere mudada para aquela vila a sede da municipalidade, dando-se disto conhecimento ao governo do estado (BAURU, 1987, p.13).

Para os vereadores, a transferência da sede do Município simbolizou o progresso econômico e o crescimento de Bauru. A ação política enfrentou pouca resistência dos vereadores de Espírito Santo da Fortaleza, que se depararam com uma comitiva de Bauru disposta a usar a força, se necessário. Domiciano Silva descreveu a reação de João Teodoro Patente ao episódio: “Chegou, percebeu o que havia acontecido, entendeu que a mudança da sede do município estava decidida, olhou em volta e viu os companheiros que vieram de Bauru, mais de 40 pessoas, todos resolutos a não ceder em nada, e, após protestar contra a decisão tomada, retornou para sua casa.” (BAURU, 1987, p.15).

No mesmo dia, às 15 horas, a sessão ordinária da Câmara foi reaberta. O Intendente Municipal, Joaquim Alves Ferreira, prestou contas da gestão e entregou os livros de registro das atas municipais. A comitiva bauruense voltou para o povoado com a documentação e o cofre com as verbas públicas, no valor de 3:800\$000 contos de réis. No início da noite, a comitiva foi recebida em Bauru com festas e discursos entusiasmados dos participantes. Alguns dias depois, o restante do mobiliário da Câmara foi levado até a nova vila (BAURU, 1987).

A transferência da sede municipal de Bauru precisava ser aprovada por decreto do Senado do Congresso Legislativo do Estado de São Paulo. Os vereadores fizeram uma campanha política forte pelo reconhecimento do Município de Bauru. Azarias Leite, com seus muitos contatos, conseguiu o apoio de José Alves de Cerqueira César, importante figura do Partido Republicano Paulista, vice-presidente do Estado de São Paulo e Senador Federal, e de Ezequiel Ramos, Presidente do Senado Paulista na época e autor do projeto de Lei nº 85 de 1896, que tratava da transferência da sede do Município. O jornal “Estado de São Paulo”, dirigido pelo republicano Júlio César Ferreira de Mesquita, publicou em 16 de junho e 13 de julho de 1896 o projeto de Lei nº 85, com justificativas para a necessidade de oficializar a mudança da sede municipal. O Governo Estadual reconheceu a transferência com a promulgação da Lei nº 428, em 1º de agosto de 1896. (PAIVA, 1977).

As mudanças rápidas na sociedade de Bauru foram acompanhadas pela reconfiguração da elite rural nas “zonas pioneiras”. A chegada de empreendedores na década de 1880 mudou a dinâmica da elite rural em Bauru. As relações sociais, ainda centradas na propriedade agrária, se expandiram pela plataforma político-partidária republicana e pela administração pública municipal.

As atividades econômicas agrícolas se diversificaram com o desenvolvimento de um ambiente urbano, marcado pelos serviços, comércio variado e a instalação da burocracia municipal em Bauru. A atuação da elite local e as formas de exercer o poder combinaram o poder econômico agrário com atividades urbanas, monopolizando as instituições republicanas recém-estabelecidas, como os cargos eletivos municipais, o controle do sistema de justiça e polícia locais, e os cartórios de notas e registros civis.

O controle político-partidário da administração municipal e o domínio do sistema de justiça foram decisivos para o enriquecimento da elite bauruense. Os poderes públicos, nesse contexto de formação de Bauru, foram organizados para atender aos interesses privados dessa elite restrita. A fiscalização falha e irregular da gestão das receitas públicas, obtidas por meio de empréstimos junto a bancos nacionais e internacionais, garantidos pelo poder estadual e federal e facilitados, conforme a proximidade e o alinhamento com o quadro político do período, somada à arrecadação de impostos municipais, produziu um cenário favorável para o desvio de verbas e para o possível mecanismo de enriquecimento ilícito da elite bauruense (GHIRARDELO, 2010).

A diversidade de tipos sociais nas “franjas pioneiras”, segundo Costa (2015), era um lugar onde uma variedade de personagens, cada um com sua própria história e motivação, se encontrava. Entre eles, havia fazendeiros das antigas zonas de produção agrícola em declínio,

em busca de novos horizontes e oportunidades de investimento. Outros, donos de grande poder econômico, eram movidos pelo desejo de acumular mais propriedades para aumentar seus lucros. Havia também os descendentes de fazendeiros, que saíam do lar familiar para criar suas próprias fazendas em territórios inexplorados. Contudo, o mais notável era a presença de figuras urbanas — advogados, empresários, comerciantes — sem raízes na agricultura, mas atraídos pela promessa do Oeste Paulista. Eles se aventuraram sertão adentro, trocando o conforto da cidade pela incerteza das fazendas, numa metamorfose de cidadãos em fazendeiros. Essa transição refletia não apenas uma mudança de cenário, mas também uma transformação nas aspirações e na identidade desses indivíduos, que se desfizeram de sua vida anterior em busca de uma nova realidade nas “franjas pioneiras” (COSTA, 2015).

6 AS TRANSFORMAÇÕES DA IMPRENSA BRASILEIRA DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA (1899-1930)

O jornal *O Baurú*, publicado na cidade de Bauru, juntamente com algumas fotografias do município, no período que compreende o ano 1905 até 1914, constituem as fontes desta pesquisa. Por meio da análise sistemática da documentação selecionada, é possível compreender a formação histórica de Bauru e as transformações da sociedade local.

Os impressos do período retratavam aspectos do cotidiano, assim como fomentavam valores e práticas sociais voltados ao conjunto da sociedade. De acordo com Raquel Discini de Campos (2007), as publicações impressas no período aproximavam as cidades formadas no oeste paulista das questões que permeavam o debate público nacional sobre a agenda republicana, justificavam e orientavam intervenções no espaço público, conferiam sentido de pertencimento para diferentes grupos sociais em uma sociedade em constante transformação, num intrincado jogo de espelhos que atuava como produtor e produto da realidade histórica.

Ao longo do século XIX, a formação de uma sociedade instruída adquiriu novos contornos, um movimento estimulado pela criação de um conjunto de leis e regulamentos, assim como pelo surgimento de uma literatura nacional. A transferência da corte portuguesa para o Brasil, o florescimento do comércio e o movimento pela independência foram fatores que estabeleceram novos parâmetros para o crescimento dos centros urbanos e da cultura erudita. Essas mudanças foram fundamentais para a evolução da sociedade letrada, conforme apontado por Cruz (2000).

A imprensa no Brasil, durante seu desenvolvimento histórico, constituiu-se como um instrumento de manipulação de interesses de diferentes grupos e de intervenção na vida social. Nessa perspectiva, os sujeitos envolvidos na imprensa atuavam de forma consciente na defesa e fomento de diferentes projetos sociais. No entendimento de Maria Helena Rolim Capelato (1989), os jornalistas eram agentes históricos que manifestavam suas práticas políticas e a atuação no cotidiano por meio dos discursos produzidos na imprensa.

De acordo com Robert Darnton e Daniel Roche (1997), a imprensa foi um dos elementos que constituíram os processos históricos na modernidade, capaz de atuar na delimitação de práticas sociais e da consciência coletiva, muito mais do que um mero registro do cotidiano.

A história do Brasil e a história da imprensa no país estão intrinsicamente relacionadas. Os periódicos, especialmente após a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil e a instalação da Imprensa Régia em 1808, foram importantes veículos que registraram e veicularam acontecimentos decisivos da história brasileira. Uma parte relevante dos debates

políticos, sociais e econômicos teve os jornais como espaço privilegiado de discussão da elite letrada de cada período histórico do país. De acordo com Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca (2012), na história do Brasil, em particular no período Imperial e nas primeiras décadas republicanas, os personagens que atuavam nos periódicos eram, em sua maioria, os mesmos que atuavam no cenário político e nas instituições do país.

A contestação ao regime monárquico brasileiro foi organizada, em grande medida, por meio da imprensa a partir de três eixos temáticos: a campanha abolicionista; os vínculos entre Estado e Igreja (a chamada Questão Religiosa); e as demandas dos militares egressos da Guerra do Paraguai que ambicionavam maior participação política no Segundo Reinado (MARTINS e LUCA, 2006). Apesar da unidade temática de contestação ao regime monárquico, não havia consenso sobre qual modelo de sociedade deveria ser implantado no Brasil. Os jornais e revistas do período, na figura de seus redatores, divergiam sobre temas como participação popular, democracia, liberalismo e república (COSTA, 1998).

A oposição ao regime monárquico no Brasil se intensificou com a fundação do Partido Republicano em 1870, na cidade do Rio de Janeiro, conjuntamente com a publicação do Manifesto Republicano. O jornal carioca *A República*, inaugurado no mesmo ano, funcionava como uma plataforma político-partidária organizada em torno de um programa de governo difuso, responsável por divulgar as principais ideias republicanas no país. Entre os colaboradores do periódico, figuraram nomes como Quintino Bocaiúva, Saldanha Marinho e Salvador de Mendonça (MARTINS e LUCA, 2006).

A imprensa partidária, a exemplo do que ocorria no Rio de Janeiro, foi uma estratégia amplamente utilizada pelo Partido Republicano Paulista. O jornal *Correio Paulistano*, um dos mais antigos da cidade de São Paulo, fundado em 1854, assumiu uma linha editorial marcadamente liberal e compatível com a agenda de governo republicano. Esse projeto foi acompanhado por outros periódicos, tais como *A Gazeta de Campinas* (1869), *A Província de São Paulo* (1875) e o *Diário Popular* (1884). Mesmo diante da negativa de seus proprietários de que se tratava de periódicos vinculados ao Partido Republicano Paulista, em suas páginas foram divulgados atos oficiais do partido e o “Boletim Republicano” (MARTINS e LUCA, 2006).

Na redação dos jornais vinculados ao Partido Republicano, nos anos que antecederam a Proclamação da República (1889), participaram vários segmentos sociais que almejavam maior inserção no debate público e seus desdobramentos na vida política do país. Eram formados por estudantes universitários, principalmente do curso de Direito; jovens oficiais do exército;

cafeicultores da região sudeste; quadros do Partido Republicano Paulista; além de alguns profissionais liberais pertencentes às camadas médias urbanas (MARTINS e LUCA, 2006).

Nas cidades que se desenvolveram a partir da interiorização das lavouras de café na região sudeste, em particular na região oeste de São Paulo, jornais de duração efêmera e pequenas folhas eram publicados alinhados com o ideário do movimento republicano. Essas publicações, muitas vezes organizadas e veiculadas pelas Lojas Maçônicas, defendiam a criação de escolas de primeiras letras e programas rudimentares de alfabetização da população adulta, como condições necessárias para o desenvolvimento da República no Brasil. Além disso, os jornais locais se apropriavam das principais discussões propostas pelo movimento republicano situado nas capitais das províncias e os adaptavam para o contexto regional. (MARTINS e LUCA, 2006).

6.1 A imprensa profissionalizada no Brasil (1899-1930)

O formato da imprensa mudou com a instalação da República no Brasil. As gráficas, equipadas com novas máquinas importadas da Europa, permitiram novas técnicas de impressão mais rápidas e de melhor qualidade, além de diminuir os custos de inserção de imagens nos periódicos. A produção de jornais e revistas aumentou no país, favorecendo o crescimento do público leitor. A imprensa dos primeiros anos do regime republicano se organizou como uma empresa capitalista, e os periódicos se tornaram uma mercadoria lucrativa. Segundo Martins e Luca (2008), a transição da imprensa de um modelo artesanal e político para um modelo empresarial não foi um evento repentino. Essa evolução aconteceu de forma gradual e diversificada ao longo do século XIX, período em que os dois modelos conviveram.

A publicidade e a propaganda se tornaram uma importante fonte de renda para os periódicos. As empresas anunciavam seus produtos e serviços nas páginas impressas. Os produtos industrializados importados disputavam espaço com os textos. Os principais jornais de São Paulo e Rio de Janeiro criaram seções exclusivas para os anunciantes, um modelo seguido pelos jornais do interior. Os anúncios eram dos mais diversos: estabelecimentos comerciais, novos produtos no mercado brasileiro, compras e vendas de mercadorias, ofertas e procuras de emprego. A linguagem publicitária, combinada com imagens, estimulava efeitos de consumo na população.

O modelo de imprensa como uma empresa capitalista enfrentou limites na época. O mercado interno de produtos e serviços, ainda fraco, somado a uma sociedade de maioria rural e analfabeta, dificultou a realização desse projeto. Os periódicos, mesmo com alguns avanços,

continuavam dependentes do apoio financeiro de grupos políticos republicanos (CAMPOS, 2007).

Os jornalistas dessa época se profissionalizaram. As redações dos periódicos definiram uma hierarquia de funções: secretário ou redator-chefe, redatores, repórteres, colaboradores avulsos. As principais redações adotaram um quadro fixo de salários, conforme as funções exercidas. O jornalismo se tornou uma carreira possível para as camadas médias urbanas. Os salários pagos variavam conforme o prestígio literário e a influência política. Alguns nomes de destaque, como Olavo Bilac, Joaquim Nabuco, Coelho Neto, Euclides da Cunha, Rui Barbosa, entre outros, foram exemplos de profissionais que se destacaram no jornalismo profissionalizado.

O mercado profissional da imprensa recebeu críticas. A entrada na redação dos grandes jornais do Rio de Janeiro e São Paulo dependia da indicação pessoal e do alinhamento ao projeto político republicano. O escritor Lima Barreto criticou o jornalismo cooptado pelo poder. Por outro lado, Monteiro Lobato questionou os literatos que se profissionalizavam por deixarem de lado os recursos estilísticos da literatura no texto jornalístico, além de perderem espaço nos periódicos por causa de pautas muito políticas. Apesar das críticas, a profissionalização da imprensa foi inevitável.

Os jornalistas da época eram pessoas de grande influência pública e política. A imprensa dos primeiros anos era um poderoso meio de comunicação que servia aos interesses de grupos sociais ligados ao movimento republicano. Nos jornais e revistas, os profissionais da imprensa ganhavam destaque político nacional e ajudavam a formar uma opinião pública favorável a certos segmentos sociais, além de organizarem as campanhas eleitorais, atacando os adversários e se alinhando com os grupos políticos mais fortes. Parte essencial do jogo político, com influência nas eleições e na sustentação de governos, passava pelos quadros da imprensa.

Durante a Primeira República, a imprensa teve um papel contraditório, com diferentes temporalidades: um reflexo da sociedade brasileira. Os progressos técnicos na impressão dos periódicos e o modelo de imprensa como negócio capitalista coexistiram com práticas do jornalismo partidário e de apoio a governos e grupos sociais. Segundo Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca (2006, p. 44): “As máquinas eram modernas, mas os textos e as mensagens refletiam o acanhado quadro mental do país, de tradição escravocrata, clientelismo, partidos políticos tendenciosos, que faziam daquela imprensa extensão de seus próprios negócios e interesses.”

A imprensa que se profissionalizava durante a Primeira República era uma plataforma de comunicação polivalente. Articulava em um mesmo espaço informações variadas,

propaganda política e publicidade. Essa característica foi habilmente explorada por setores da economia interessados em ampliar formas de consumo no país, pelos políticos que validavam seus projetos por meio de discursos e justificavam as bases do contraditório projeto republicano.

6.2 Considerações acerca da imprensa nas “frentes pioneiras” paulistas

Neste estudo, resgatamos a trajetória histórica da imprensa de Bauru (SP), que se entrelaça com as mudanças ocorridas na sociedade local durante as primeiras décadas do século XX. Em um panorama histórico mais abrangente, analisamos como os projetos políticos, sociais e econômicos típicos da Primeira República (1889-1930) se configuraram no contexto bauruense, destacando as semelhanças e as particularidades dessas iniciativas. Sob essa ótica analítica, e ecoando as considerações das historiadoras Heloísa de Faria Cruz e Maria do Rosário Cunha Peixoto (2007), compreendemos a imprensa como um elemento dinâmico na história e um vetor significativo no avanço do capitalismo moderno.

Durante a Primeira República, influenciada pelo ideário republicano, a imprensa desempenhou um papel crucial na formação, fortalecimento e transformação da sociedade brasileira. As edições impressas se tornaram arenas para as lutas pela supremacia política entre diversos grupos sociais, além de servirem como um robusto suporte e meio de legitimação para os projetos políticos, sociais e econômicos da época. Os jornais locais daquele tempo são entendidos como parte integrante de processos históricos, que emergiram de um terreno de conflitos sociais e, simultaneamente, contribuíram para a moldagem desses mesmos processos históricos, cada qual com suas próprias temporalidades, conforme descrito por Cruz e Peixoto (2007).

A associação entre café e ferrovia foi fundamental para o avanço e a conexão de uma malha urbana no Brasil, facilitando a disseminação de ideias e fortalecendo a presença da imprensa. A expansão das cidades e o aumento da população, impulsionados pela ligação ferroviária das áreas cafeeiras, dinamizaram a distribuição de notícias pelo interior. Pequenos centros urbanos, que surgiram perto das plantações de café e foram habitados por uma significativa comunidade de imigrantes europeus, começaram a editar jornais, muitos dos quais eram simples e produzidos em tipografias artesanais. Esses projetos foram iniciativas de indivíduos anônimos que reconheciam o poder da escrita como meio de dar significado e documentar a vida cotidiana daquela era (MARTINS e LUCA, 2006).

A prosperidade gerada pelo comércio do café, juntamente com outras atividades agrícolas que floresceram em torno do cultivo do café, deu origem a uma elite autoconsciente

e ilustrada que assumiu o papel de promover e solidificar uma certa visão de progresso. Evidentes na arquitetura e na rápida evolução das cidades das “zonas pioneiras”, os símbolos da cultura material, aliados aos artefatos tecnológicos de consumo da elite, especialmente o automóvel, representavam a face visível da modernidade no interior paulista.

Baseado em políticas higienistas concretas e na delimitação do espaço público, o modelo de sociedade idealizado e implementado por esse estrato social ligava o poder simbólico às políticas de remodelação do espaço urbano e afetava diretamente a população das classes populares (MAHL, 2007).

A produção de artefatos culturais, como livros, revistas, jornais e almanaques, tinha um papel crucial na propagação de um projeto político, social e econômico de modernização da sociedade brasileira. Essa dinâmica era evidente até mesmo em cidades do interior, como Bauru. As publicações científicas, especialmente as associadas a institutos de pesquisa médica e sanitária, como o Instituto Pasteur (1895) e o Instituto Butantan (1901) em São Paulo, e a Fundação Oswaldo Cruz (1900) no Rio de Janeiro, eram fundamentais para disseminar discursos científicos que justificavam a intervenção nos espaços públicos urbanos.

Durante a Primeira República, a elite cafeeira paulista influenciou significativamente a produção cultural, indo além das publicações mencionadas anteriormente. Essa elite também investiu na criação de institutos de pesquisa e na defesa de políticas públicas para a cafeicultura. Um exemplo notável é o Instituto Agrônomo de São Paulo, fundado em 1892, que se aliou ao Instituto Agrônomo, criado em 1887 no Rio de Janeiro, para fortalecer e realinhar a agricultura brasileira nos últimos anos do governo de Pedro II.

A administração paulista iniciou a criação de institutos de pesquisa em saúde pública e agronomia, marcando o início de uma era de progressos científicos e tecnológicos no estado, que o diferenciava de outras regiões do Brasil. A cafeicultura teve um papel central nessa iniciativa, pois a maioria desses institutos e pesquisas se concentrava no café, o que levou à adoção de técnicas e processos inovadores (SANCHES Jr, 2012).

Os jornais locais do período em questão não apresentam uma narrativa uniforme, coerente e bem estruturada sobre a vida diária em Bauru. Esses periódicos se mostram fragmentados e contraditórios, moldados por uma visão discursiva idealizada. Em Bauru, conceitos como progresso, civilização, desenvolvimento urbano e modernização social, impulsionados pela chegada da ferrovia, são mais destacados nos jornais como aspirações futuras do que como aspectos concretos do cotidiano da cidade.

Nos discursos dos jornais, era produzida uma narrativa sobre a fundação do município e o desenvolvimento da cidade de Bauru. A ambivalência de temporalidades históricas

articulava representações do passado, por meio das narrativas sobre a origem do município, com as potencialidades do desenvolvimento futuro de Bauru, impulsionadas pelo progresso advindo com a instalação da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil. Nas páginas dos jornais, foram estabelecidas as tramas históricas do cotidiano entre o passado e o futuro da cidade. Nas páginas impressas, foi retratado um campo de disputas políticas entre a elite econômica local acerca da hegemonia narrativa do processo histórico, que definia e modelava a sociedade em transformação.

As publicações impressas nas cidades do oeste paulista, que se urbanizavam rapidamente nas primeiras décadas do regime republicano, articulavam as dimensões civilizatória e pedagógica, com a normalização e a incorporação de padrões sociais desejáveis para o conjunto da população. No processo de reconfiguração da sociedade das “frentes pioneiras”, os impressos estabeleciam e reforçavam as hierarquias sociais, legitimavam privilégios e demarcavam as posições de classe que cada segmento da população deveria ocupar no processo de formação da cidade (CAMPOS, 2007).

Os homens de letras, responsáveis pelo conteúdo dos impressos, reivindicavam a posição de representantes da civilização nas pequenas cidades. O poder da cultura letrada em uma sociedade de analfabetos, com níveis mínimos de práticas de leitura, possibilitava que um seleto grupo de homens falasse em nome do conjunto da sociedade. Mais do que porta-vozes da população, a elite letrada era, sobretudo, representante dos seus próprios interesses de classe, revestidos como interesse público.

No plano das relações cotidianas, a elite letrada exercia um domínio intelectual sobre a massa analfabeta, produzindo representações e valores sobre a população iletrada. A aparente contradição entre o número de leitores e a profusão de jornais e revistas nas cidades do oeste paulista, conforme argumentou Raquel Discini de Campos (2007), reforçava o papel civilizador e pedagógico da imprensa no período.

No período inicial de consolidação da imprensa nas “frentes pioneiras”, até cerca de 1920, as publicações abordavam frequentemente os papéis sociais desempenhados por mulheres, crianças e trabalhadores assalariados na formação de uma sociedade republicana (CAMPOS, 2007). A educação da população, como discurso disseminado pela elite republicana, era central na articulação do projeto político e social da República brasileira.

Nesse contexto, a reeducação de segmentos específicos da população para assimilar os valores da civilização burguesa em ascensão nas cidades do oeste paulista ocupava um lugar de destaque nos jornais e revistas. Os escritos desempenhavam a função de suporte pedagógico nas cidades do oeste paulista, onde a educação formal e pública não era uma realidade histórica.

Os segmentos da população que receberam mais atenção nos primeiros anos da imprensa no oeste paulista foram as mulheres e crianças. A partir de um discurso supostamente genérico sobre as mulheres e as crianças, os homens de letras eram incisivos na delimitação de funções e papéis que esses grupos deveriam desempenhar na sociedade. Por meio de colunas e pequenos artigos de opinião, os escritores expressavam a importância das mulheres na educação dos filhos, na manutenção das relações familiares e nas responsabilidades da vida cotidiana no âmbito doméstico.

De forma mais precisa, parte desses textos descrevia códigos morais e éticos que as mulheres deveriam seguir no espaço público e no privado, bem como práticas de higiene, educação dos filhos e cuidado da família. No entendimento dos homens de letras, os valores abstratos da sociedade burguesa seriam efetivados por meio da atuação das mulheres no âmbito das relações familiares (CAMPOS, 2007).

Em relação aos trabalhadores assalariados, em número cada vez maior nas cidades das “frentes pioneiras”, os escritos da imprensa operavam estratégias semelhantes às direcionadas às mulheres. O trabalho era retratado como fundamental na construção e transformação da sociedade. Apesar da generalidade acerca da positividade do trabalho, os valores que atribuíam sentido às relações do mundo do trabalho eram especificamente burgueses.

O respeito à propriedade privada; a centralidade do trabalho assalariado na reprodução das relações materiais; a ideologia da ascensão social promovida por meio do trabalho individual; a fragmentação do trabalhador e dos seus interesses, em oposição ao pertencimento numa coletividade formada pela classe social; a internalização do cumprimento de regras no ambiente de trabalho e da aceitação das relações trabalhistas; eram valores disseminados nas publicações e atuavam na delimitação do perfil almejado de trabalhador (CAMPOS, 2007).

A dinâmica das relações sociais nas cidades do interior paulista se refletia, em certa medida, nas páginas da imprensa. Mais do que uma simples reprodução do cotidiano, as publicações evidenciavam marcadores de classe e gênero em uma sociedade que se transformava rapidamente. No plano discursivo, operavam a segmentação dos grupos sociais que participavam do processo de formação das cidades das “frentes pioneiras”, com funções e níveis variados de importância. Nesse processo sócio-histórico, a reduzida elite letrada masculina, branca e atuante no espaço público, tanto pela imprensa como pelo monopólio da política partidária, reivindicava a liderança das transformações na sociedade.

Como estratégia de hierarquização social, essa mesma classe social atribuía às mulheres a centralidade na manutenção das relações domésticas no âmbito privado e o suporte moral necessário para educar a geração de futuros “cidadãos republicanos”. Da mesma forma, atribuía

aos trabalhadores assalariados a função de contribuir coletivamente para a construção de um ideal abstrato de sociedade, amparado na ideologia do progresso material e do desenvolvimento econômico comum, que mascarava as formas cotidianas de exploração do trabalho e a dinâmica de concentração desigual do capital. Conforme argumentou Raquel Discini de Campos (2007, p. 59), “Campo fértil para propagar ideais de virtudes e perspectivas moralistas, o jornal oferecia parâmetros éticos à classe social letrada, enquanto consolidava os ideais e as aspirações dela.”

Na década de 1920, as revistas e, em menor grau, os jornais publicados nas cidades do interior paulista acompanharam as transformações em curso na imprensa dos grandes centros urbanos, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro. O desenvolvimento econômico nacional, impulsionado pelo comércio mundial de café, favoreceu a importação de máquinas impressoras mais modernas e eficientes.

A renovação do maquinário nas oficinas de impressão, aliada à produção nacional de papel celulose, reduziu os custos de impressão. As novas máquinas instaladas nas tipografias automatizaram etapas da produção das publicações, além de aumentar a capacidade e a qualidade das impressões. O modelo artesanal de confecção de jornais e revistas foi gradativamente substituído pelo modelo empresarial, com a profissionalização das atividades nas tipografias (ELEUTÉRIO, 2012).

As melhorias técnicas incorporadas à imprensa remodelaram a sua materialidade. Os jornais e revistas ampliaram o número de páginas de cada edição. A diagramação das páginas, com espaçamento regular dos blocos de texto, fontes de vários tamanhos e mais uniformes, possibilitou uma nova apresentação visual das publicações, destacando o uso da manchete e dos recursos em negrito das letras. No entanto, a inserção de ilustrações (charges, caricaturas e fotografias) foi a mudança mais significativa no campo gráfico, sobretudo nos jornais. As novas máquinas facilitaram o manejo das ilustrações integradas ao texto, assim como melhoraram a reprodução das imagens (ELEUTÉRIO, 2012).

Esse conjunto de transformações técnicas conferiu identidade visual aos jornais e revistas, estabelecendo o padrão da imprensa durante o século XX.

As maiores tiragens, somadas à remodelação visual da imprensa, contribuíram para ressignificar as práticas de leitura. A disseminação de imagens junto ao texto ampliou o alcance das publicações, principalmente entre os analfabetos. A parte gráfica dos jornais e revistas funcionava como um importante meio de comunicação com o público. A integração da linguagem escrita com a visual formatou os hábitos de leitura e os sentidos de apropriação das informações nos periódicos.

As maiores tiragens acompanhadas da remodelação visual da imprensa contribuíram para ressignificar as práticas de leitura. A disseminação de imagens junto ao corpo do texto ampliou o alcance das publicações, principalmente entre os segmentos iletrados. A parte gráfica dos jornais e revistas funcionava como importante suporte de comunicação com o público. A integração da linguagem escrita com a visual, formatava os hábitos de leitura, os sentidos de apropriação das informações presentes nos periódicos.

As inovações gráficas nos meios de comunicação refletiam as mudanças no cotidiano dos leitores. Uma nova concepção do leitor emergia, juntamente com as diretrizes renovadas de leitura, que eram essenciais para os jornais em transformação. A tendência para leituras rápidas e notícias de fácil compreensão diminuía o tempo dedicado à interpretação dos textos. Esse novo padrão de interação com o texto diferia do que se via no início do século XX, quando predominavam crônicas e artigos que exigiam um ritmo mais reflexivo para o entendimento das ideias (CAMPOS, 2007).

A evolução técnica da imprensa acompanhou as mudanças no mercado interno do Brasil. O consumo de produtos manufaturados aumentou nas primeiras décadas do século XX, especialmente nos centros urbanos mais populosos da época. A industrialização do país, ainda em fase inicial, juntamente com as importações, aumentou a oferta de bens no mercado brasileiro. A publicidade, abrangendo uma variedade de produtos e serviços, encontrou um espaço ideal nas páginas dos jornais e revistas para promover a cultura do consumo.

Com a expansão do sistema de transporte, principalmente das ferrovias, a publicidade se estendeu, abarcando setores vitais da economia como agricultura, comércio, indústria e finanças, alcançando um número crescente de regiões. Maria de Lourdes Eleutério (2012) observa que “o jornal, a revista e o cartaz, como veículos da palavra impressa, uniam-se ao avanço dos transportes, expandindo os canais de comunicação e intensificando o consumo em todas as esferas” (ELEUTÉRIO, 2012, p.84)

As receitas oriundas da publicidade eram a principal fonte de financiamento da imprensa nos grandes centros urbanos. O setor editorial de periódicos se tornou cada vez mais profissional e menos dependente do patrocínio da elite econômica e dos fundos partidários. Na década de 1920, a imprensa se caracterizava tipicamente como um empreendimento capitalista. A diferenciação e especialização dos profissionais envolvidos na produção de jornais e revistas, através de contratos de trabalho remunerado, criou um vasto quadro de profissionais na imprensa, incluindo tipógrafos, jornalistas, ilustradores e fotógrafos. A eficiente rede de distribuição, com seu amplo alcance geográfico, e o crescente número de pontos de venda, sustentava o modelo de negócios capitalista da imprensa.

A imprensa nas cidades das “frentes pioneiras” de São Paulo, como Bauru, passou por um processo de profissionalização com características únicas. A transição de publicações artesanais para periódicos comerciais ocorreu de forma gradual e foi influenciada pela dinâmica social local. Os jornais regionais combinavam financiamento público, proveniente de verbas municipais, com receitas de publicidade. O corpo de escritores era formado tanto por figuras do cenário político local quanto por indivíduos para os quais o jornalismo não era a principal profissão.

Essa mistura de financiamento e a diversidade no quadro de colaboradores refletiam a estrutura social e econômica das cidades em desenvolvimento. A presença de representantes políticos entre os escritores indicava uma estreita relação entre a imprensa e o poder local, o que poderia afetar o conteúdo e a orientação dos jornais da época.

6.3 A formação da imprensa em Bauru (1906-1920)

A história da imprensa em Bauru começou com a publicação do jornal semanal *O Progresso de Bahuru*, que teve sua primeira edição em 1º de maio de 1905. O jornal, propriedade de José Antônio Pereira Júnior, circulou por alguns meses antes de encerrar suas atividades no início de 1906. As verbas municipais constituíam a principal fonte de financiamento do jornal, e após uma licitação aprovada pela Câmara Municipal em novembro de 1905, a prefeitura de Bauru começou a publicar os atos oficiais no periódico, com um pagamento mensal de 40 mil réis.

No entanto, enfrentando dificuldades financeiras, José Antônio Pereira Júnior solicitou um empréstimo de 500 mil réis à Comissão de Finanças e Contas da Câmara Municipal no começo de 1906 para a compra de máquinas tipográficas. Durante esse período, o jornal era impresso em cidades vizinhas, como São Manuel e Botucatu. Com a recusa do empréstimo pelo poder municipal, o proprietário decidiu encerrar as atividades do jornal e deixar a cidade.

É interessante notar como a imprensa bauruense estava intrinsecamente ligada ao desenvolvimento econômico e político da cidade, refletindo a importância da comunicação escrita e do jornalismo na formação da identidade local e na disseminação de informações oficiais. A história de *O Progresso de Bahuru* é um exemplo das dificuldades enfrentadas pelos primeiros periódicos em se estabelecerem e prosperarem em cidades em crescimento como Bauru.

O jornal *O Bauruí*, lançado em 1906, foi uma publicação significativa na cidade de Bauru, atuando até 1924. Alinhado com o Partido Republicano desde o início, o jornal refletia

as visões e programas do partido. Dominicano Silva, o fundador do jornal, era uma figura política influente, tendo sido vereador e um dos responsáveis pela transferência da sede do município para Bauru, além de participar da fundação do Diretório do Partido Republicano Paulista local.

A linha editorial do *O Baurú* era fortemente influenciada pelo perfil político de Dominicano Silva, o que tornava o jornal uma plataforma de apoio às políticas locais. As páginas do jornal destacavam projetos políticos e conquistas da administração municipal, servindo como um meio de comunicação importante para a divulgação de notícias e opiniões políticas. A influência do jornal na política local era notável, e sua abordagem editorial contribuía para moldar a opinião pública e apoiar as iniciativas do Partido Republicano em Bauru. O papel do *O Baurú* na sociedade bauruense da época é um exemplo da interação entre a mídia e a política, e de como um periódico pode se tornar um instrumento de poder e influência.

Em 1910, o jornal *O Baurú* passou por uma mudança significativa quando foi adquirido por Almerindo Cardarelli, uma figura proeminente em Bauru, conhecido por ser um dos fundadores da maçonaria local, ligado ao Partido Republicano e funcionário da Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

Apesar de não haver grandes mudanças na linha editorial do jornal, Cardarelli introduziu temas relacionados aos trabalhadores e suas organizações políticas, refletindo uma sensibilidade às questões trabalhistas da época. Além disso, *O Baurú* começou a apresentar críticas sutis à execução de obras públicas pela administração municipal, apontando questões como ineficiência e lentidão, embora sem confrontar diretamente o cenário político local (LOSNAK, 2013)

Durante a administração de Almerindo Cardelli no jornal *O Baurú*, foram estabelecidos os fundamentos para a profissionalização da imprensa em Bauru. Nessa fase de transição, o jornal adotou práticas comuns em empresas jornalísticas, como a contratação de jornalistas fixos sem vínculos partidários, o investimento em publicidade, a modernização dos equipamentos de impressão e a instalação de uma gráfica própria na cidade. Contudo, o jornal manteve características da imprensa partidária e semi-profissional, evidenciando as complexidades da imprensa nas cidades do interior de São Paulo.

Uma parcela significativa da receita do jornal vinha de fundos públicos municipais; membros do executivo e legislativo local contribuía com artigos frequentes; muitos textos eram publicados anonimamente; e havia variação na qualidade gráfica e na inclusão de ilustrações e fotografias. Essa dualidade reflete a natureza híbrida da imprensa da época, que

oscilava entre o amadorismo e o profissionalismo, entre o jornalismo independente e o alinhamento político (LOSNASK, 2013)

Em 1909, o jornal A Cidade de Bauru foi lançado por membros do diretório local do Partido Republicano Paulista como parte de uma estratégia política para promover a criação de uma Comarca em Bauru. O jornal se destacou por sua propaganda política, enfatizando os avanços urbanos e econômicos de Bauru, mais como uma ideologia do que como uma realidade histórica concreta.

A campanha para a instalação da Comarca, veiculada pelo jornal, obteve sucesso parcial, com a instalação do sistema judiciário local em 1910. Nelson Noronha, um ex-coronel da Guarda Nacional, advogado e ex-vice-presidente do Banco de Crédito Rural, era o proprietário do jornal. A existência de A Cidade de Bauru foi breve, circulando na cidade de fevereiro de 1909 a maio de 1910 (SANTOS, 2015)

Durante as eleições presidenciais de 1910, o jornal A cidade de Bauru apoiou o grupo civilista, mas acabou sendo empastelado pelo grupo político que defendia a candidatura de Hermes da Fonseca. Em meio às disputas políticas entre civilistas e hermistas, o jornal O Tempo foi fundado em 1910 em Bauru, sob a propriedade de Carlos Marques da Silva, que já havia ocupado cargos de prefeito e vereador, além de ser comerciante. Após o empastelamento do jornal A Cidade de Bauru, O Tempo assumiu uma postura de oposição ao seu antecessor e se posicionou como o representante oficial dos interesses econômicos de Bauru.

Em 26 de março de 1916, Manoel Sandim, empresário do setor de bebidas e colchões e proprietário da Gráfica Artística, fundou o jornal O Dilúculo em Bauru. Ainda no mesmo ano, o jornal mudou seu nome para Correio de Bauru. Inicialmente, era um periódico semanal, publicado aos domingos, mas a partir de 1923, passou a ter edições diárias. Durante sua fase semanal, o editorial do Correio de Bauru enfatizava a neutralidade do jornal em relação aos assuntos político-partidários do município, com o objetivo declarado de “disseminar o amor pelas coisas de utilidade, progresso e que pudessem instruir”, conforme descrito por Santos (2015, p.21)

Alinhado a essa premissa, o jornal foi o primeiro na cidade a consolidar a publicação de gêneros literários regularmente em suas páginas, no modelo de “Folhetim”. De acordo com Jéssica da Silva Santos (2015, p.22):

O periódico publicava o trabalho de importantes escritores brasileiros e estrangeiros como Olavo Bilac, Coelho Neto, Bocage e Camões demonstrando intenção de atrair o leitor através da qualidade de diversas produções literárias. Dentre os temas mais recorrentes estavam o amor, amizade, beleza, saudade, mulher, cotidiano e morte.

Na década de 1910, a cidade de Bauru passou por transformações. A integração ferroviária era uma realidade histórica no município. A Estrada de Ferro Sorocabana (1905) e a Companhia Paulista de Estradas de Ferro (1910) estavam em operação, dinamizando as relações comerciais e o trânsito de pessoas. Na mesma época, as obras da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil estavam em estágio avançado de construção. A circulação de informações pelos trilhos e a oferta de matérias-primas na cidade contribuíram para a consolidação da imprensa local.

A instalação de telégrafos, vinculada à Companhia Paulista de Estradas de Ferro, agilizou as informações entre a capital do Estado e o interior paulista. Os primeiros projetos de energia elétrica, na área central da cidade, possibilitaram a incorporação de maquinário de impressão mais moderno. O Correio de Bauru foi beneficiário da integração ferroviária: passou a reproduzir em suas páginas notícias da grande imprensa da capital paulista, assim como aumentou o alcance da publicação, com distribuição regional nas localidades atendidas pelos trilhos.

O maior fluxo de pessoas em Bauru, com a vinda de trabalhadores para a operacionalização das ferrovias e como mão de obra para a construção da Noroeste do Brasil, fomentou o comércio e os serviços locais. A renda publicitária na imprensa, nesse contexto, foi viabilizada. No cotidiano de Bauru, o acesso a produtos e serviços era uma realidade, ainda que para poucos. A publicidade de mercadorias diversas e os anúncios de serviços, tanto de empresas como de particulares, remodelou a estrutura material dos jornais. O primeiro jornal a criar um espaço dedicado exclusivamente para os anunciantes de mercadorias e serviços foi o Correio de Bauru, em sua seção “Parte Comercial” (SANTOS, 2015).

O processo de profissionalização da imprensa local, iniciado pelo jornal *O Baurú*, foi consolidado com o Correio de Bauru, na década de 1920. Este último investiu no modelo de negócio de assinaturas anuais, depois copiado por outros jornais; segmentou a publicação em seções temáticas: cobertura jornalística do cotidiano local e regional, com elementos de questões noticiadas na grande imprensa estadual; esportes; cultura e literatura; e coluna social, retrato dos eventos promovidos pelas personalidades da elite bauruense e dos “cidadãos ilustres” que visitavam a cidade. Como estratégia para fidelizar a assinatura, promoveu concursos literários e de jogos de adivinhação para os assinantes, assim como passou a publicar cartas de leitores.

Também lançou edições especiais e cadernos extras em datas comemorativas, tais como aniversário da publicação e da cidade. De acordo com a análise de Jéssica da Silva Santos (2015), mesmo com a segmentação das seções temáticas, o jornal não perdeu sua identidade local, mantendo um olhar atento aos acontecimentos e às demandas da população bauruense.

Os jornais publicados na cidade de Bauru (SP), de acordo com levantamento feito nos arquivos de pesquisa do município, aumentaram consideravelmente com a operacionalização da malha ferroviária. Foram periódicos publicados neste período, além dos relacionados em parágrafos anteriores, A Cidade de Bauru, A Gazeta de Bauru, O Comércio de Bauru, O Jornal do Interior, O Diário da Noroeste e O Tempo. Conforme pesquisa realizada por Felipe Simões Carneiro de Castro (2010), esse conjunto de jornais tinha em comum a temática da defesa da agricultura na região, os investimentos públicos no financiamento das lavouras e uma representação positiva sobre a transformação econômica do entorno da cidade de Bauru, proporcionada pelos trilhos.

6.3.1 As fontes de pesquisa: análise do jornal *O Baurú*

A fonte documental que orienta a discussão do problema proposto nesta pesquisa é o jornal *O Baurú*. A escolha pelo periódico se deve a alguns fatores, a saber: a conservação de todos os exemplares publicados no município de Bauru em um arquivo de pesquisa de acesso público “Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica de Bauru e Região – Gabriel Ruiz Pelegrina”; por ser a publicação jornalística mais longa e regular no período pesquisado; e por contemplar em seu conteúdo um amplo painel das transformações ocorridas no cotidiano da cidade de Bauru durante o processo de construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.

Segue a reprodução na íntegra da primeira página do jornal em questão:

Fotografia 1 – Primeira página do jornal *O Baurú*



O arquivo que tutela os jornais *O Baurú* está localizado nas dependências da Unisagrado, uma faculdade particular de Bauru, conforme mencionado na Introdução desta pesquisa. Associado ao curso de graduação em História, o arquivo abriga um acervo que inclui fotos, jornais e objetos de valor histórico para o município, bem como livros e diversas publicações sobre a cidade de Bauru.

Embora seja um arquivo de pesquisa de acesso público, a visitação, de acordo com minha experiência, não era facilitada. Devido à escassez de funcionários e profissionais especializados, os atendimentos eram frequentemente conduzidos por estudantes do curso de História da Unisagrado. Essa situação, inadequada para um arquivo de pesquisa público, resultava em irregularidades nos atendimentos e em um oneroso processo de negociação para o agendamento de visitas.

Uma vez superados os entraves para ter acesso ao arquivo, meu cotidiano de pesquisa consistia na leitura sistemática dos jornais e na digitalização das fontes. Utilizando um celular com aplicativos específicos para a digitalização de documentos, eu tirava fotos que, posteriormente, consultava no momento de elaboração do texto deste trabalho. Nas primeiras visitas, esse procedimento foi possível, e os anos iniciais do jornal *O Baurú* foram fotografados integralmente.

Não foi possível digitalizar a totalidade da documentação devido aos horários de atendimento cada vez mais reduzidos e irregulares. No entanto, a leitura integral da documentação foi realizada. Conforme argumentado, a dificuldade de acesso às fontes arquivadas teve desdobramentos diretos no desenvolvimento da pesquisa. Muitas das informações contidas nos jornais não puderam ser reproduzidas na íntegra por meio de citações diretas. Parte do texto foi produzida a partir das reflexões suscitadas pela leitura dos jornais, sem, contudo, contar com o respaldo das citações diretas da documentação selecionada.

7 ANÁLISE DO JORNAL *O BAURÚ* (1905-1914)

No início do século XX, a região de Bauru recebeu um grande fluxo de pessoas e capitais, devido à implantação e ao funcionamento das ferrovias. Isso abriu novas possibilidades de emprego e investimento. Muitos migrantes de diferentes partes do país se sentiram atraídos pelas oportunidades de trabalho. Esses migrantes, que em sua maioria tinham pouca formação profissional, aceitavam fazer vários tipos de trabalho, inclusive alguns compulsórios. A expectativa de enriquecer rapidamente no interior de São Paulo era uma ideia recorrente na mente dessas pessoas. Nesse período, a população de Bauru teve um crescimento explosivo. Em 1907, a cidade já contava com 8 a 10 mil habitantes, um número muito maior do que os 600 habitantes registrados na sua fundação em 1896.

As ferrovias, desde a sua instalação, influenciaram o cotidiano da cidade, por meio das relações de trabalho. O ritmo dos trens e a lógica de acumulação do capital alteravam as experiências individuais e coletivas. O tempo cronometrado nos locais de trabalho e nas estações, definido pela chegada e partida dos trens, mudava a percepção das pessoas. Próximo à estação, o comércio e os bancos se expandiram junto com as pensões e os prostíbulos, em um processo contraditório e excludente.

Surgiram novas formas de sociabilidade, influenciadas pelos costumes dos grandes centros urbanos, mas sem romper completamente com os vínculos da cultura rural. Bauru passou por um processo intenso de urbanização: novas avenidas e vilas operárias foram construídas; as casas de taipa e madeira foram substituídas pelas de alvenaria; a especulação imobiliária no centro da cidade se acelerou; as populações pobres foram transferidas para as periferias; e as práticas higienistas e sanitaristas foram impostas a qualquer custo. As histórias de vida de mulheres, homens e crianças se entrelaçavam em uma sociedade em constantes mudanças (SARTORI, 2011).

Algumas questões sociais que permeavam o cotidiano da cidade de Bauru eram retratadas nas páginas do jornal. Os homicídios, roubos, furtos e acidentes com armas de fogo eram temas frequentes no periódico. Parte da estratégia adotada pelo corpo de jornalistas era a transcrição de inquéritos policiais. Esse fato chama a atenção, pois, de acordo com o Código Penal de 1890, que vigorou durante a Primeira República brasileira, os inquéritos policiais eram peças jurídicas de caráter sigiloso.

O acesso aos autos era possível apenas mediante solicitação prévia de advogados legalmente constituídos pelos envolvidos (SARTORI, 2011). Tudo indica que os jornalistas, na

produção de fatos noticiosos, tinham proximidade com os delegados de polícia e acesso privilegiado às informações sobre incidentes violentos que ocorriam no município de Bauru.

A citação selecionada é sugestiva dessas relações entre a imprensa e o poder de polícia:

No dia 21 apresentou-se ao snr. Dr. Delegado de Polícia desta cidade Ignes Lucia, com 17 anos de idade, dizendo ter sido violada pelo próprio irmão Paulo Lima, casado. Chamado à presença da autoridade, Pedro negou ter sido o autor do defloramento e confessou ter tido relações com a irmã, porém depois desta ter perdido a castidade. Faltando as provas, e considerada Ignes maior, a autoridade foi obrigada a por em liberdade o desavergonhado irmão. A ação de Pedro, mesmo que a irmã não fosse virgem, não tem qualificativo, e se a justiça nada pode fazer, ao menos deve ser apontado ao desprezo do povo (*O Baurú*, 26 de março de 1911).

O trecho destacado, publicado na primeira página do jornal, é problemático em todos os aspectos. Primeiramente, pela exposição de uma mulher menor de idade, vítima de violência sexual incestuosa. A divulgação de casos semelhantes era frequente, como pudemos verificar na documentação selecionada. Os casos envolvendo pessoas dos segmentos populares e situações extremas, marcadas por diferentes tipos de violência, apareciam constantemente nas publicações do jornal *O Baurú*. O periódico se limitava a transcrever a primeira página do inquérito policial, sem fazer considerações ou comentários jornalísticos.

A cidade cresceu em ritmo acelerado e enfrentou conflitos e tensões. No cotidiano, surgiam novos embates que exigiam intervenções dos poderes públicos na região para regular e ordenar as relações sociais. O Estado ampliava seu controle para novas áreas, criando e expandindo a rede do sistema judiciário nas comunidades que se formavam nas “frentes pioneiras”. As diferentes formas de sociabilidade se confrontavam, negociavam ou até se adaptavam às práticas de controle social. A Cadeia Pública, instalada em 1907, e a Comarca de Bauru, criada em 1910, na cidade, são os exemplos mais evidentes desse processo (POSSAS, 1999).

Quando os casos envolviam pessoas dos segmentos médios ou da elite local, o procedimento era diferente. Esses incidentes eram destacados na parte superior da primeira página e, por meio de citações indiretas, os redatores narravam os acontecimentos e ofereciam suas perspectivas. Embora sensacionalistas, essas notícias causavam repercussão entre os leitores e indignação entre os funcionários do jornal. Um exemplo retirado da documentação é ilustrativo:

CRIME HEDIONDO

Quarta-feira última, na Fazenda “Paraíso”, de propriedade da viúva do coronel Cherubim Vieira, nesta Comarca, deu-se um crime, que pela sua natureza, se tornou um dos mais hediondos. Angelo Tardivo, italiano, casado segundo informações que forneceram a polícia, de certo tempo para cá está sofrendo das faculdades mentais e quarta-feira à tarde, manifestou a diversos companheiros que desejava matar sua própria mãe, a pobre viúva de Cherubim Vieira, Izaltina Vieira. Os outros colonos, seus empregados na fazenda, não tomaram a sério a manifestação de Angelo e

momentos depois foram avisados que Angelo havia se dirigido a sede da fazenda e matado a própria mãe. O desvairado matricida serviu-se para cometer o delito uma faca, com a qual deu profundos golpes no peito da pobre velha, matando-a instantaneamente. Foi preso e recolhido a arma na fazenda e mais tarde entregue a polícia. (*O BAURÚ*, 27 de fevereiro de 1910)

As notícias sobre os crimes de sangue dividiam espaço no periódico com informações sobre o cotidiano de “cidadãos ilustres”, conforme expressão do jornal *O Baurú*. Com espaço garantido na primeira página, em uma seção denominada “Factos e Notas”, eventos que envolviam algumas personalidades de destaque de Bauru eram noticiados. Engenheiros e diretores da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, indivíduos que ocupavam a cena política local, médicos e alguns profissionais liberais, como advogados e comerciantes, tinham a movimentação do seu cotidiano divulgada nas páginas dos jornais.

Os acordos e tratativas de negócios, as viagens para a capital do país e pela Europa, os eventos sociais promovidos pela elite na cidade, com seus jantares beneficentes; as reuniões político-partidárias e toda uma infinidade de atividades sociais (casamentos, aniversários, nomeação para cargos públicos etc.) eram retratados com destaque nas páginas de *O Baurú*.

Além da cobertura semelhante às atuais “colunas sociais”, o periódico reservava espaço em suas páginas para textos e esclarecimentos desse reduzido grupo social. Vejamos a seguir a descrição de um jantar promovido pelo ilustre senhor Luiz Giannoni:

O nosso estimável amigo e talentoso colaborador Luiz Giannoni, teve no dia 21 do corrente, a magnífica ideia de festejar o santo de seu nome, oferecendo ao seus amigos um lauto jantar. Ao toast, foi em íntima camaradagem o nosso referido amigo saudado por diversos oradores. Ao Giannoni e a sua exma. Esposa D. Cornélia Gianonni, pelo modo cativante com que distinguiu o nosso representante, somos de coração muitíssimos gratos. (*O BAURÚ*, 28 de junho de 1908)

A citação destacada no parágrafo anterior sugere que parte da elite social bauruense utilizava a seção “Factos e Notas” como um mecanismo de autopromoção. Em nossa pesquisa não foi possível confirmar se haveria a possibilidade de grupos particulares comprarem espaço nessa seção. No entanto, alguns indícios corroboram que algum tipo de favorecimento ocorria para a efetivação do fato noticioso, pois um dos representantes do jornal foi convidado a participar do evento, conforme a citação selecionada. Outro aspecto a ser assinalado era a relevância dos jornais da cidade para forjar discursos positivos sobre famílias e personalidades de Bauru.

Alguns grupos sociais que pretendiam alcançar status, inserção na arena político partidário, ou, simplesmente, produzir uma versão positivada sobre sua família, consideravam uma alternativa viável a autopromoção nas folhas dos jornais. Essa afirmação ganha contornos mais nítidos, se considerarmos que o ilustre Luiz Giannoni e sua família foram relegados ao

esquecimento de acordo com a produção memorialística oficial¹⁸, que de forma seletiva e, por vezes, arbitrária, elencou as principais famílias que contribuíram para a formação da cidade enquanto pioneiros fundadores, apesar de terem sido contemplados com uma breve coluna na seção “Factos e Notas”.

A interação da população com o jornal *O Baurú* ocorria por meio da publicação de cartas enviadas ao periódico. Periodicamente, mas sem uma seção fixa em todas as edições, havia um espaço onde eram publicadas cartas dos leitores. Essas correspondências, geralmente, reivindicavam uma atuação mais efetiva da municipalidade para resolver problemas enfrentados pela população de Bauru. Temas como a falta e a ineficiência do sistema de esgoto e de água encanada; o estado de conservação das ruas; as críticas às normativas aprovadas pela prefeitura; além da fiscalização e atuação do poder de polícia no cotidiano da cidade, eram temas frequentes nas páginas do jornal.

A cidade de Bauru se transformava rapidamente. Nas páginas dos jornais, o cotidiano da população pobre era frequentemente retratado. Os direitos básicos e os princípios de cidadania muitas vezes eram ignorados ou secundarizados. O progresso material da cidade, impulsionado pelas ferrovias, aparentemente não beneficiava a maioria da população. A atuação policial, por meio das delegacias, operava em uma área nebulosa do direito: à margem dos procedimentos legais. Longe de ser uma exceção, a intervenção policial representava uma prática social sistemática de exclusão e vigilância sobre a população pobre de Bauru, conforme descrito por Sartori (2011). O texto a seguir, extraído do editorial da primeira coluna do jornal *O Baurú*, ilustra a dinâmica dos abusos policiais:

AOS SNR. DELEGADO

Faz mais de um mês que acha-se recolhida na cadeia uma negrinha, de pouco mais de quinze anos.

Esta infeliz é alienada, e foi enviada para esta pela polícia da capital.

O estado desta desgraçada faz pena, causa uma justa compaixão: grita dia inteiro; muitas vezes alguns dos soldados do destacamento, leva o seu a ponto o seu atrevimento a ponto de bater naquela desgraçada.

A noite ela é amarrada e recolhida dentro de uma solitária, onde a pobre só pode sentar; continua a gritar e chorar a noite toda, incomodando os vizinhos, e pondo em um verdadeiro inferno os soldados e os infelizes presos.

É indigno fazer continuar aquele espetáculo sem tomar algumas providencias, portanto solicitamos ao snr. Dr. Delegado de Polícia fazer alguma coisa em favor daquela desgraçada criança (que na jovem idade de 15 anos sofre os maiores torturas do destino e dos homens) e dos infelizes presos aos quais não é permitido nem sequer o descanso de algumas horas de noite (*O BAURÚ*, 27 de agosto de 1911)

¹⁸ Nos livros publicados por memorialistas, nos quais tivemos acesso, é facilmente observável no final de cada volume um breve histórico de “família tradicionais de Bauru”. Duas publicações são representativas: *Bauru: Notas Históricas* (2007), do memorialista Gabriel Ruiz Pelegrina, e *A representatividade política em Bauru e o poder municipal* (2009), do memorialista Irineu Azevedo Bastos

A situação retratada pelo jornal *O Baurú* é impactante. Sem poupar expressões e palavras, o periódico denunciava as frequentes formas de abuso e violência às quais uma jovem era submetida, atuando, em alguns casos, como um veículo de informação que divulgava a extrema brutalidade presente no cotidiano de Bauru. Uma análise cuidadosa do trecho destacado permite evidenciar práticas sociais que marcaram a Primeira República e tiveram repercussões na “zona noroeste”.

Entre elas, a prática de deportação compulsória de indivíduos das capitais (alcoólatras, vadios, doentes mentais, prostitutas, trabalhadores envolvidos com movimentos grevistas) para as regiões interioranas do estado de São Paulo, como uma medida eugênica e de higienismo social¹⁹. Com a operacionalização da malha ferroviária em Bauru, pesquisas, em especial de Sidney Chalhoub (2012), Margareth Rago (2008) e Martha de Abreu Esteves (1989), indicam que as deportações compulsórias eram uma prática social comum no cotidiano das cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo.

O relato adquire contornos ainda mais sombrios e horrendos ao considerarmos a idade da jovem (15 anos), a ausência de vínculos familiares e a situação de extremo abuso físico, sexual e psicológico a que era submetida ao ser detida em uma delegacia masculina, além da sua suposta doença mental. Isso evidencia que o progresso material de Bauru convivia com a brutalidade de práticas sociais voltadas contra segmentos pobres da população.

Em 1911, o mesmo ano em que foi inaugurada a Comarca do Município de Bauru com a nomeação do primeiro Juiz de Direito, ocorriam situações de flagrante abuso de forma pública e com relativa conivência do Magistrado local, uma vez que a condição da jovem era conhecida por vizinhos e soldados. A segurança prometida pelo conjunto de leis republicanas parecia não se aplicar nas “zonas pioneiras”. Entre a cidadania plena garantida a segmentos restritos da população e a negação de direitos básicos a muitos indivíduos pobres, encontrava-se o corpo brutalizado de uma jovem mulher negra, vítima de práticas sociais que marcaram a Primeira República brasileira.

A moralização dos hábitos da população e o combate às contravenções eram temas de destaque nas páginas do jornal *O Baurú*. Diversas publicações editoriais pediam a atuação do poder de polícia para coibir o “jogo do bicho”. Em um texto extenso, assinado pelo Conde Negro — um pseudônimo frequentemente usado para críticas incisivas ao poder público —, era

¹⁹ Tal prática comum no início do período republicano foi retratada por José Murilo de Carvalho (1998), que denominou esse setor da população alijado das condições de trabalho de “classes perigosas”, a exemplo de carroceiros, floristas, prostitutas, ratoeiros. Duramente reprimidos, resistiam contra as investidas policiais organizando locais de defesa e ataque nos cortiços da cidade.

feito um apelo para que a fiscalização e o encarceramento dos envolvidos prosseguissem na cidade. Conforme relatado na publicação, o subdelegado de Polícia Alberto Gonçalves, após uma operação bem-sucedida, prendeu alguns responsáveis por bancas do jogo que operavam no centro da cidade, na Rua Araújo Leite. Apesar do sucesso da operação, o jornal sugeria que a atuação policial deveria se concentrar na vigilância e perseguição de possíveis banqueiros do “jogo do bicho” que atuavam em espaços públicos, longe das residências particulares.

O combate à vadiagem e a promoção da ética do trabalho entre a população pobre eram realidades em Bauru nas primeiras décadas. Esses discursos moralizadores eram especialmente relevantes para os jornalistas, considerando que um grande contingente populacional chegava à cidade pelos trilhos. Com um tom alarmista, o Conde Negro concluía o texto da seguinte maneira:

Continua o correto Dr. Delegado de polícia na sua campanha saneadora, contra a terrível jogatina, que atualmente é o pior cranco desta cidade e terá os aplausos de todas as pessoas honestas e sensatas. Ao menos veremos diminuído o número dos vagabundos (*O BAURÚ*, 9 de abril de 1911)

Não é possível determinar a real gravidade do “jogo do bicho” para a sociedade de Bauru. No entanto, na mesma edição do jornal de 9 de abril de 1911, outro problema era levado a sério pelos jornalistas: crianças que perturbavam as chamadas telefônicas no centro da cidade. O diretor do jornal *O Baurú* verificou pessoalmente o problema e fez o seguinte comentário:

Empresa Telefônica

Desde quando esta empresa tem passado nas mãos da Companhia da Força e Luz, visto o seu novo empresário snr. Dr. J. J. Cardozo Gomes não ter tempo para pessoalmente para fiscalizar o serviço, tem sido uma lastima.

Abandonado o centro à vontade de crianças um tanto mal-educadas, os assinantes, ou outras pessoas que precisam ocupar os aparelhos, são obrigadas ouvir algumas estúpidas observações, ou sujeitar-se ao desleixo de quem brinca com bonecos, em vez de cuidar de um serviço tão delicado.

Disso tivemos prova ontem à tarde por observações feitas por nosso diretor por um criança da escola mais cedo.

A continuar desta forma, e com semelhante pessoal, é de crer que o snr. Dr. J. J. Cardozo Gomes, que tão boa vontade tem em servir o povo de Bauru, será obrigado a reduzir seu centro em vez de aumentá-lo.

O lugar das crianças é na escola. (*O BAURÚ*, 9 de abril de 1911)

Apesar dos contornos anedóticos e pitorescos do evento, a moralização dos costumes da população, conforme pretendida nas páginas do jornal, era ampla. A abordagem não se restringia apenas aos negociadores das bancas do “jogo do bicho”, mas também às crianças que brincavam na região central da cidade. O que estava em jogo eram as disputas em torno da normatização do uso do espaço público urbano, mediadas por discursos veiculados nos periódicos que estabeleciam as formas adequadas e desejáveis de comportamento da população.

Uma situação semelhante foi observada na pesquisa de Campos (2007) sobre a região de São José do Rio Preto, onde a autora argumenta que a elite social letrada, atuante nos jornais das primeiras décadas republicanas, produzia discursos moralistas e padrões éticos voltados à população, além de reproduzir suas próprias aspirações e visões de sociedade. Segundo as palavras de Campos (2007, p.52)

Com a velocidade característica das cidades e da imprensa, os jornais consolidaram seu papel notável como instrumentos educativos. Alimentando os leitores consistentemente com uma visão particular do mundo, o jornal padronizava o leitor, moldava suas expectativas de leitura e lhe conferia a sensação de fazer parte de um conjunto de valores compartilhados. Dessa forma, ao espelhar os ideais de uma era e de uma localidade, o jornal desempenhava um papel na educação dos cidadãos. Esse processo reforçava a percepção das classes educadas sobre as não educadas, distinguindo entre as que possuem conhecimento e as que carecem dele

Uma das funções públicas exercidas pelo jornal *O Baurú* era divulgar obras realizadas pela prefeitura de Bauru. Frequentemente, reformas públicas e mudanças na legislação municipal eram destacadas nas páginas do periódico. Em meio a elogios ao poder executivo, o jornal também veiculava pedidos de melhorias. Nossa investigação revelou que essas solicitações, embora aparentassem servir ao interesse público, na verdade refletiam as demandas de um grupo social específico da cidade: os comerciantes locais. Isso ficou evidente em uma notícia publicada em 23 de agosto de 1908:

Em tal circunstância, vimos hoje lembra à municipalidade desta cidade a conveniência de desenvolver planos de melhorias nas ruas da Estação, ou Batista de Carvalho ou Antônio Alves, o pequeno trecho da rua 1º de Agosto ou Jorge Tibiriça, compreendido do Largo da Matriz até a rua Araújo Leite.

Nem se compreende que possa ficar sem os melhoramentos precisos este pequeno trecho, pois como é sabido, é esse um ponto de grande e que estabelece comunicação com as duas partes mais populosas da cidade e também muito castigada pela intemperividade das enxurradas no tempo das águas.

Estamos certos que com pequenos sacrifícios esse trecho de umas das principais ruas da cidade ficará em boas condições, mesmo mais estético, agora que dois novos prédios vão ser ali construídos.

A notícia publicada anteriormente acerta ao diagnosticar que as ruas mencionadas fazem parte da região central da cidade, a primeira área de ocupação urbana, frequentemente danificada pelas chuvas. No entanto, o que não é explicitado é que essa região também abriga o comércio local. O quadrilátero formado pelas ruas em questão é composto principalmente por estabelecimentos comerciais, muitos dos quais possuem residências no andar superior.

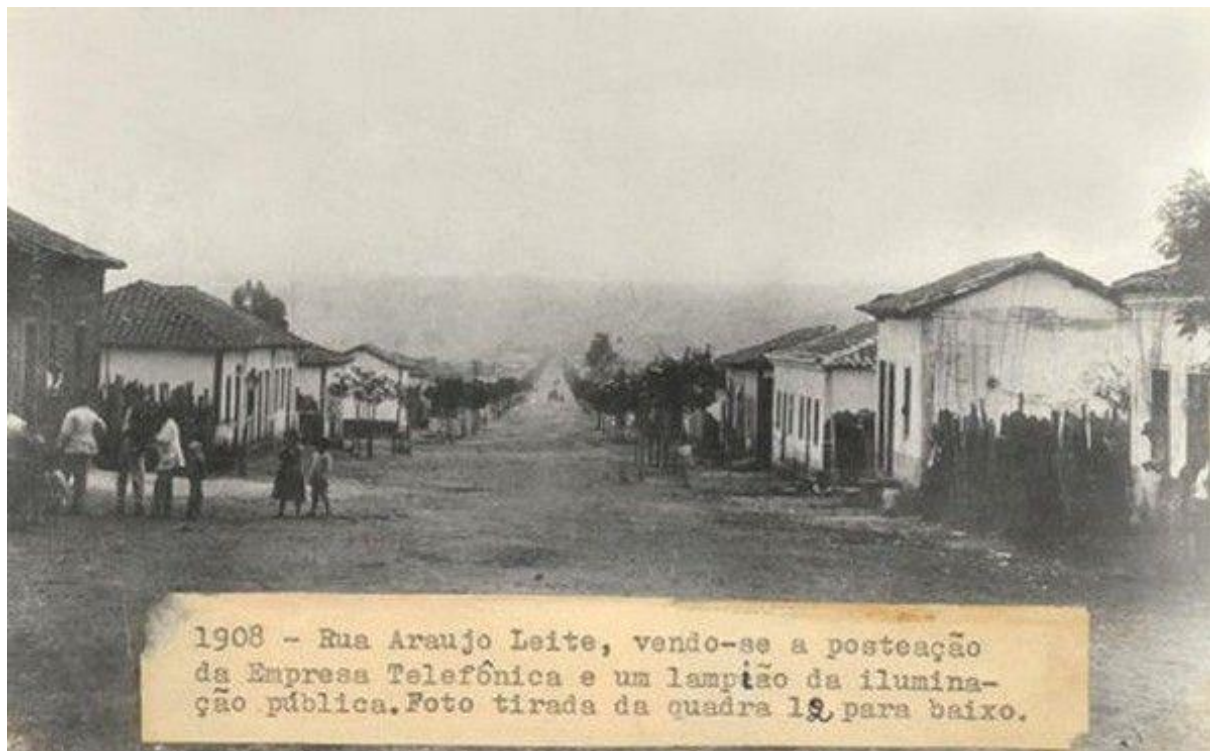
As residências da área eram, em sua maioria, ocupadas pela elite que migrou das fazendas para o município de Bauru. Com o tempo, e devido à saturação da principal via comercial da época, a Rua Araújo Leite, a zona comercial começou a se expandir para a Rua Batista de Carvalho. Sendo uma área central, ela servia como ponto de passagem para a

população, conectando bairros mais distantes que surgiram sem planejamento prévio, impulsionados pela chegada da ferrovia Companhia Paulista e pelos trabalhos da ferrovia Noroeste do Brasil. Assim, apesar da necessidade dos melhoramentos, eles beneficiaram principalmente um grupo restrito de comerciantes.

Segundo Possas (2001), a década de 1910 foi marcada por um forte crescimento populacional e pelos primeiros projetos de urbanização do “sertão paulista”. A região central da cidade ganhou nova vida com a ampliação da Avenida Rodrigues Alves e das ruas adjacentes, que integraram o novo centro comercial à estação ferroviária da NOB. O centro comercial e político, localizado nas ruas Batista de Carvalho e Primeiro de Agosto, era o palco das negociações dos “homens do café” e da política local. Nessa década, houve investimentos em infraestrutura, como água encanada, rede de esgoto, coleta de lixo e energia elétrica, na região central. Nesse período, foram erguidos 472 edifícios no perímetro urbano, além de 2 teatros, 3 bancos, 9 farmácias, 18 açougues e 77 hotéis (GHIRARDELLO, 2002).

As fotografias selecionadas evidenciam as rápidas transformações ocorridas na região central da cidade de Bauru durante o período desta pesquisa:

Fotografia 2 - Rua Araújo Leite, centro de Bauru, 1908



Fotografia 3- Rua Araújo Leite, centro de Bauru, 1910



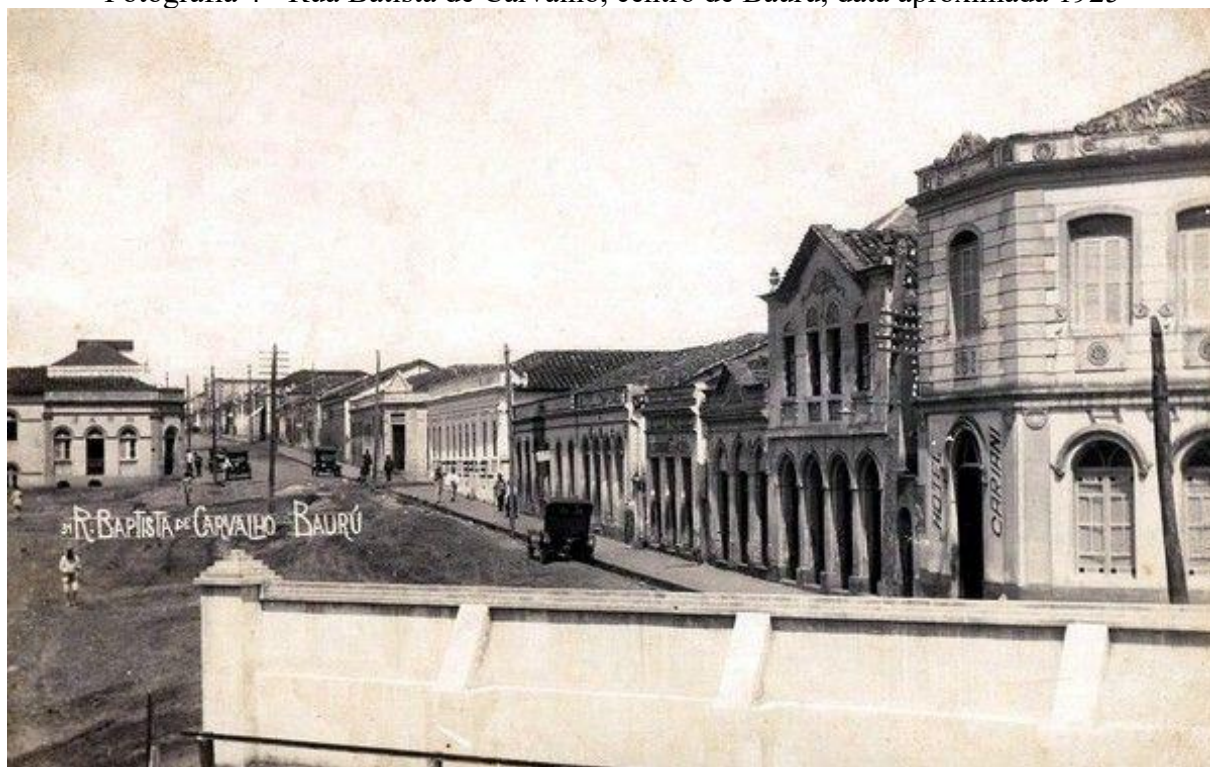
Durante a década de 1910, a Rua Araújo Leite, retratada nas fotografias 1 e 2, constituía a principal via do centro da cidade de Bauru. Como núcleo inicial do desenvolvimento urbano, a rua abrigava residências e estabelecimentos comerciais.

Na primeira fotografia, é possível observar a parte residencial da rua, que, apesar de não ser calçada, já contava com casas de alvenaria. Um detalhe notável, localizado no canto inferior esquerdo da imagem, são as vestimentas das pessoas: trajes sociais brancos para os adultos, acompanhados por uma criança de vestido. Conforme relatos da literatura memorialística sobre Bauru, especialmente de Carlos Fernandes de Paiva (1975), e conforme evidenciado pela primeira fotografia, a Rua Araújo Leite era habitada por segmentos da elite social bauruense, que tiveram papel ativo no processo de emancipação política do município.

Na segunda fotografia, destaca-se a parte comercial da rua, com ênfase na “Pharmacia Alliança” e em um carro-de-bois. Essa imagem mostra o contraste entre o antigo e o novo, entre a tradição rural e a modernidade urbana, que conviviam na cidade de Bauru.

Na fotografia 3, observamos a Rua Batista de Carvalho no final da década de 1920, que na época era o principal centro comercial de Bauru. Situada entre a estação ferroviária Noroeste do Brasil e a área que abrange a Praça Rui Barbosa e o largo da Catedral Matriz de Bauru, Divino Espírito Santo, essa rua recebeu investimentos públicos significativos e tornou-se a região mais valorizada da cidade no período mencionado. As demandas dos segmentos da elite comercial, amplamente divulgadas nos jornais e junto ao poder legislativo, parecem ter influenciado os investimentos urbanos na Rua Batista de Carvalho. A fotografia 3 destaca a qualidade das construções, com edifícios de dois andares e a presença de alguns automóveis, evidenciando o progresso e a modernização da área.

Fotografia 4 - Rua Batista de Carvalho, centro de Bauru, data aproximada 1925



A mudança do centro comercial de Bauru para a Rua Araújo Leite foi documentada no livro de memórias de Carlos Fernandes de Paiva (1975). Segundo o autor, a cidade passou a ser dividida em duas zonas de ocupação simbólica: os moradores do “Bauru novo” e do “Bauru velho”. Além dos aspectos simbólicos, a influência da ferrovia Noroeste do Brasil, associada ao “novo” e à modernidade, também refletia a consolidação da elite comercial e da elite do funcionalismo público na cidade, especialmente nas proximidades da Rua Batista de Carvalho. Em contraste, a elite de origem agrária, que prosperou durante o processo de expansão das “frentes pioneiras”, mantinha algumas atividades comerciais secundárias no núcleo inicial de povoamento do município, localizado na Rua Araújo Leite. Nas palavras de Carlos Fernandes de Paiva (1975, p.58):

As ruas Batista de Carvalho e 1º de Agosto já traziam suas confluências ao pátio onde se havia iniciada a construção da ferrovia da N.O.B. dando motivo a serem erguidos aos lados de ambos, prédios para moradia e comércio, povoando esta parte, deixando a da rua Araújo Leite para trás. No dizer dos habitantes daquela época, ainda vivos, a cidade dividia-se em duas partes distintas designadas: a da rua Araújo Leite, de “Bauru velho”, e as das proximidades da estação, a de “Bauru novo”.

A rua Batista de Carvalho, como símbolo do progresso e do desenvolvimento urbano de Bauru, foi imortalizada nos versos do poeta Rodrigues de Abreu, que passou seus últimos anos na cidade. Sua obra poética reflete a transformação da cidade e a esperança depositada no crescimento e na modernização:

Rua Batista de Carvalho!
 o sol da manhã incendia ferozmente
 a gasolina que existe na alma dos homens
 Febre...negócios...cartórios...fazendas...café...
 mil forasteiros chegaram com os trens da manhã,
 e vão, de passagem, tocados da pressa,
 para o El-Dorado real da zona noroeste!
 (A Sala dos Passos Perdidos, 1924)

Rodrigues de Abreu, poeta jovem e tuberculoso, marcado por amores não correspondidos, sem uma ocupação fixa e enfrentando instabilidade financeira, era um representante típico da juventude ligada ao modernismo literário brasileiro. Em seus versos, ele foi incisivo ao retratar a modernidade da Rua Batista de Carvalho.

As representações promovidas pela elite letrada da época estavam presentes: o ritmo acelerado das transformações urbanas, a febril atividade comercial, a região povoada por forasteiros, o trem e as promessas de prosperidade. Essas representações, mais do que refletir a realidade concreta de uma rua tranquila com pouca infraestrutura urbana, eram discursos poderosos que, de certa forma, foram ecoados nas páginas da imprensa local. Em nome do progresso material, da modernidade almejada e da grandeza do município, editoriais e leitores clamavam por investimentos públicos em Bauru.

No mesmo poema, nas estrofes finais, o poeta, alinhado com a modernidade dos costumes e experiências das capitais do sudeste brasileiro, evoca sensações semelhantes às vivenciadas em Bauru, servindo mais como um recurso literário do que como um retrato do cotidiano:

Por isso, cidade moderna, a minha tristeza de tuberculoso,
 contaminada da doença da tua alegria
 morreu enforcada nos galhos sem folhas
 das tuas raras árvores solitárias...
 Eu já tomei cocaína em teus bairros baixos,
 onde há Milonguitas de pálpebras murchas
 e de olhos brilhantes!
 (A Sala dos Passos Perdidos, 1924)

Fotografia 5 - Rua Araújo Leite, centro de Bauru, em 1925



Na comparação das mencionadas ruas, Araújo Leite e Batista de Carvalho, conforme ilustrado na fotografia 4, ambas registradas no mesmo período, torna-se evidente a distinção dos usos e dos símbolos associados a cada uma delas.

Em relação às edificações e à qualidade dos equipamentos urbanos, as fotografias 3 e 4 apresentam semelhanças. Elementos como a fiação elétrica, os automóveis, o calçamento, as duas vias da rua, as residências de dois andares e o padrão arquitetônico evidenciado nas imagens contribuem para dimensionar a rapidez e o impacto das transformações urbanas pelas quais a cidade passava. O que diferencia as fotografias 3 e 4 é o aspecto simbólico e o uso comercial de cada via, mais do que a qualidade dos equipamentos urbanos. Enquanto a Batista de Carvalho representava o símbolo do progresso e da modernidade, sendo o centro do comércio e da vida urbana interiorana, a Araújo Leite continuou seu desenvolvimento como o local que abrigava as residências da elite de Bauru.

A seletividade dos investimentos públicos em Bauru foi, em parte, condicionada pelas demandas de um grupo social seletivo. Com o desenvolvimento urbano e a diversificação do comércio local, setores consolidados desse grupo, caracterizados por uma burguesia comercial, começaram a pressionar por maiores investimentos municipais. Essa pressão era exercida tanto nas páginas dos jornais quanto por meio de petições enviadas à Câmara de Vereadores, buscando acelerar os investimentos na cidade.

Na década de 1920, as demandas sociais e culturais dos setores comerciais ganharam maior visibilidade. O poder executivo, por meio de licitações, buscou a construção de escolas públicas e regulamentou a instalação de escolas privadas ligadas a ordens religiosas. A inauguração do Teatro São Paulo em 1922, os projetos para a construção do mercado municipal e do prédio do Fórum Municipal, bem como a inauguração do hospital Beneficência Portuguesa em 1925, são exemplos da transformação urbana de Bauru que visava atender aos interesses de um grupo social seletivo.

No final da década de 1910, a segregação urbana de Bauru tornou-se claramente definida. Os usos do espaço público sofreram um processo de diferenciação crescente. A região comercial foi estabelecida ao redor da sede da Noroeste do Brasil, enquanto a área residencial da elite localizava-se nas proximidades da Praça Matriz. Nesse contexto, as primeiras colônias para trabalhadores da Ferrovia Paulista foram instaladas perto das oficinas de locomotivas da companhia.

A consolidação da sede da Noroeste do Brasil impulsionou a criação de bairros e vilas para acomodar o número crescente de trabalhadores ferroviários e atividades correlatas. Esses bairros, situados em regiões de difícil acesso e fora do perímetro urbano central, receberam os primeiros projetos urbanísticos durante esse período, os quais foram concretizados na década de 1930.

Abaixo uma fotografia da colônia de trabalhadores da Companhia Ferroviária Paulista:

Fotografia 6 – Casas da Colônia de trabalhadores da Cia. Paulista, 1920



As moradias destinadas aos trabalhadores foram erguidas nas imediações das oficinas ferroviárias. Conforme evidenciado na fotografia 5, é notável o padrão das residências construídas com alvenaria. Contudo, o que salta aos olhos é a íntima proximidade dessas casas em relação aos trilhos da ferrovia. A solidez das construções contrasta fortemente com o intenso tráfego de trens. Sem dúvida, essa região não se destacava como uma das mais propícias ou valorizadas para o estabelecimento residencial em Bauru. A proximidade com os trilhos não só aumentava o risco de acidentes, mas, sobretudo, o ruído constante das locomotivas era um elemento perturbador que afetava o descanso dos trabalhadores e de suas famílias.

As intensas transformações urbanas em Bauru, decorrentes da construção da ferrovia Noroeste do Brasil, trouxeram consigo um aumento da tensão e da violência contra os grupos indígenas da região. O crescimento populacional levou a confrontos diretos entre trabalhadores e indígenas, situações essas frequentemente relatadas nos jornais locais. Esses relatos são um lembrete sombrio de que o progresso muitas vezes veio à custa de grandes sofrimentos para as populações nativas, cujas vozes e direitos foram frequentemente ignorados ou suprimidos.

O trecho destacado (abaixo) revela um episódio sombrio da história de Bauru durante a construção da ferrovia Noroeste do Brasil em 1908. Os conflitos entre trabalhadores e grupos indígenas eram uma realidade nas proximidades dos acampamentos dos trabalhadores. O relato de um grupo de trabalhadores portugueses atacados enquanto assentavam dormentes é trágico, com a perda de vidas e desaparecimentos resultantes do confronto. A descrição do informante anônimo sobre a incapacidade de defesa dos trabalhadores, apesar de estarem armados, ilustra a intensidade e a surpresa do ataque. Segundo o informante anônimo, apesar do armamento dos trabalhadores, “a sanha feroz dos índios, que diante do furor dos atacantes, seria impossível qualquer defesa, relatando nos ainda que apesar de todos os trabalhadores se acharem munidos de boas armas de fogo, nenhum, porém conseguira fazer uso delas”.

Os relatórios da Noroeste do Brasil mostram que a direção da ferrovia sabia dos riscos e conflitos que os trabalhadores enfrentavam. Esses eventos já eram recorrentes na região desde a chegada dos primeiros cafeicultores, ainda no século XIX. Porém, segundo Ribeiro (1997), a estrada de ferro noroeste intensificou e sistematizou o extermínio indígena. Com mais recursos financeiros, logísticos e com a contratação de especialistas em combater grupos indígenas, a ferrovia eliminou qualquer resistência indígena. De acordo com Ribeiro (1977, p.104):

As maiores batidas realizadas em 1908, 1909 e 1910 foram financiadas, principalmente pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, utilizando trabalhadores da construção por ela armados e municiados e entregues à orientação dos referidos especialistas. Toda uma técnica fora desenvolvida para as chacinas.

Fotografia 7 - Jornal *O Bauri*, 16 de agosto de 1908.

Petêcada...

A esta terra regressel
Suppondo fazer *sucesso*.
Pois agôra me arrependo
Sô por causa do *processo*.

ZUZA

do o "Vermiol Rio" pois
acabo de ver o effeito pro-
duzido pelo dito medica-
mento em duas creanças de
meu conhecimento, nesta
cidade, vou delle fazer uso
para minha familia.

Acho conveniente que
V. S. faça propaganda do
referido medicamento nesta
zona, onde sera muito pro-
curado, etc.

Assalto de indios

2 mortes—2 desappa-
recimentos — mutila-
ção das victimas—fal-
ta de cautela.

Deu-se no dia 27 do mês
p. passado, no avançamen-
to da construcção da estra-
da de ferro Noroeste do
Brasil, com séda nesta ci-
dade, na altura do kilome-
tro 259 da citada linha, uma
erapção de indios selvagens
que, como sempre têm acon-
tecido, atacaram uma tur-
ma de tiradores de dor-
mentes, composta de 10
trabalhadores portugêses.

Eram pouco mais de 3
horas da tarde do referido
dia, quando inopinadamen-
te os ditos trabalhadores vi-
ram-se acercados por um
magote numeroso de selva-
gens que os atacou barba-
ramente a faca (cacete) e
a flechadas.

Disse-nos o nosso infor-
mante, um dos individuos
atacados e que conseguiu
escapar á sanha feroz dos
indios, que diante do furor
dos atacantes, seria impos-
sível qualquer defesa; re-
latando nos ainda que ape-
zar de todos os trabalha-
dores se acharem muni-
dos de boas armas de fo-
go, nenhum, porém, con-
seguiu fazer uso della.

Estabelecida a lucta vie-
ram a perecer dois traba-
lhadores, um de nome João
Branco e outro Miguel de
tal, este recentemente che-
gado da Europa.

Estes individuos foram
encontrados com os corpos
mutilados, tendo tambem
desapparecido dous outros
que faziam parte da turma.

Chegado ao conhacimen-
to do grande pessoal occu-
pada na construcção da li-
nha este lamentavel facto,
imediatamente foi provi-

denciado para a remoção
dos referidos mortos.

Era um espectáculo hor-
rível o estado em que se
achavam as victimas do
brutal ataque; cabeças des-
cepidas, braços, pernas,
ventros rasgados—tudo in-
dicando o furor cannibalesco
do selvagem.

E' este mais um novo
ataque pelos indios e admi-
ra como as pessoas que ar-
rostam o perigo de traba-
lhar em logares assim peri-
gosos, não tomem as preci-
sas cautela.

VISITA

Domingo ultimo, o nos-
so sympathico amigo tenen-
te Javoleno Vaz, talentoso
director da esplendida cor-
poração musical da vizinha
cidade de Agudos, que aqui
estava a serviço com a re-
ferida corporação, ás 4 ho-
ras da tarde, deu-nos a
grata surpresa de visitár-
nos em o nosso novo habi-
tat.

Ao som alacre de um do-
brado denominado «O São
Paulo dos Agudos», aquella
corporação deu entrada em
o nosso escriptorio. Rece-
bemol-a com effusiva saui-
fação, e após a execução
de esplendidas musicas, o
nosso director offereceu a
Javoleno Vaz e aos seus
dignos companheiros, um
delicioso copo de Bohemia.

Por essa occasião, num
bellissimo improviso, o dis-
tincto professor José de Ari-
mathén Machado, saudou a
nossa filha, saudação essa
que, numa bem elaborada
oração, foi respondida pelo
nosso director sr. Domicia-
no Silva.

Seguidamente trocaram-
se outros brindes, falando
o sr. Arimathén, o nosso
auxiliar sr. A. Mesquita e
Javoleno Vaz, agradecendo.

Terminando esta noticia,
repetimos os nossos agra-
decimentos ao maestro Ja-
voleno Vaz, e a todos aquel-
les que nos felicitaram pela
nossa nova installação.

VACCINA

Estando graçando a epe-
demia da variola em algu-
mas localidades do nosso
Estado, e como o meio pre-
conisado para evitar o ter-
rível mal é o emprego da
vaccina; é de bom aviso
que todas as pessoas ainda
não vaccinadas procurem a
vaccina como o melhor meio
de escapar ao contagio des-
sa doença.

Sabemos que o sr. Pro-
teitor Municipal, já requisit-
ou da Directoria do Servi-
ço Sanitário do Estado, a
remessa de tubos de vacci-

A dinâmica entre trabalhadores nacionais e imigrantes não foi amistosa em Bauru. Com questões que envolviam disputas por postos de trabalho precarizados, mas também de conteúdo xenófobo, muitas dessas relações interpessoais conflituosas foram registradas nos inquéritos policiais instaurados na Comarca de Bauru. Um número significativo desses casos, principalmente os que envolviam lesão corporal grave e os crimes de sangue, faziam parte do sistema de justiça local. Na dinâmica interna de desenvolvimento dos autos policiais, a nacionalidade dos envolvidos era um dos fatores que influenciavam o desfecho.

Os trabalhadores imigrantes, em alguns casos, não aceitaram a autoridade policial brasileira e como estratégia acionavam os consulados dos seus respectivos países, assim como tradutores para prestarem depoimentos na delegacia de polícia. Na prática, essa estratégia paralisava as investigações. Muitos autos que consultamos foram arquivados, pois os envolvidos não foram mais encontrados na região de Bauru.

No primeiro plano discursivo, o trecho destacado ressaltou a relativa superioridade dos indígenas frente aos trabalhadores armados conquistada pela extrema violência do ataque. Ao reproduzir e reafirmar a representação bastante comum no período, o jornal associou a violência do ataque a um desdobramento do comportamento selvagem indígena.

Como estratégia para desqualificar qualquer civilidade dos indígenas e valores humanos mínimos, as linhas finais da notícia descrevem a brutalidade do ataque: cabeça e membros decapitados. Além disso, como uma representação bastante negativa sobre as populações indígenas, associam o desmembramento dos corpos ao canibalismo.

Independentemente da veracidade do relato e das dificuldades práticas que envolveriam o desmembramento de partes do corpo humano, notícias com esse teor eram poderosos discursos que justificavam e legitimavam o extermínio dos grupos indígenas que habitavam as regiões interioranas do Estado de São Paulo, para um grupo mais amplo da população.

Fotografia 8- Jornal O Bauri, 7 de janeiro de 1912

PAULO | **BAURU**, 7 de JANEIRO de 1912 | BRA

com os espectadores e com os
fazedores de discursos, deixando de
lado e abandonando os que sinceros
e calmos, modestos na sua acção,
perseverantes e criteriosos, não
procuram fazer fogos de vista nem
fogo de artifício. A todos porém
com maioria de razão aos instruí-
dos, compete não se deixar levar
pelo movimento inconscientes de
multidões arrastadas pelos grita-
dores, porque dotado de um jul-
gamento mais exacto das coisas e
dos homens, não lhes ficaria bem
permanecer sem reacção numa inac-
tividade criminosa. E' pelo afusta-
mento lento das pessoas bem inten-
cionadas que a politica entre nós
vai tomando os foros e a fama
que possui, caminhando para um
desenlace que não se pode prever
com certeza mas que certamente
não será nem o da ordem, nem o
da prosperidade nem o da felicida-
de. Reunam-se os homens de acção
congreguem-se num esforço com-
mum e nós veremos os homens de
gesto os discursadores e os gesticu-
ladores abandonados e entregues
a si proprio num vazio por elles
mesmos criado.

OS COROADOS

Um telegramma do dia 29 do
mez findo do sr. Manoel Miranda,
sob director da protecção aos in-
dianezes do Estado, ao sr. Rodolpho Mi-
randa, contava o primeiro encontro
dos catechizadores com os indios,
nas proximidades do Rio Feio.

O primeiro indio que encontra-
ram fugiu; mais adiante encontra-
ram 3; estes, porém, para sauda-
rem o primeiro encontro, com suas
flechas atiraram contra os visitan-
tes, ferindo um interprete da com-
missão, e desapareceram na mata.

Diz o sr. M. Miranda que, os
innocentes indios chamados pelos
seus parentes da commissão, che-
garam na beira da mata e conver-
saram com elles, pedindo-lhes co-
bertores, machados etc.

A conversa produziu tão bom re-
sultado, que dois dias depois, os
coroados atiraram contra uma pa-
trulha de soldados, que do acam-
pamento dirigia-se para H. Legrú,
ferindo gravemente nas costas um
dos desgraçados militares.

Certamente, vendo as fardas, jul-
garam que fossem estrangeiros.

Foi a primeira vez que se con-
versou com os coroados das matas
da Noroeste, porém ficou bem gra-
vada a saudosa lembrança das suas
doce palavras.

Bem dizia um certo cidadão, den-
tro de um hotel desta cidade, que,
enquanto a commissão terrorizada
pela bella recepção, procura arru-
mar a trouxa e metter-se ao fresco,

não esquece a hypocrisia de passar
telegrammas phantásticos, afim de
illudir a si proprio, e fazer ver que
o desperdício do rico arame dá di-
reito a dizer alguma coisa.

E desta forma os coroados rece-
bem armas da protecção para com
ellas matar os protectores e os des-
graçados trabalhadores d'aquellas
paragens.

Casa de Misericordia

Continuação da subscrição á
beneficio da casa de Misericordia.
Quantia publicada rs. 7.477\$000

Dr. Rodrigo Romeiro	200\$000
Carlos C. Nogueira	100\$000
Levino Pacheco	100\$000
João Abrunhos	100\$000
Augusto Brites	50\$000
Dr. Pereira da Silva	50\$000
José Ferrero Regis	50\$000
Em. Carlos A. de Araujo	5\$000
José Cara	20\$000
Cel. Antonio Rebouças	20\$000
Henrique Savi	20\$000

Continuação da lista de
Pernambuco.

Pedro Olsen	20\$000
Antonio Bento	20\$000
Josquin de Camargo	2\$000
Christovão Sanchez	5\$000
João Paulo	2\$000
Joylor Hungães	5\$000
Antonio José	1\$000
Antonio Gões	2\$000
Celestino da Silva	2\$000
Joaquim Oliva	2\$000
Fabricio da Costa	1\$000
Fernando Ribeiro	5\$000
João Dutra	5\$000
João Jamaite	5\$000
Herculano José	5\$000
Antonio Romão	5\$000
Saneto Gatto	5\$000
José Ferreira Netto	2\$000

Productos da festa do
Circulo Socialista In-
ternacional

Somma Rs.	221\$00
	8.530\$00

Balancete da festa pro Casa de Misericordia

Promovida pelo Circulo Socialista
Internacional de Bauru

Entradas

Talões de tombola vendidas a 1\$000	628\$000
Talões de tombola vendidas a leilão	22\$000
	650\$000

Sahidas

Pago a typographia dos talões de tombola	27\$000
Pago de um telegramma em S. Paulo resposta para	2\$800
Pago de armazenagem dos talões	\$600
Pago, papel e envelopes	\$200

Fotografia 9 - Jornal O Baurú, 7 de janeiro de 1912

PAULO | **BAURÚ**, 7 de JANEIRO de 1912 | BRA

com os espectadores e com os
fazedores de discursos, deixando de
lado e abandonando os que sinceros
e calmos, modestos na sua acção,
perseverantes e criteriosos, não
procuram fazer fogos de vista nem
fogo de artifício. A todos porém
com maioria de razão aos instruí-
dos, compete não se deixar levar
pelo movimento inconscientes de
multidões arrastadas pelos grita-
dores, porque dotado de um jul-
gamento mais exacto das coisas e
dos homens, não lhes ficaria bem
permanecer sem reacção numa inac-
tividade criminosa. E' pelo afusta-
mento lento das pessoas bem inten-
cionadas que a politica entre nós
vai tomando os foros e a fama
que possui, caminhando para um
desenlace que não se pode prever
com presteza mas que certamente
não será nem o da ordem, nem o
da prosperidade nem o da felicida-
de. Reunam-se os homens de acção
congreguem-se num esforço comu-
mum e nós veremos os homens de
gesto os discursadores e os gesticu-
ladores abandonados e entregues
a si proprio num vazio por elles
mesmos criado.

OS COROADOS

Um telegramma do dia 29 do
mez findo do sr. Manoel Miranda,
sob director da protecção aos in-
dianezes do Estado, ao sr. Rodolpho Mi-
randa, contava o primeiro encontro
dos catechizadores com os indios
nas proximidades do Rio Feio.

O primeiro indio que encontra-
ram fugiu; mais adiante encontra-
ram 3; estes, porém, para sauda-
rem o primeiro encontro, com suas
flechas atiraram contra os visitan-
tes, ferindo um interprete da com-
missão, e desapareceram na mata.

Diz o sr. M. Miranda que, os
innocentes indios chamados pelos
seus parentes da commissão, che-
garam na beira da mata e conver-
saram com elles, pedindo-lhes co-
bertores, machados etc.

A conversa produziu tão bom re-
sultado, que dois dias depois, os
coroados atiraram contra uma pa-
trulha de soldados, que do acam-
pamento dirigia-se para H. Legrú,
ferindo gravemente nas costas um
dos desgraçados militares.

Certamente, vendo as fardas, jul-
garam que fossem estrangeiros.

Foi a primeira vez que se con-
versou com os coroados das matas
da Noroeste, porém ficou bem gra-
vada a saudosa lembrança das suas
doce palavras.

Bem dizia um certo cidadão, den-
tro de um hotel desta cidade, que,
enquanto a commissão terrorizada
pela bella recepção, procura arru-
mar a trouxa e metter-se ao fresco,

não esquece a hypocrisia de passar
telegrammas phantásticos, afim de
illudir a si proprio, e fazer ver que
o desperdício do rico arame dá di-
reito a dizer alguma coisa.

E desta forma os coroados rece-
bem armas da protecção para com
ellas matar os protectores e os des-
graçados trabalhadores d'aquellas
paragens.

Casa de Misericordia

Continuação da subscrição á
beneficio da casa de Misericordia.
Quantia publicada rs. 7.477\$000

Dr. Rodrigo Romeiro	200\$000
Carlos C. Nogueira	100\$000
Levino Pacheco	100\$000
João Abrunhos	100\$000
Augusto Brites	50\$000
Dr. Pereira da Silva	50\$000
José Ferrero Regis	50\$000
Em. Carlos A. de Araujo	5\$000
José Cara	20\$000
Cel. Antonio Rebouças	20\$000
Henrique Savi	20\$000

Continuação da lista de
Pernambuco.

Pedro Olsen	20\$000
Antonio Bento	20\$000
Josquin de Camargo	2\$000
Christovão Sanchez	5\$000
João Paulo	2\$000
Joylor Hungáes	5\$000
Antonio José	1\$000
Antonio Gões	2\$000
Celestino da Silva	2\$000
Joaquim Oliva	2\$000
Fabricio da Costa	1\$000
Fernando Ribeiro	5\$000
João Dutra	5\$000
João Jamaite	5\$000
Herculano José	5\$000
Antonio Romão	5\$000
Saneto Gatto	5\$000
José Ferreira Netto	2\$000

Productos da festa do
Circulo Socialista In-
ternacional

Somma Rs.	221\$00
	8.530\$00

Balancete da festa pro Casa de Misericordia

Promovida pelo Circulo Socialista
Internacional de Baurú

Entradas

Talões de tombola vendidas a 1\$000	628\$000
Talões de tombola vendidas a leilão	22\$000
	650\$000

Sahidas

Pago a typographia dos talões de tombola	27\$000
Pago de um telegramma em S. Paulo resposta para	2\$800
Pago de armazenagem dos talões	\$600
Pago, papel e envelopes	\$200

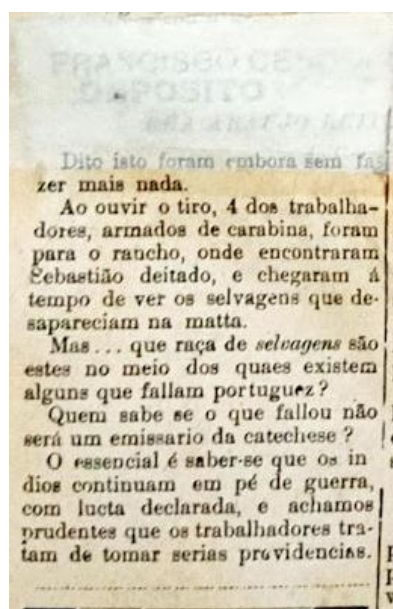
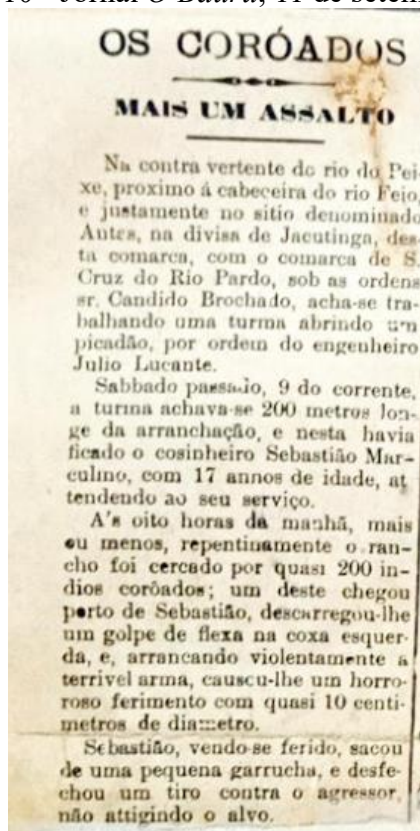
O trecho selecionado acima é diferente das recorrentes notificações sobre conflitos de trabalhadores com indígenas presentes nas páginas do jornal *O Baurú*. Apesar de colocar em segundo plano um ataque promovido pelos indígenas aos “soldados militares” e manter a visão maniqueísta sobre os conflitos na região, o texto organizou sua argumentação em torno da crítica acerca da atuação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais na região de Bauru.

Esse órgão criado em 1910 e vinculado ao Ministério da Agricultura e Comércio (1906) foi uma das tentativas de aumentar o contingente de trabalhadores nas regiões de expansão da fronteira agrícola paulista e na construção das ferrovias paulistas. Mediante processo de catequese e pela incorporação forçada dos indígenas ao mundo do trabalho, militares, padres e alguns pesquisadores indigenistas atuaram como auxiliares do processo de expansão agrícola e ferroviária do Estado de São Paulo. Nesse período, os aldeamentos indígenas, diante da especulação fundiária nas terras da “frente pioneira”, não eram uma alternativa viável economicamente e foram negligenciados pelo Governo Federal.

De acordo com Sônia Regina Mendonça (1997), o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais, sem atingir os objetivos iniciais propostos, foi uma estratégia complementar ao processo de genocídio da população indígena paulista. Com forte respaldo da intelectualidade política e letrada, por promover “métodos civilizados”, o órgão atuou no plano simbólico e discursivo em um mesmo processo histórico caracterizado pela violência sistematizada contra os grupos indígenas.

No entendimento do autor da notícia, a estratégia promovida pelo Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais foi contraproducente. Porém, em tom de ironia, o texto relata que: “Diz o sr. Miranda que, os inocentes índios chamados pelos seus parentes da comissão, chegaram à beira da mata e conversaram com eles, pedindo-lhes cobertores, machados e etc.”.

Ao lado da visão arraigada e ressignificada da prática do escambo como uma estratégia de contato com os grupos indígenas, o autor da notícia, incrédulo do sucesso da comissão, prossegue com o relato e notifica que dois dias após os contatos com os indígenas, novos ataques ocorreram contra militares. No parágrafo posterior, a desqualificação dos envolvidos prossegue, ao relatar que diante dos ataques “[...] a comissão aterrorizada pela bela recepção, procurou arrumar à trouxa e meter-se ao fresco, não esquecendo a hipocrisia de passar telegramas fantásticos, a fim de iludir a si próprio, e fazer ver que o desperdício de rico arame dá direito a dizer alguma coisa.”.

Fotografia 10 - Jornal *O Baurú*, 11 de setembro de 1911

A dinâmica de conflito e combate aos grupos indígenas, de acordo com o texto selecionado, parece ser a única alternativa viável na região de Bauru. No entanto, o autor faz a última crítica ao fato de os indígenas Coroados “[...] receberem armas de proteção para com elas matar os protetores e os desgraçados trabalhadores d’aquelas paragens.”. Ao levar ao limite

o discurso do jornal *O Baurú*, é razoável argumentar que os conflitos deveriam continuar na região de Bauru, mas agora com elementos dificultadores, uma vez que os indígenas foram armados.

A última notícia selecionada da documentação, localizada acima, sintetiza o processo conflituoso entre as populações nativas e os trabalhadores estabelecidos nas regiões de construção da ferrovia Noroeste do Brasil. O ataque iniciado pelos indígenas, o ferimento grave de um trabalhador, a fuga e sagacidade dos nativos após o ataque, o “pé de guerra com luta declarada” promovido pelos indígenas e a representação do selvagem bárbaro e violento são os principais aspectos abordados pelo texto.

O tom de ironia e descredito acerca da catequese e a aparente contradição do domínio da língua portuguesa pelos nativos fazem parte dos elementos que contribuíram para a formulação de um amplo e difuso discurso positivo, presentes nas páginas do jornal, sobre o processo de extermínio dos grupos indígenas para a efetivação da modernidade e do progresso material proporcionado pela ferrovia Noroeste do Brasil.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sol nasce e ilumina as pedras evoluídas
 Que cresceram com a força de pedreiros suicidas
 Cavaleiros circulam vigiando as pessoas
 Não importa se são ruins, nem importa se são boas
 E a cidade se apresenta centro das ambições
 Para mendigos ou ricos e outras armações
 Coletivos, automóveis, motos e metrô
 Trabalhadores, patrões, policiais, camelôs
 A cidade não para, a cidade só cresce
 O de cima sobe e o de baixo desce
 A cidade não para, a cidade só cresce
 O de cima sobe e o de baixo desce

A cidade se encontra prostituída
 Por aqueles que a usaram em busca de saída
 Ilusora de pessoas de outros lugares
 A cidade e sua fama vai além dos mares

(*A Cidade*, Chico Science & Nação Zumbi)

O momento de redigir as considerações finais deste trabalho me envolve em apreensões, inseguranças e incertezas diante da pesquisa realizada. Simultaneamente, representa a oportunidade de resgatar a memória do meu trajeto formativo no ensino superior em Ciências Sociais. No distante ano de 2003, ingressei na graduação em Ciências Sociais, no campus da Unesp de Marília, em um curso superior que desconhecia. O meu otimismo era palpável ao ingressar na universidade pública e acompanhava as expectativas de transformações da sociedade brasileira por segmentos da população, representados, ainda que simbolicamente, pelo início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A conjuntura histórica era favorável e os anos de graduação transcorreram sem maiores contratempos.

No período de 2003 a 2007, algumas potencialidades de um governo de coalizão se materializaram, pelo menos, na universidade pública. Os investimentos no ensino superior foram refletidos no cotidiano pelo aumento de bolsas de iniciação científica. Em 2004, iniciei minha formação como pesquisador, como bolsista de um projeto CNPq-PIBIC²⁰ liderado pela professora e historiadora Lídia Maria Vianna Possas. Foi o meu primeiro contato com a problemática de Bauru como tema de pesquisa. Durante esses anos iniciais de formação, realizei pesquisas constantemente em arquivos públicos da cidade, que na época continham documentação do sistema de justiça e algumas fotografias.

²⁰ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica.

Ao final desse processo de iniciação científica, produzi um estudo monográfico como requisito para a conclusão do bacharelado em Ciências Sociais e um projeto de pesquisa que possibilitou meu ingresso no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp de Marília. Ainda sob a orientação da professora e pesquisadora Lúcia Possas, realizei um trabalho de pesquisa sobre as questões que envolviam a violência de gênero na cidade de Bauru durante a Primeira República, por meio da análise dos inquéritos policiais instaurados na Comarca sobre “crimes de defloramento”.

A conjuntura histórica não era de otimismo, e a realidade de um governo de coalizão mostrava seus limites. As expectativas de transformações sociais não se concretizaram em sua plenitude. O projeto econômico e político, em linhas gerais, implementado nos dois governos de Lula fragilizou o início da gestão da presidenta Dilma Rousseff. O resultado desse processo histórico é conhecido: um golpe de Estado promovido pelo legislativo federal e corroborado pelo judiciário.

Após um rigoroso processo de iniciação científica, desenvolvi um estudo monográfico, que foi um requisito essencial para a conclusão do meu bacharelado em Ciências Sociais. Além disso, elaborei um projeto de pesquisa que me permitiu ingressar no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp de Marília. Ainda sob a orientação da professora e pesquisadora Lúcia Possas, conduzi uma pesquisa aprofundada sobre as questões relacionadas à violência de gênero na cidade de Bauru durante a Primeira República. Essa pesquisa foi realizada por meio da análise metódica dos inquéritos policiais instaurados na Comarca sobre os chamados “crimes de defloramento”.

A conjuntura histórica da época não inspirava otimismo, e a realidade de um governo de coalizão revelava suas limitações. As esperanças de transformações sociais profundas não se materializaram completamente. O projeto econômico e político, de maneira geral, implementado durante os dois mandatos do presidente Lula, enfraqueceu o início do governo da presidenta Dilma Rousseff. O desfecho desse processo histórico é amplamente conhecido: um golpe de Estado, orquestrado pelo legislativo federal e endossado pelo judiciário.

A conclusão da minha dissertação de mestrado coincidiu com o governo de Dilma Rousseff, um período que foi marcado por cortes orçamentários significativos nas universidades públicas e uma redução acentuada nas bolsas de estudo. Como resultado, minha transição para o doutorado em Ciências Sociais não foi imediata.

Durante esse tempo, o programa de pós-graduação em Marília estava se adaptando aos padrões de produtividade acadêmica estabelecidos pelas agências reguladoras e de fomento,

CAPES²¹ e CNPq. Foi um período de grande instabilidade para professores, estudantes e funcionários das universidades públicas. Enquanto aguardava meu ingresso regular no programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, assumi o emprego como professor de sociologia em escolas públicas estaduais na cidade de Marília.

Em 2015, tive a oportunidade de participar como professor-supervisor de sociologia no projeto PIBID, sob a orientação e supervisão do professor e pesquisador Marcelo Augusto Totti. Foi um período estimulante e desafiador, durante o qual nos dedicamos ao ensino público e ao desenvolvimento de estratégias de aprendizagem para os estudantes, apesar das condições precárias das escolas estaduais de Marília. Além disso, essa experiência proporcionou a oportunidade de fortalecer laços e afinidades acadêmicas com o professor Totti.

No final de 2018, depois de participar do projeto CNPq-PIBID²² por três anos, ingressei no doutorado junto ao programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Unesp de Marília. Para minha surpresa, recebi a orientação do Marcelo Totti, cujas problemáticas de pesquisa eram diferentes das minhas até então. Como relatei na “Introdução” deste trabalho, enfrentei diversas dificuldades em um contexto histórico desfavorável. Um governo com pautas de extrema-direita começou no Brasil. As universidades públicas sofreram ataques diversos, tanto em discursos promovidos por segmentos da população brasileira, quanto pela política de Estado que visava desmontar o ensino superior.

Entre 2003 e 2023, dediquei-me a pesquisas sobre a cidade de Bauru, no contexto da Primeira República brasileira. O trabalho atual é um desdobramento de um projeto maior que teve Bauru como tema central. Assim, a dissertação de mestrado complementa, em certa medida, o escopo desta tese. Por limitações intelectuais e para evitar o excesso de autocitação, a pesquisa de mestrado ficou em segundo plano neste texto.

A citação da banda Chico Science & Nação Zumbi, que abre as “Considerações Finais”, expressa musicalmente alguns dos problemas e hipóteses deste trabalho. A partir da cidade de Bauru, marcada por contradições e desigualdades no acesso ao desenvolvimento material trazido pelas ferrovias, a pesquisa nas páginas dos jornais resgatou e problematizou a existência da população anônima que participou ativamente do processo de urbanização e que foi esquecida pela memória oficial local. Um dos avanços, ainda que modestos, desta pesquisa foi recuperar a participação, parafraseando, dos “trabalhadores ferroviários suicidas” que contribuíram para o progresso da cidade, muitas vezes com a própria vida. Um olhar atento para

²¹ Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

²² Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência.

a jovem Agnes, violentada pelo poder de polícia que buscou manter a ordem pública e garantir que o projeto político-social em Bauru ocorresse sem contratempos. O registro acadêmico de que o extermínio de milhares de indígenas na região foi parte integrante do processo de modernização da cidade de Bauru.

O processo de formação urbana da cidade, conforme argumentado no decorrer do texto, foi viabilizado pela mão-de-obra de milhares de trabalhadores que chegaram ao município de Bauru. O desenvolvimento proporcionado pelos postos de trabalho da ferroviária Noroeste do Brasil funcionou como “ilusora de pessoas de outros lugares”, mais do que refletiu uma realidade cotidiana concreta. Pelas páginas dos jornais locais e da cidade de São Paulo: “A cidade e sua fama vai além dos mares”. Os investimentos de capitais estrangeiros na construção da ferroviária Noroeste do Brasil e os lucros desse empreendimento; a transferência de um conjunto de profissionais liberais e os reconhecimentos públicos na cidade, por meio da nomeação de ruas e praças públicas; o trânsito constante de pessoas em busca de postos de trabalho nas “frentes pioneiras”; tudo isso foi possível em decorrência de uma campanha de propaganda presente em diversos jornais. Nas décadas de 1910 e 1920, conforme argumentado, Bauru “se apresenta como centro das ambições” de um projeto político-econômico que caracterizou o desenvolvimento da Primeira República brasileira.

O trabalho de pesquisa com o jornal *O Baurú* possibilitou apreender a rápida transformação urbana vivenciada na cidade de Bauru no contexto de construção da ferroviária Noroeste do Brasil. Nas páginas do período, o cotidiano do município foi retratado de diferentes formas. Casos pitorescos, característicos de cidades do interior paulista, como o do cachorro que invadiu uma delegacia de polícia e mordeu o delegado, dividiam espaço com as tramas políticas da municipalidade. Os crimes de sangue e os conflitos interpessoais, inerentes ao processo de crescimento populacional acelerado; a cobertura do colunismo social; a reprodução de notícias internacionais e nacionais; as crônicas e as seções literárias; os debates públicos com outros jornais; as recentes descobertas da medicina no período; os recorrentes conflitos com os grupos indígenas; os anúncios das mais variadas mercadorias e serviços; tudo isso teve espaço no jornal *O Baurú*. Nas páginas da imprensa local tudo era possível de ser retratado.

Uma variedade de temas e assuntos retratados refletia as constantes transformações urbanas vivenciadas em Bauru, no começo do século XX. O jornal *O Baurú*, de acordo com a discussão desenvolvida nesta pesquisa, era multifacetado e, por vezes, contraditório ao retratar o cotidiano do município. As questões que envolviam os investimentos em infraestrutura urbana (calçamento das ruas, instalação da rede de água encanada, ampliação da rede de energia elétrica, regulamentação das edificações) eram recorrentes nos editoriais. Bastante combativo,

o periódico solicitava maior atuação e eficiência do poder municipal. A fiscalização orçamentária, assim como as empresas contratadas para realizar as obras, por meio de editais de licitação públicos, receberam atenção do jornal. Um avanço ao publicizar os gastos públicos e a qualidade dos serviços oferecidos.

A cobertura jornalística acerca dos serviços de infraestrutura realizados na cidade se compatibilizava com a modernidade pretendida em Bauru. A recorrência dessa temática era um discurso que contribuía para atribuir sentido ao desenvolvimento material da cidade e à centralidade do pequeno município nos projetos mais modernos de infraestrutura do período implementados no Brasil, como a ferroviária. A modernidade chegava pelos trilhos e o jornal soube explorar esse aspecto, com seus desdobramentos no aspecto visível desse processo: a transformação e melhoria dos equipamentos urbanos de Bauru.

Nas páginas do jornal, essa experiência difusa de elementos da modernidade, seja pretendida ou concretizada em Bauru, era evidente. Isso incluía anúncios de estabelecimentos comerciais e seus produtos, a propaganda de serviços oferecidos por profissionais liberais, e uma cobertura, ainda que incipiente, da agenda cultural na cidade. Isso abrangia as peças de teatro em cartaz, os espetáculos de circo e os recitais de música, além da chegada dos primeiros automóveis. Tudo isso foi retratado desde os primeiros exemplares d’*O Baurú*.

Junto a esses informativos e propagandas, as notas sobre pessoas “ilustres” que chegavam ou passavam pela cidade eram noticiadas, assim como as partidas em viagem de pessoas públicas e seus locais de origem. Esse amplo painel de informações e notas contribuiu para posicionar a cidade de Bauru no plano discursivo como central e alinhada com um projeto maior de modernização da sociedade brasileira.

Os leitores do jornal, através de suas interações por meio de cartas, não apenas ampliavam, mas também reproduziam a linha discursiva do periódico, que defendia a modernidade material vivenciada em Bauru. Em suas correspondências, eles solicitavam um maior empenho e rapidez na execução das obras de infraestrutura urbana. Além disso, criticavam a qualidade do serviço público oferecido, como a irregularidade e a qualidade da água encanada.

Em uma das cartas, um assinante do jornal relatava as dificuldades que enfrentava ao conduzir seu automóvel pelas ruas arenosas de Bauru. Com um tom alarmista e indignado, argumentava que as ruas arenosas impossibilitavam o tráfego de seu veículo, situação que se agravava após as chuvas. Este fato era representativo do modelo e das contradições da modernidade material da cidade.

Mesmo sem as condições e a infraestrutura mínima necessárias, a compra de um automóvel, que era um símbolo do progresso da época, era uma realidade para poucas pessoas em Bauru. Mais importante do que utilizar o artefato tecnológico, uma parte da elite bauruense se contentava em exibir seu alinhamento à modernidade do período, ao lado de seus veículos inoperantes.

A partir das demandas dessa elite reduzida, clamavam-se transformações e investimentos na infraestrutura urbana de Bauru. Isso era visto como um projeto coletivo, supostamente compartilhado pelo conjunto da população.

Os segmentos populares da sociedade foram retratados nas páginas do jornal. De forma um tanto simplificada e esquemática, as notícias sobre a população pobre, que não usufruía diretamente do desenvolvimento material da cidade, eram basicamente os “casos de polícia”. Assaltos, mortes, brigas, desordens no espaço público, furtos e uma infinidade de golpes financeiros recebiam destaque na imprensa local.

Os “casos de polícia”, de acordo com nossa interpretação, cumpriam uma dupla função: estereotipar a população pobre e usar esses incidentes cotidianos para exigir uma maior atuação e vigor do poder de polícia. Sem rodeios, essas notícias procuravam influenciar a opinião dos leitores da época com alarmismo sobre o suposto descontrole da criminalidade em Bauru. O crime e os sentidos atribuídos à criminalidade local, segundo o entendimento do jornal *O Baurú*, colocariam em risco a concretização do processo de modernidade em curso na cidade.

Os grupos indígenas, juntamente com o crime e o criminoso, eram vistos como obstáculos ao desenvolvimento e progresso de Bauru. Em várias edições, foram registrados conflitos entre os trabalhadores da ferrovia Noroeste do Brasil e os grupos indígenas. Nesses relatos, os indígenas, descritos como “selvagens” pelo jornal, eram vistos como uma ameaça ao projeto civilizatório em Bauru.

A violência dos ataques indígenas e os detalhes da execução dos trabalhadores, sejam eles verdadeiros ou não, colocavam em primeiro plano a necessidade de um esforço para o extermínio. A coexistência era vista como impossível, pois, na representação dos jornalistas, o “selvagem” e sua natureza incivilizada eram incompatíveis com a modernidade representada pelo empreendimento ferroviário em curso na cidade de Bauru.

Uma das questões que permeou nossa investigação, e que foi apresentada ao longo deste trabalho, é que o processo de construção da Ferrovia Noroeste do Brasil impulsionou o desenvolvimento urbano e econômico do município de Bauru. Esse processo de transformação pode ser observado nas páginas do jornal *O Baurú*. A ambivalência dos jornais publicados nas “frentes pioneiras”, atuando tanto como registro dos eventos cotidianos das cidades quanto

como produto do processo de modernização do interior paulista, pode ser verificada e discutida neste trabalho.

O conteúdo temático diversificado presente nas páginas do periódico, em nossa visão, contribuiu para direcionar o sentido da transformação sócio-histórica vivenciada em Bauru, nas primeiras décadas do século XX. Através de discursos que interpretavam o passado recente do município, a cobertura seletiva de eventos cotidianos e uma representação sobre as potencialidades do desenvolvimento futuro da cidade, o jornal *O Baurú* operava e (re)significava o sentido histórico de uma sociedade em rápida transformação.

Durante a pesquisa com as fontes documentais, foi possível constatar que a linha editorial do jornal *O Baurú* não estava diretamente alinhada com o poder executivo e legislativo de Bauru. Entre apoios e críticas, o jornal trouxe à discussão assuntos e problemáticas que envolviam os investimentos públicos da cidade. Ao que tudo indica, mais do que um suporte para os quadros políticos do Partido Republicano local, o jornal se manteve como defensor de um determinado modelo de desenvolvimento social e de modernização de Bauru.

Os indícios que contribuem para sustentar essa afirmação foram a disponibilização de espaço para que engenheiros e diretores envolvidos com a ferrovia, bem como advogados, comerciantes e médicos, escrevessem artigos de opinião ou defesas públicas de ataques realizados em outros jornais do período. Em nossa investigação, não localizamos textos escritos diretamente por membros do poder legislativo e do judiciário.

O jornalismo produzido nas “frentes pioneiras”, com diferenças relativas e discretas entre as cidades que se formaram nesse processo de transformação do território paulista, possibilitou que a elite intelectualizada da época participasse do incipiente debate público. As páginas dos jornais, centrais na disseminação de discursos e representações, eram elementos da própria modernidade vivenciada em Bauru. Uma sociedade que aspirava à modernidade encontrou nos jornais uma maneira de tornar públicos seus projetos e aspirações.

No plano de desenvolvimento econômico e da cultura material na cidade de Bauru, a Ferrovia Noroeste do Brasil e sua associação com as ferrovias Sorocabana e a Companhia Paulista orientaram o desenvolvimento urbano do município. Mesmo organizadas em torno de um discurso supostamente homogêneo, as ferrovias, como representantes do progresso e da modernidade no interior paulista, produziram formas de exclusão social e de segmentação do espaço urbano da cidade de Bauru.

A viabilidade do projeto ferroviário implementado no município foi estruturada pela exploração do trabalho, pela vigilância policial aos segmentos populares e pelas práticas de higienismo na transformação urbana da cidade. Assim, as formas de violência e exclusão da

população pobre de Bauru dos benefícios do desenvolvimento material e das potencialidades urbanas não foram residuais ou falhas de implementação do projeto de modernização do município, mas, sobretudo, parte intrínseca e constituinte desse processo sócio-histórico mais amplo vivenciado nas “frentes pioneiras”. Assim, as formas de violência e exclusão da população pobre de Bauru dos benefícios do desenvolvimento material e das potencialidades urbanas não foram residuais ou falhas de implementação do projeto de modernização do município, mas, sobretudo, parte intrínseca e constituinte desse processo sócio-histórico mais amplo vivenciado nas “frentes pioneiras”.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, S. B. de. **A geografia no Brasil (1934-1977)**. São Paulo: Hucitec, 1965. p. 92.
- BAURU. **Edição Histórica**. São Paulo: Editorial Focus, 1987.
- BASTOS, I. A. **A representatividade política em Bauru e o poder municipal**. Bauru: Canal 6, 2009.
- BRETAS, M. L. **Ordem na Cidade: O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro (1907-1930)**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- CAMPOS, R. D. **Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920-1940): representação e história**. 2007. 302 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Faculdade Ciências e Letras, Unesp, Araraquara, 2007.
- CANDIDO, A. **Os Parceiros do Rio Bonito: Estudo Sobre o Caipira Paulista e a Transformação dos Seus Meios de Vida**. 11. ed. São Paulo: Edusp, 2017.
- CAPELATO, M. H. **Os arautos do liberalismo: Imprensa paulista (1920-1945)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- _____. **A República Velha I: instituições e classes sociais**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. 192 p. (História geral da civilização brasileira, v. 8).
- CARVALHO, J. M. **Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- CASTRO, M. I. M. **O preço do progresso. A construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil (1905-1914)**. 1993. 216 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 1993.
- CAULFIELD, S. **Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940)**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2000.
- CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e Botequim: o Cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle époque**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.
- COSTA, E. V. **Da Senzala à Colônia**. 5. ed. São Paulo: Editora Unesp, 1998.
- _____. **Da Monarquia à República: momentos decisivos**. 8. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- _____. **O movimento republicano em Itu. Os fazendeiros do oeste paulista e os pródomos do movimento republicano (notas prévias)**. In: _____. **Brasil: História, Textos e Contextos**. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. **Na oficina do historiador: Conversas sobre História e Imprensa**. Projeto História, São Paulo, n.35, p.253-270, dez. 2007.

DARNTON, R; ROCHE, D. (Orgs.). **Revolução Impressa: A imprensa na França, 1775-1800**. São Paulo: Edusp, 1997.

DEAN, W. **A industrialização de São Paulo (1880-1945)**. São Paulo: Difel, 1991.

ENGEL, M. **Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

ELIAS, N. **O processo civilizador: formação do Estado e civilização**. Tradução de Ruy Jungmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993

ELEUTÉRIO, M. L. **Imprensa a serviço do progresso**. In: MARTINS, A. M.; LUCA, T. R. (Orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

ESTEVES, M. A. **Meninas perdidas: Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 224

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FRANCO, M. S. C. **Homens livres na ordem escravocrata**. 5. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Nacional, 1987.

GHIRARDELLO, N. **À beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista**. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

_____. **A formação dos patrimônios religiosos no processo de expansão urbana paulista (1850-1900)**. São Paulo: Editora Unesp, 2010. 256 p. ISBN 978-85-7139-975-4.

GORELIK, A. **A produção da “cidade latino-americana”**. *Tempo Social*, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 111-133, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ts/article/view/12456>. Acesso em: 18 maio 2020.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

LIMA, J. F. T. **A ocupação da terra e a destruição dos índios da região de Bauru. 1978**. 180 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1978.

LIPPI, L. **A conquista do espaço: sertão e fronteira no pensamento brasileiro**. *História, Ciências, Saúde Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 5, supl., p. 195-215, jul. 1998.

LOS HERMANOS. Amarante, Rodrigo. In: **O Último Romance**. Los Hermanos. Rio de Janeiro: Sony BMG, 2005. CD (3 min 14 s).

LOSNAK, C. J. **Territorialidades do Oeste de São Paulo: transformações e interpretações**. *História*, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 1-30, 2017. Disponível em:

https://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742017000100514. Acesso em: 18 fev. 2021.

MAHL, M. L. **Ecologias em Terra Paulista (1894-1950)**: As relações entre o homem e o meio ambiente durante a expansão agrícola do Estado de São Paulo. 2007. 320 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Letras e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2007.

MARTINS, A. M.; LUCA, T. R. **Imprensa e Cidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

MARTINS, A. M.; LUCA, T. R. (Org.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

MARTINS, J. S. **O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira**. Tempo Social, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 25-70, maio 1996.

MELLO, J. M. C. **O capitalismo tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: Hucitec, 1984.

MORATELLI, T. **Operário de empreitada**: Os trabalhadores da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (São Paulo e Mato Grosso, 1905-1914). São Paulo: Editora Unesp, 2013.

NETO, H. D. **Navegando o Mogi-Guaçu**: A agroexportação cafeeira no Oeste Paulista e a formação de um mercado regional interno (1883-1903). São Paulo: Editora Unesp, 2009.

PAIVA, C. F. **Complemento às narrativas sintéticas dos fatos que motivaram a fundação de Bauru**. Bauru: Conselho Municipal de Educação, 1977.

PELEGRINA, G. R. **Bauru Notas Históricas**. Bauru: Canal6, 2007.

POSSAS, L. M. V. **Mulheres, trens e trilhos**: Modernidade no sertão paulista. Bauru: EDUSC, 2001.

NOGUEIRA, C. E. **Território, sertão e ciência: expedições civilizatórias e geografia no Brasil (1900-1930)**. Geousp – Espaço e Tempo (Online), São Paulo, v. 22, n. 1, p. 43-60, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/144784>. Acesso em: 18 fev. 2021.

RESENDE, M. E. L. **O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico**. In: DELGADO, A. N.; FERREIRA, J. (Org.). O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 1, p. 45-62.

MENDONÇA, S. R. **O Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais**: sem atingir os objetivos iniciais. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). História dos Índios no Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 85-104.

MORAES, A. C. R. **O sertão: um “outro” geográfico**. Terra Brasilis, Rio de Janeiro, n. 4-5, p. 1-18, 2003. Disponível em: <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/314>. Acesso em: 18 fev. 2021.

ORTIZ, R. **Memória coletiva e sincretismo científico**: as teorias raciais do século XIX. In: Cultura Brasileira e Identidade Nacional. São Paulo: Brasiliense, 2006. p. 11-32.

RAGO, M. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

ROSA, J. G. **Grande Sertão**: Veredas. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SAES, F. A. M. **As ferrovias de São Paulo (1870-1940)**: expansão e declínio do transporte ferroviário em São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1981.

SANTOS, A. C. **As concepções de “território” na pesquisa histórica: o sertão paulista**. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, São Paulo, n. 63, p. 181-201, abr. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/119983>. Acesso em: 18 fev. 2021.

SANTOS, A. C. **A expulsão do sertão: Elites Paulistas, entre o imaginário e o território (1749-1841)**. 2018. 302 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SANTOS, J. S. **Correio de Bauru**: Notícias, Cidades e Sociedade nas Primeiras décadas do século XX. 2012. 90 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2012.

SALLUM JR., B. **Café e indústria**: São Paulo na Primeira República. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

SARTORI, Guilherme Rocha. **A construção da verdade nos crimes de defloramento (1920-1940)**: práticas e representações do discurso jurídico na Comarca de Bauru (SP). 2011. 138 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2011.

SCHIAVON, T. **A estrada de ferro Noroeste do Brasil e as paisagens industriais do oeste do estado de São Paulo**: as cidades “bocas de sertão” como símbolos do patrimônio da mobilidade no Brasil. Revista de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, n. 15, p. 143-166, jan.-abr. 2016.

_____. **Patrimônios da mobilidade no Brasil e o processo de identificação e valorização do território**: ferrovias e as paisagens industriais na região oeste do estado de São Paulo. Faces da História, Assis (SP), v. 4, n. 1, p. 90-122, jan.-jun. 2017.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1931. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SCIENCE, C; NAÇÃO ZUMBI. **A Cidade**. In: Da Lama ao Caos. Nação Zumbi. Rio de Janeiro: Chaos, 1994. 1 CD. Faixa 2. (4 min 26 s).

SEVCENKO, N. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.

SOIHET, R. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1989.

SOUZA, L. A. F. **Lei, cotidiano e cidade: polícia civil e práticas policiais na São Paulo republicana (1889-1930)**. São Paulo: IBCCRIM, 2009.

TOTTI, M. A. **Educação, civilização e implementação capitalista no interior paulista**. Cadernos de História da Educação, v. 14, n. 2, p. 533- mai./ago. 2015.

VEENA, D.; POOLE, D. **El estado y sus márgenes: etnografías comparadas**. Cuadernos de Antropología Social, n. 27, p. 19-52, 2008.

VISCARDI, C. **O teatro das oligarquias: uma revisão da “política do café com leite”**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2001.